

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

MICHELLE VENÂNCIO IKEFUTI

**CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS SOBRE VIOLÊNCIA
SEXUAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

PRESIDENTE PRUDENTE
2012

MICHELLE VENÂNCIO IKEFUTI

**CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS SOBRE VIOLÊNCIA
SEXUAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Renata Maria Coimbra Libório

Linha de Pesquisa: Processos Formativos, Diferença e Valores

PRESIDENTE PRUDENTE

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

I28c Ikefuti, Michelle Venâncio.
Concepções de licenciandos sobre violência sexual e políticas educacionais / Michelle Venâncio Ikefuti. - Presidente Prudente : [s.n], 2012
127 f.

Orientador: Renata Maria Coimbra Libório
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

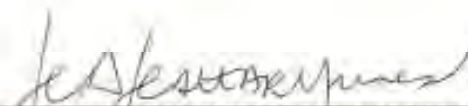
1. Violência sexual. 2. Políticas Educacionais 3. Formação de Professores I. Libório, Renata Maria Coimbra. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.


BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. RENATA MARIA COIMBRA LIBORIO
(ORIENTADORA)



PROFA. DRA. MARIA ANGELA MATTAR YUNES
(UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL)



PROFA. DRA. MARIA DE FATIMA SALUM MOREIRA
(UNESP/PRESIDENTE PRUDENTE)



MICHELLE VENÂNCIO IKEFUTI

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 27 DE SETEMBRO DE 2012.

RESULTADO: APROVADA

Às crianças e adolescentes que vivenciam situações
de risco em seu cotidiano e a minha orientadora
Renata Libório que me ensinou meios de combatê-las.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse concluído, seja diretamente, através, reuniões, indicação de textos e ensinamentos específicos para o caminhar da pesquisa, seja indiretamente, através de um incentivo, um apoio, um carinho. Gostaria de agradecer:

Primeiramente a Deus por tudo que fez e sempre faz por mim, pelas minhas conquistas, pela minha vida.

À minha orientadora Renata Libório por me orientar desde a graduação e pela sua dedicação sem fim a mim e a todos os membros do grupo de pesquisa. A terei sempre como exemplo de pessoa e de profissional, seja como professora, seja como pesquisadora na busca incansável para se fazer valer os direitos de crianças e adolescentes.

Aos meus pais Kazuo e Maria Ivone, que sempre me incentivaram a estudar e não mediram esforços para que eu chegasse hoje aqui. Às minhas irmãs Cynthia e Priscilla por todos os momentos que tive ao lado delas, pelo carinho e apoio constante.

Ao meu sobrinho Caio que sempre com um sorriso e um abraço me alegrava e me proporcionou a vivência de momentos únicos com a sua inteligência e seu carisma.

Ao meu tio, que é meu segundo pai, Olímpio Rodrigues, por sempre mostrar o lado positivo da vida, pelas conversas, pela sua alegria e os ensinamentos que me passa.

Ao meu companheiro Carlos Eduardo Santana, pelo seu amor e carinho incondicionais, por estar sempre comigo nos momentos de pressão, me ajudar na tabulação e por não se importar de ter ficado diversas vezes em segundo plano para que eu me dedicasse aos estudos.

À Camila Nascimento, que mesmo tão distante se fez presente e, além da amizade e dedicação, também contribuiu para este trabalho chegar até aqui fazendo a sua revisão.

À Naiara Chierici por me ajudar de todas as maneiras possíveis e imagináveis, e mesmo sempre atarefada com suas obrigações, teve tempo e disposição para me socorrer, além de me mostrar como é ser guerreira e enfrentar as adversidades sem perder a leveza e alegria da vida. Foi e sempre será uma inspiração para mim.

À Aline, minha amiga e companheira de mestrado, amiga para toda vida, cúmplice nas aulas, nos trabalhos, nos seminários, congressos, presente nos momentos mais tensos aos mais divertidos que tivemos neste período.

À Isabela Benini pelas conversas, ajuda na dissertação e por ela e toda a sua família, seu pai, o professor Benini, sua mãe Joalice e a sua irmã Carolina sempre me receberem de braços abertos. Foram como uma família para mim enquanto estava em Presidente Prudente.

À Maíra Furlan por me aguentar o dia inteiro conversando, e mesmo quando ela precisava estudar, ela parava para me ouvir. Em muitos momentos me fez sentir como se fosse a minha irmã que estava ali, de tão parecidas em algumas atitudes.

Ao Marcos por me ajudar sempre no que foi preciso e muito mais, pela amizade sincera e por alegrar minhas tabulações com boa conversa e boa música.

À Elaine pelo apoio e incentivo e pelas conversas agradáveis que fizeram parte de todo o caminhar do meu trabalho.

À Rita por me deixar participar do desenvolvimento de sua pesquisa, no momento de sua intervenção, o qual foi um grande aprendizado e contribuiu para a elaboração do trabalho.

Ao Alex, a Daiana, a Vanessa e a Thais pelos nossos encontros, conversas, discussões, pela amizade e por tudo que aprendi com eles.

Aos profissionais da pós-graduação: Ivonete, Márcia, André, Cinthia que ajudaram nos diversos momentos em que precisei e solucionaram todas as dúvidas que tive durante o desenvolvimento da pesquisa; e em especial a Erynat que além de contribuir como os demais, também me deu uma ajuda inestimável nos momentos de maior angústia da pesquisa.

As professoras Maria Ângela Yunes e Fátima Salum pelas contribuições feitas para a pesquisa e que enriqueceram todo o meu trabalho.

A Soraia do Comitê de Ética de São José do Rio Preto que intermediou a minha conversa com os coordenadores deste campus.

Aos coordenadores e professores que contribuíram para a minha coleta de dados junto aos seus alunos. E claro, aos alunos participantes desta pesquisa que aceitaram responder o questionário, sem eles eu não teria este trabalho.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa no período de agosto de 2010 a julho de 2012.

Muito obrigada por estarem presentes nesta etapa da minha vida!

“Um dos temas mais misteriosos do teatro grego é a
predestinação dos filhos a pagar a culpa dos pais”

Pier Paolo Pasolini

RESUMO

CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O presente trabalho vinculado à Linha de Pesquisa Processos Formativos, Diferença e Valores, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP, teve como objetivos identificar o nível de conhecimento que os futuros professores dos cursos de licenciaturas de três campus da Unesp têm acerca da violência sexual e temas afins, bem como elucidar se esta temática é trabalhada dentro dessas faculdades. Dentre as violências domésticas que podem ser cometidas contra crianças e adolescentes, a violência sexual é uma das modalidades mais difíceis de serem detectadas, sendo que a maioria das situações ocorre dentro da casa da vítima, e é cometida muitas vezes por alguém que ela conhece e confia. Diante disso, e sabendo que a escola ocupa um tempo importante na vida das crianças e adolescentes, destacamos que o professor tem um papel fundamental na prevenção, revelação e intervenção de casos de abuso e exploração sexual. A pesquisa foi desenvolvida nos campus da UNESP (Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto), sendo que aplicamos um questionário que contou com a participação dos alunos dos últimos anos de oito cursos de licenciatura (Biologia, Educação Física, Física, Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia e Química) totalizando 441 participantes. Foram utilizados os softwares SPSS, versão 12.0 e o EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations), versão 2000, para tabular as questões fechadas e as evocações de palavras respectivamente. As análises dos resultados foram feitas utilizando os documentos governamentais que regem a área de Educação no país, além dos Planos Estadual e Nacional de enfrentamento à violência sexual. Como resultados, percebemos que nas três unidades os alunos não se sentem preparados para lidar com casos de violência sexual; ressaltam ainda que a maioria deles nunca teve o tema abordado em alguma disciplina no processo de formação inicial. Podemos concluir que apesar das Leis Federais, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente tornar a denúncia por parte dos professores compulsória, estes profissionais não possuem a formação necessária para reconhecer estes casos. Dessa forma, esperamos que este estudo possa gerar reflexões sobre a necessidade dos cursos de formação de professores fomentarem a discussão entre pesquisadores e profissionais da educação sobre a importância do estudo desta temática nos espaços escolares.

Palavras-chave: violência sexual, políticas educacionais, formação de professores.

ABSTRACT

**CONCEPTIONS UNDERGRADUATES ON SEXUAL VIOLENCE AND
EDUCATIONAL POLICIES**

This study is connected with the research line “Formative processes, differences and values” at the Graduate Studies in Education at UNESP, Campus of Presidente Prudente. The research aimed to identify the level of knowledge that future teachers of undergraduate courses of three Campus at Unesp have about the sexual violence and related issues, and to clarify whether this theme was discussed during their course in these Universities. Amongst the domestic violence that can be committed against children, sexual violence is one of the methods more difficult to detect, and most situations occurs inside the victim's home, and it is often committed by someone he knows and trusts. Given this, and knowing that the school occupies an important moment in the lives of children and adolescents, we emphasize that the teacher has a key role in prevention, intervention and revelation of abuse and sexual exploitation. It was developed at the Campus of Araraquara, Presidente Prudente and São José do Rio Preto, and it was applied a questionnaire with students attending the last year of 8 undergraduate courses (Biology, Physical Education, Physics, Geography, Literature, Mathematics, Chemistry and Pedagogy) involving 441 participants. We used SPSS software, version 12.0 and EVOG (Ensemble of Programmes Permettant l'Analyse des evocations), version 2000, to tabulate the closed questions and word evocations respectively. The analyzes of the results were made using governmental documents that grounded public policies in the field of Education in the country, in addition to the State and National Plans to combat sexual violence. As a result, we realized that in the three Campus students do not feel prepared to handle with cases of sexual violence and most of them never had the issue addressed in any discipline in the process of training. We can conclude that despite Federal Laws and the Children and Adolescents Statute, make the complaint by teacher compulsory, these professionals lack the training needed to recognize these cases. Thus, we hope that this study can generate reflections about the need for teacher training courses to promote discussion among researchers and education professionals about the importance of studying this subject in school spaces.

Keywords: sexual violence, educational policies, teacher training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O papel do professor.....	53
Tabela 2: Casos de suspeita de violência sexual.....	54
Tabela 3: Responsabilidade pelo bem-estar de seus alunos.....	55
Tabela 4: A responsabilidade em se envolver.....	55
Tabela 5: Em que situações é apropriado fazer a denúncia.....	57
Tabela 6: Procedimentos quanto a denúncia de abuso sexual de crianças, comparando-se os dados das 3 cidades.....	58
Tabela 7: Procedimentos quanto a denúncia de abuso sexual de adolescentes, comparando-se os dados das 3 cidades.....	58
Tabela 8: O abuso é um incidente isolado.....	59
Tabela 9: Os agressores geralmente são estranhos à criança.....	60
Tabela 10: Os pais têm direito de tratar seus filhos como bem entenderem.....	60
Tabela 11: Crianças geralmente mentem sobre abusos sexuais.....	61
Tabela 12: Mesmo com a denúncia nada é feito ao agressor.....	62
Tabela 13: Punição severa aos agressores.....	62
Tabela 14: É um problema que não deve ser tratado na escola.....	63
Tabela 15: Casos deveriam ser resolvidos dentro da escola, sem o envolvimento das autoridades.....	64
Tabela 16: Experiência para lidar com casos entre os alunos.....	64
Tabela 17: Confiança na própria habilidade em reconhecer casos.....	64
Tabela 18: Chamar pais para uma conversa.....	66
Tabela 19: Investigar os fatos antes de tomar atitudes.....	66
Tabela 20: Algumas adolescentes provocam os adultos.....	67
Tabela 21: Adolescentes de hoje têm comportamento promíscuo.....	67
Tabela 22: As adolescentes estão expondo excessivamente seus corpos.....	68
Tabela 23: Importância da discussão do tema.....	69
Tabela 24: Discussão do tema em disciplinas de graduação.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Artigos do Código Penal sobre Crimes Sexuais.....	29
Quadro 2: Local de atuação por curso.....	51
Quadro 3: Atividade que atua por curso.....	51
Quadro 4: Contribuição da Universidade.....	70
Quadro 5: Distribuição das frequências – RANGMOT.....	73
Quadro 6: Expressões sobre Abuso Sexual.....	75
Quadro 7: Expressões sobre abuso sexual do sexo feminino.....	76
Quadro 8: Expressões sobre abuso sexual do sexo masculino.....	77
Quadro 9: Categorias – Abuso Sexual.....	78
Quadro 10: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de Araraquara.....	79
Quadro 11: Categorias do abuso sexual em Araraquara.....	80
Quadro 12: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de Presidente Prudente.....	81
Quadro 13: Categorias do abuso sexual em Presidente Prudente.....	82
Quadro 14: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de São José do Rio Preto.....	83
Quadro 15: Categorias do abuso sexual em São José do Rio Preto.....	84
Quadro 16: Distribuição das frequências – RANGMOT.....	85
Quadro 17: Expressões sobre exploração sexual.....	87
Quadro 18 - Categorias sobre exploração sexual.....	88
Quadro 19: Expressões sobre exploração sexual em Araraquara.....	89
Quadro 20: Categorias sobre exploração sexual em Araraquara.....	90
Quadro 21: Expressões sobre exploração sexual em Presidente Prudente.....	91
Quadro 22: Categorias sobre exploração sexual de Presidente Prudente.....	92
Quadro 23: Expressões sobre Exploração Sexual em São José do Rio Preto.....	93
Quadro 24: Categorias sobre exploração sexual de São José do Rio Preto.....	93
Quadro 25: Distribuição das frequências – RANGMOT.....	95
Quadro 26: Expressões sobre prostituição.....	96
Quadro 27: Categorias sobre prostituição.....	97
Quadro 28: Expressões sobre prostituição em Araraquara.....	98
Quadro 29: Categorias sobre prostituição em Araraquara.....	99
Quadro 30: Expressões sobre prostituição em Presidente Prudente.....	100

Quadro 31: Categorias sobre Prostituição de Presidente Prudente.....	101
Quadro 32: Expressões sobre prostituição em São José do Rio Preto.....	102
Quadro 33: Categorias sobre prostituição em São José do Rio Preto.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS DEFINIÇÕES LEGAIS.....	22
1.1 Delimitação da Violência Sexual.....	22
1.2 Legislações que tratam da violência sexual.....	27
1.2.1 A Constituição Federal.....	28
1.2.2 O Código Penal.....	28
1.2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	31
1.2.4 O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.....	33
1.2.5 O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.....	34
1.2.6 A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho.....	35
1.3 Os documentos que regem a Educação.....	35
1.3.1 A Lei de Diretrizes e Bases.....	36
1.3.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais.....	37
1.3.3 O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.....	39
1.3.4 O Plano Nacional de Educação.....	40
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 Documentos da área da Educação.....	41
2.2 Questionário.....	42
2.2.1 O instrumento.....	42
2.2.2 Aplicação do instrumento.....	44
2.2.2.1 Campus de Presidente Prudente.....	45
2.2.2.2 Campus de São José do Rio Preto.....	45
2.2.2.3 Campus de Araraquara.....	46
2.2.2.4 Campus de Marília.....	47

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
3.1 Concepções dos alunos dos cursos de licenciatura acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	49
3.1.1 Participantes.....	49
3.1.2 Questionário.....	50
3.1.2.1 Análises realizadas pelo Software SPSS.....	53
3.4 Análises realizadas pelo Software EVOC.....	71
3.4.1 Palavra estímulo: Abuso Sexual.....	72
3.4.1.1 Palavra estímulo Abuso Sexual por Cidades.....	78
3.4.2 Palavra estímulo: Exploração Sexual.....	85
3.4.2.1 Palavra estímulo: Exploração Sexual por Cidades.....	88
3.4.3 Palavra estímulo: Prostituição.....	95
3.4.3.1 Palavra estímulo: Prostituição por Cidades.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ANEXOS.....	119
ANEXO A – Questionário.....	120
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	124
ANEXO C – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética.....	125

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir da minha área de atuação, Pedagogia, bem como o meu¹ envolvimento com o grupo de pesquisa intitulado “Educação e Desenvolvimento em situação de Risco e Indicadores de Proteção”², coordenado pela professora orientadora e minha participação como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) durante 02 anos seguidos (2008 e 2009) no projeto “Crianças e adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre”³ (Libório, 2009).

Durante a pesquisa de iniciação científica que foi realizada em dez escolas públicas de Presidente Prudente (sendo 05 estaduais e 05 municipais), cujo objetivo foi compreender o sentido que as crianças e adolescentes atribuíam ao trabalho informal urbano (MANTOVANI, 2008) e ao trabalho doméstico (IKEFUTI, 2008) exercido em suas casas ou nas casas de terceiros. Entrevistamos uma jovem de quatorze anos de idade, que cuidava dos afazeres de sua casa, trabalhava como faxineira, e afirmou ter sofrido exploração sexual. Na tentativa de encaminhá-la ao Programa Sentinela – Serviço de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes de Presidente Prudente (hoje, chamado CREAS), fomos à escola durante três meses. Em uma dessas idas ao colégio, o diretor falou que suspeitava que essa aluna “fizesse programa”, e acrescentou dizendo que dentro da escola ouvia-se este tipo de comentário sobre ela. Ao indagarmos a ele se teria procurado o Serviço de Assistência Social ou o Conselho Tutelar para averiguar esta suspeita, ele disse que não o fez, pelo fato de não querer ter o seu nome ou o nome da escola envolvido em qualquer tipo de “problema”.

Percebemos a partir dessa experiência uma falta de conhecimento e despreparo por parte do diretor e dos professores desta escola, com relação à função protetiva desta instituição e ao seu papel enquanto educador no enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra criança e adolescente, bem como ao que diz respeito a sua obrigação legal em

¹ O presente texto foi redigido em algumas partes na primeira pessoa do singular por se tratar de reflexões pessoais da pesquisadora.

² Grupo de Pesquisa Cadastrado na Plataforma do CNPq.

³ Tal pesquisa foi financiada pelo CNPq (processo número 400609/2007-0, Edital 502006/Hum/Soc/Ap) e foi concluída em julho de 2009. A partir dessa pesquisa foi pleiteada e aprovada duas bolsas de Iniciação Científica para analisar os sentidos atribuídos pelas crianças e adolescentes trabalhadores ao trabalho doméstico e ao informal urbano. A pesquisa por mim realizada (2008), como bolsista PIBIC/CNPq, foi intitulada “Dimensões do trabalho doméstico no município de Presidente Prudente”. Esta pesquisa foi finalizada em 2008 (Ikefuti, 2008). Dei continuidade a essa pesquisa, com bolsa de PIBIC/CNPq (2008/2009), analisando processos de resiliência em crianças e adolescentes trabalhadores (Ikefuti, 2009), ambas foram apresentadas em inúmeros eventos regionais e estaduais.

denunciar qualquer tipo de violência contra seus alunos, obrigação esta expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, ECA, 1990):

Art. 245º Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: pena - multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, ECA, 1990).

Além do ECA, o Brasil também conta com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) considerado um documento importante no enfrentamento desta forma cruel de violência cometida contra crianças e adolescentes.

A escola é um local onde os alunos passam uma boa parte de seus dias, em convívio com seus pares e professores, sendo dessa forma, um lugar propício para o trabalho de prevenção a este tipo de violência, assim como a sua revelação e o seu enfrentamento (BRINO, 2006; BRINO e WILLIAMS, 2003-b; CAMARGO, 2005; SANTOS, 2011). Para muitas crianças e adolescentes abusados sexualmente, seu único contato com pessoas que convivem e possam confiar são seus professores.

Porém, algumas pesquisas na área (BRINO e WILLIAMS, 2003-a; HAZZARD, 1984; MARTINS, 2002), mostram que o professor, apesar da importância enquanto fonte de recurso a essas crianças e adolescentes, detém pouco conhecimento de como proceder a casos de suspeita ou confirmação de abuso sexual, aparecendo em número reduzido como agentes de denúncia.

Fatores como o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança e crenças inadequadas sobre o papel do professor relativas ao envolvimento com a família dos alunos estão entre os motivos em não denunciar (BRINO e WILLIAMS, 2003-a; LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS E SANTOS, 2007). Além disto, estes profissionais não tiveram uma formação na qual os preparassem para lidar com os diversos tipos de maus-tratos, o que pode também justificar o reduzido número de denúncias (COSTA, 2008; MARTINS, 2002). É o caso de um estudo realizado na Austrália (GOLDMAN e GRIMBEEK, 2008), com alunos recém-formados em cursos de formação de professores onde verificaram a ausência de disciplinas nestes cursos que enfocassem a questão da proteção das crianças nos casos de abuso sexual.

Estas pesquisas somadas a outros estudos, tanto no Brasil como em outros países (CAMARGO, 2005; SANTOS, 2006; SANTOS, 2007; LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS e SANTOS, 2007; PIETRO, 2007; COSTA, 2008; FINKELHOR, 1986; CUNNINGHAM e SAS, 1995; FURNISS, 1993; PRIEBE e SVEDIN, 2008, FENG, HUANG e WANG, 2010; LANDINI, 2011), refletem a importância de se preparar os profissionais da educação para saberem detectar e lidar com os casos de violência sexual e ter uma escola capaz de contribuir para a quebra deste silêncio que permeia as crianças e adolescentes vítimas desta violência.

Santos (2011) complementa esta questão:

Devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores às crianças e adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento. A formação de vínculos entre estas crianças e os seus educadores poderá ter efeito potencializador na resignificação de seu lugar social, além de poder possibilitar a valorização de si mesma. (SANTOS, 2011, p. 18).

Diante das constatações acima, surgiram questionamentos: partindo do princípio segundo o qual as instituições escolares deveriam atuar como locais de proteção à população infanto-juvenil, agindo nos casos de violação de direitos observados pelos seus profissionais e de nossa constatação visto que, baseados na literatura da área, ainda existem resistências para o correto encaminhamento e enfrentamento das situações de violência sexual vividas por seus estudantes, nos perguntamos:

- Os cursos de formação de professores abordam em seus currículos discussões sobre o tema da violência sexual, ou temas afins?

- Os cursos de formação de professores incluem as orientações feitas pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual infanto-juvenil (2000) ou do Plano Estadual (2001)?

Pensando nisso, utilizamos um questionário elaborado por Santos e Libório⁴ (2011) para verificar o nível de conhecimento que os alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura de três campus da UNESP têm sobre violência sexual. Santos utilizou este questionário no campus da UNESP de Presidente Prudente. Por esta razão, traremos alguns resultados encontrados pela autora em sua dissertação para verificar se os nossos resultados se assemelham aos encontrados por ela.

⁴ Dissertação de Mestrado na Área de Educação que foi finalizada em agosto de 2011 por Santos.

Esta pesquisa teve a participação de 441 de estudantes, divididos em oito cursos: Biologia, Educação Física, Física, Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia e Química, dos campus da UNESP de Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

A abordagem utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é a quali-quantitativa. Quantitativa pelo elevado número de participantes que responderam ao questionário, na busca de que a amostra fosse significativa para o nosso trabalho. Qualitativa pela análise feita dos dados coletados. Procuramos não verificar apenas as respostas, mas também compreender os resultados encontrados associando os documentos pelas quais regem as políticas educacionais no Brasil. Para isso, utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), O Plano Nacional de Educação (2001) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998). Além destes documentos, utilizamos o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) e o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2001).

O Objetivo geral de nossa pesquisa é analisar o nível de conhecimento dos alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura de três Campus da UNESP e suas concepções sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e temas afins.

Os objetivos específicos são:

- Identificar o nível de conhecimento sobre violência sexual contra crianças e adolescentes de licenciandos dos campus de Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto;
- Verificar as concepções dos licenciandos sobre abuso e exploração sexual e prostituição;
- Compreender como a questão da violência sexual se manifesta na formação inicial de professores;
- Perceber o modo como as políticas públicas educacionais tratam as questões relativas à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual;
- Verificar quais são as lacunas presentes no trabalho realizado pelas universidades, e quais seriam as possibilidades de superação dos problemas apresentados.

Nossa pesquisa visa problematizar a questão das políticas públicas da Educação e sua possibilidade de formar profissionais nesta área que possam agir na defesa dos direitos de seus estudantes. Este trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro discutiremos sobre a violência sexual e os documentos que abrangem esta temática – a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Código Penal (1940), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000), o Plano

Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2001) e a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1999). Ainda neste capítulo, serão apresentados os documentos da área da Educação que utilizamos em nossas análises – a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998) e o Plano Nacional de Educação (2001).

No segundo capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos realizados para a utilização dos documentos da área da Educação, a aplicação do questionário em cada unidade da UNESP (Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) e as dificuldades encontradas.

O terceiro capítulo compete à apresentação dos resultados encontrados na aplicação do questionário contextualizando-o com os quatro documentos que regem a Educação: os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) e o Plano Nacional de Educação (2001).

Por último, trataremos as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1

A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e as Orientações Legais

1.1. Delimitação da Violência Sexual

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder, entre o agressor e a vítima. Pode ocorrer em todas as classes sociais e independe de raça, religião e cultura.

Esta violência ganhou visibilidade no Brasil a partir da década de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – documento que respalda juridicamente a infância e a adolescência; e a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Prostituição Infanto-juvenil (1993) – aberta para investigar os casos de prostituição infantil em nosso país, após eventos realizados como o estudo e dossiê *Crianças da Amazônia*⁵ e o livro *Meninas da Noite* (1992) de Gilberto Dimenstein. A partir deste episódio ONGs que trabalhavam em defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, começaram a discutir as suas causas e pesquisadores também passaram a estudá-la (LIBÓRIO, 2004).

Segundo Leal (1999), este período foi marcado pela produção dos avanços conceituais, passando a prostituição infanto-juvenil a ser chamada de “exploração sexual infanto-juvenil” e a ser tratada nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os crimes de estupro, antes, pouco noticiados pela mídia, a partir desta década, se tornaram “escândalos jornalísticos” que manifestaram uma nova sensibilidade social (LANDINI, 2011):

Essa é uma mudança bastante significativa na forma de retratar a violência sexual, que passou a ser entendida como algo que requer mais do que uma simples expressão de horror e recusa. Não apenas a vida do estuprodozador passou a ser analisada e as causas do crime questionadas, mas a vítima passou a ser vista como alguém que precisa de atendimento psicológico (LANDINI, 2011, p. 36).

Quando uma criança ou adolescente sofre uma violência deste tipo, muitas vezes ela encontra dificuldades em comunicar este crime. Além da coragem para enfrentar a coação

⁵ Este dossiê foi organizado por várias entidades do estado do Pará, e demonstrava a existência de centenas de meninas envolvidas em prostituição “escrava” em vários garimpos da região Norte.

física e psicológica, reviver a violência ao contar a alguém, a criança/ adolescente pode ter de lidar com um processo de acusação, em que os papéis se invertem e de vítima, passa a ser vista como responsável pelo crime sofrido (ANDI, 2003). Esta inversão é tão comum que Libório (2011) concluiu em seu estudo que os adolescentes participantes que vivenciaram o abuso, conseguiram superar esta situação quando reinterpretaram a violência sofrida, deixando de se verem como responsáveis para entenderem que foram vítimas. Quando isso não acontece, “o adolescente se imobiliza e não cresce” (LIBÓRIO, 2011). A pesquisadora também considera importante a capacidade de lidar com os desdobramentos do abuso sexual. Para isso é fundamental que a criança/ adolescente tenha várias pessoas (profissionais e familiares) em sua volta e que possua bons vínculos de modo que participe de práticas culturais que ampliam suas perspectivas de vida (LIBÓRIO, 2011).

Notoriamente, a violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre outros fenômenos, é um indicador de risco potencial por comprometer gravemente o desenvolvimento psicossocial e influenciar nas esferas de suas vidas, inclusive no âmbito escolar (TAVARES, 2001).

A situação de risco aqui é entendida por Yunes e Szymanski (2001) como o conjunto de eventos negativos presentes na vida de uma pessoa e que podem proporcionar o surgimento de problemas físicos, sociais e emocionais. Além da violência sexual, situações estressoras como o divórcio dos pais, perdas de entes próximos, pobreza, holocausto, desastres e catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma podem trazer risco. No entanto, conforme explicam as autoras, o risco deve ser pensado enquanto um processo, e não como uma categoria *a priori*, algo estático.

Os fatores de proteção, vistos também enquanto um processo, referem-se às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação ou adoecimento (YUNES e SZYMANSKI, 2001). Estes fatores contribuem para a criança/ adolescente elevar seu potencial em sua relação com o ambiente, fazendo com que ela consiga superar as dificuldades que aparecem em seu caminho e, dessa forma, desenvolver processos e mecanismos resilientes.

Assim como os indicadores de risco, os indicadores de proteção devem ser vistos enquanto um processo por meio dos quais “diferentes fatores interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, influenciando positivamente se presentes ou negativamente se ausentes” (CAMARGO, 2009, p. 45). Dessa forma, a resiliência seria, então, o resultado final de processos de proteção que não eliminam o risco, mas encorajam o indivíduo a se engajar em estratégias que minimizem o risco (CAMARGO, 2009).

É importante destacar que a resiliência não deve ser entendida de forma descontextualizada e fechada e sim com o caráter processual, dinâmico e relativo (LIBÓRIO, CASTRO e COELHO, 2006, p. 94), no qual consideramos a interação entre as pessoas e as instituições e os aspectos comunitários e culturais (UNGAR, 2007; 2008), e não uma qualidade individual, como uma característica atribuída ao sujeito.

Não é raro partir do senso comum que esta violência é inerente à pobreza. A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), devido ao seu cunho comercial, é mais suscetível em famílias que vivem nestas situações, entretanto, uma das dimensões mais importantes no processo de vulnerabilização destes meninos e meninas é violência intrafamiliar sofrida por eles (FALEIROS, 1998, p. 18). Outro fator que leva a acreditar como a violência sexual se relaciona com a pobreza é pelo tipo de denúncias que chegam ao conhecimento da polícia, apesar de ser uma parcela pequena de casos, quando comunicados, em geral os casos de abusos sexual são feitas por famílias mais empobrecidas, pois as famílias mais abastadas abafam mais os casos e contam com profissionais da rede privada não denunciando a órgãos públicos.

Relacionar, porém, o abuso sexual à pobreza é arriscado, pois esta modalidade de violência independe da situação social e econômica, da religião ou credo dos abusadores ou das vítimas, e alguns fatores como a promiscuidade, a desinformação, o abuso de álcool e drogas e, sobretudo, uma relação de poder com dependência econômica e afetiva do abusador sobre a vítima, são condições que podem favorecer ou determinar o abuso sexual (ABRÁPIA, 2002).

O abuso sexual (AS) se insere em uma das formas de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Muitas vezes, não deixa marcas físicas e por acontecer em sua maioria, no âmbito familiar é, possivelmente, o delito menos denunciado no mundo (WILLIAMS, 2002, apud WILLIAMS, 2009, p. 22). Para Azevedo, Guerra e Vaiciunas (1997) o abuso sexual é considerado uma “modalidade privilegiada” de violência doméstica contra a criança e o adolescente por poder acarretar além das práticas sexuais, a agressão física e o abuso emocional. É uma das formas mais cruéis, que envolve relações de poder, coação e/ou sedução, pois é praticado muitas vezes sem o uso da força e sem deixar marcas visíveis (PIETRO, 2007, p. 18).

Definido como o uso de uma criança ou adolescente para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder (ABRÁPIA, 1997), o abuso sexual pode acontecer com contato físico, como penetração vaginal, anal, sexo oral, masturbação, tentativa de relação sexual, carícias, manipulação da

genitália, mama ou ânus, ou sem contato físico, abrangendo o exibicionismo, o voyeurismo, o assédio sexual e o abuso sexual verbal.

O abuso pode ser denominado extrafamiliar, quando o abusador não tem nenhum grau de parentesco com a criança ou adolescente; e intrafamiliar, quando o abusador é alguém da família - o pai, o padrasto, os tios, os avós da criança ou do adolescente, se configurando em uma relação incestuosa. Este último é o mais comum e também o mais difícil de ser revelado, por, em sua maioria, acontecer dentro da própria casa da criança. Isto é preocupante porque em geral estas crianças e adolescentes estão diariamente em contato com o risco, afinal elas vivenciam eventos violentos sem precisar sair de suas casas (PIETRO, 2007).

A incidência de AS doméstico é gigantesca, mas o que é denunciado é o mínimo do mínimo (FALEIROS, 2003 ANDI), muitas vezes chegando a não ser revelado o abuso. De acordo com um levantamento feito pela ABRAPIA (apud ANDI, 2003) acredita-se que apenas 1,8% das crianças e adolescentes abusados tomam a iniciativa de denunciar. Quando a agressor é o pai e a mãe tem conhecimento, muitas vezes ela não denuncia, não apenas por medo da reação do agressor, mas também porque é comum que ele seja o provedor da família (ANDI, 2003).

Além do baixíssimo número de denúncias, outra dificuldade encontrada é a falta de treinamento dos profissionais da saúde em lidar com estes casos. Normalmente os serviços disponíveis na rede pública estão preparados para atender mulheres adultas que chegam com problemas graves de violência. Em geral, crianças e adolescentes são encaminhadas ao Instituto Médico Legal, onde os funcionários não foram treinados e não estão preparados para a realização deste exame, podendo prejudicar a vítima.

Tanto nos casos de abuso quanto de exploração sexual, o número de meninas envolvidas é superior ao de meninos. Estima-se que de cada dez crianças ou adolescentes envolvidos, oito são do sexo feminino (Ministério de Assistência e Promoção Social, apud ANDI, 2003, p. 44). Pinto Jr. (2005) levanta um “duplo tabu” que impede os garotos de denunciarem o abuso cometido pelo pai: a dificuldade em admitir que são incapazes de proteger a si próprios e as dúvidas que podem gerar sobre sua orientação sexual pelo envolvimento homem-homem.

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) se difere do ponto de vista conceitual do abuso sexual, sendo que a principal diferença é que na primeira modalidade há um fim comercial, há o “uso sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo” (FALEIROS, 2000, p. 31). Podemos defini-la de acordo como:

(...) uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial, realizado em Estocolmo, 1996, apud LEAL e LEAL, 2002).

Sabemos que há várias causas para a exploração sexual, porém, Libório (2003) afirma existir quatro níveis que, inter-relacionados, podem levar a exploração sexual, como a violência estrutural, no qual encontramos a exclusão social; a influência da globalização e da imposição das leis de mercado; inserida neste contexto encontramos a violência social, denominada a “violência contra as diferenças (gênero, raça/etnia, geração e outros) em nível local e global” (LEAL, 2002, p. 29). A relação entre essas duas violências abre caminho para a violência interpessoal, que se concretiza no interior das relações interpessoais mais diretas, podendo ser de caráter intra e extrafamiliar; e aspectos psicológicos como a construção da identidade e o processo de vulnerabilização.

A exploração sexual se divide em quatro categorias; a prostituição infantil, o tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais, a pornografia infantil e o turismo sexual, que se encontram interligadas umas às outras:

- Prostituição infantil: é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração;
- Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais: é o tráfico consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude, com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade;
- Pornografia infantil: é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material;
- Turismo sexual: é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças (ECPAT, End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose, 2002 apud LIBÓRIO, 2003, p. 24).

Como falamos acima, essas modalidades estão inter-relacionadas e influenciam-se mutuamente, estabelecendo um círculo vicioso difícil de ser quebrado, no qual o tráfico e a

venda de crianças com propósito sexual pode se transformar em prostituição, e esta também se ligar a produção de pornografia infantil (LIBÓRIO, 2003, p. 24).

O termo “crianças” empregado acima se refere a todas as pessoas que têm idades de 0 a 18 anos, definição esta empregada pela ONU (Organizações das Nações Unidas). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) designa o conceito de criança para a pessoa de 0 a 12 anos, e o adolescente é a pessoa que tem entre 13 e 18 anos de idade.

As duas modalidades de violência podem causar prejuízos à criança e ao adolescente, porém Pessoa (2011) verificou que a exploração sexual é mais danosa que o abuso. Em seu estudo, pelo qual compreendeu diagnosticar os sujeitos abusados ou explorados sexualmente que apresentassem indicadores de resiliência, apenas uma adolescente que fora explorada teve tal índice. Com estes dados, somados a literatura da área, onde a evasão escolar é maior em históricos de exploração sexual, ressaltamos o quanto é necessário que os profissionais da Educação estejam preparados para lidar com questões que envolvem a ESCA,

A partir daí, novas práticas poderão ser construídas, de forma que possamos combater os índices de evasão escolar e contribuir mais eficazmente para os processos de resiliência em adolescentes submetidos à situação de exploração (PESSOA, 2011, p. 91),

Como citamos acima, o número de crianças e adolescentes que passaram por uma situação de abuso ou exploração sexual é uma incógnita. Apesar do avanço conceitual deste fenômeno e nas formas e mecanismos de seu enfrentamento, ainda é muito difícil avaliar a sua dimensão.

1.2 Legislações que tratam da violência sexual

No Brasil, existem três Leis atuantes sobre a violência sexual: a Constituição Federal (1988), o Código Penal (1940) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Este último é considerado um divisor de águas ao tratar da infância e da adolescência. Além destas leis, contamos também com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) e Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2001) que trataremos a seguir.

1.2.1 A Constituição Federal

As leis são importantes para manter a ordem e garantir os direitos dos cidadãos. As crianças e os adolescentes contam com diversas leis e documentos que permitem a sua proteção contra os maus-tratos e a violência sexual. A Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã” incorporou e ampliou o princípio da proteção especial e integral às crianças, previstos na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) (SANTOS, 2009), e traz em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, CF, 1988).

A Constituição Federal foi um documento importante visto que, com suas diretrizes, influenciou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

1.2.2 O Código Penal

O Código Penal foi criado em 1940 e neste documento há definições que compreendem diversas modalidades da violência sexual contra crianças e adolescentes como o tráfico para fins sexuais, a prostituição infantil, a pornografia infantil, o abuso sexual. Ele preceitua sobre os diversos crimes e suas penalidades para quem os cometerem.

Os crimes sexuais são tratados no capítulo chamado “Dos Crimes contra os Costumes” e se divide em duas partes: a conjunção carnal (penetração do pênis na vagina) e os outros atos libidinosos (atentado violento ao pudor e corrupção de menores).

Temos que ressaltar que este documento é marcado pelo contexto histórico de sua criação, onde vemos “um tratamento moralista aos crimes sexuais e reflete, naturalmente, as

relações de gênero da sociedade brasileira da época” (SANTOS, 2009, p. 110). Um exemplo deste tratamento está na conjunção carnal se referir apenas à introdução do pênis na vagina, resumindo os crimes de estupro como uma violência cometida exclusivamente contra as mulheres pelos homens. Casos de crianças e adolescentes do sexo masculino, ou mesmo sexo feminino que fossem submetidos(as) ao ato sexual anal, eram enquadrados em atos libidinosos sendo inferior a sua penalidade em relação aos crimes de estupro, ou poderia se enquadrar também em corrupção de menores.

Em 2009, foi criada a Lei nº 12.015 que fez algumas alterações neste capítulo do Código Penal, como o atentado violento ao pudor abranger tantos homens quanto mulheres como possíveis vítimas, sendo também todos passíveis de cometer este delito.

Abaixo, listamos os principais artigos referentes aos crimes sexuais, presentes no Código Penal:

Quadro 1: Artigos do Código Penal sobre Crimes Sexuais

Crime	Artigo
Estupro	Art. 213 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)
Violação sexual mediante fraude	Art. 215 – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)
Assédio sexual	Art. 216-A – Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 2001) Parágrafo 2º – A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei 12.015, de 2009)
Estupro de vulnerável	Art. 217-A – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei 12.015, de 2009)
Corrupção de menores	Art. 218 – Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem. (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009)

<p>Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável</p>	<p>Art. 218-B – Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone. (Incluído pela Lei 12.015, de 2009) Parágrafo 2º – Incorre nas mesmas penas: I – quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no <i>caput</i> deste artigo. (Incluído pela Lei 12.015, de 2009)</p>
<p>Mediação para servir a lascívia de outrem</p>	<p>Art. 227 – Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem. (Decreto-lei nº 2.848, de 1940)</p>
<p>Favorecimento da prostituição</p>	<p>Art. 228 – Induzir ou atrair alguém à prostituição, outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone. (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009)</p>
<p>Casa de prostituição</p>	<p>Art. 229 – Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009)</p>
<p>Rufianismo</p>	<p>Art. 230 – Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça. (Decreto-lei nº 2.848, de 194) Parágrafo 1º – Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância (a pena é aumentada). (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009)</p>
<p>Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual</p>	<p>Art. 231 – Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009) Parágrafo 2º - A pena é aumentada da metade se: I – a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei 12.015, de 2009)</p>
<p>Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual</p>	<p>Art. 231-A – Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual. (Redação dada pela Lei 12.015, de 2009)</p>

Dentre os artigos acima, podemos ressaltar “a presunção da violência do agressor ou a inocência da vítima”, em que caso ocorra qualquer ato sexual envolvendo crianças ou adolescentes menores de 14 anos e pessoas mais velhas, ficará presumida a violência da pessoa maior de idade, independente de o menor ter consentido (SANTOS, 2009, p. 111).

Também é passível de punição a relação sexual de adolescentes com idades entre 14 e 18 anos com pessoas maiores de 18 anos, mesmo ocorrida sem violência, se denunciado às autoridades, a pessoa adulta pode ser enquadrada como crime de “corrupção de menores”.

Quando comparamos a primeira versão desse documento com a sua redação atual, percebemos o quanto as modificações foram pertinentes, no sentido de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, porém, ainda:

Há muito o que mudar na legislação brasileira, particularmente no Código Penal. O forte movimento social brasileiro das últimas décadas (pós-ditadura) empunhou a bandeira da construção da cidadania de setores tradicionalmente excluídos da sociedade. Assim como o movimento feminista, o de defesa dos direitos da criança e do adolescente vem elaborando propostas de reformas legislativas. Muitos êxitos já foram alcançados, como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (SANTOS, 2009, p. 111).

1.2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente

Inspirado nas diretrizes da Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu em 1990 e possui também algumas normativas internacionais na sua elaboração, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959). Ele é dividido em duas partes, a primeira que trata da proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e a segunda trata dos órgãos e procedimentos protetivos.

Santos (2009) ressalta que além de reiterar um princípio constitucional, o ECA propõe medidas concretas para proteger a criança e o adolescente e punir aqueles que cometem os crimes sexuais. Também a lei coloca como dever de todos possibilitar o acesso da criança e do adolescente às condições básicas para ter um bom desenvolvimento físico e psicossocial e que sejam protegidos de qualquer forma de violência e negligência, como vemos nos artigos abaixo:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, ECA, 1990).

Especificamente relacionado ao profissional da educação (assim como outros profissionais que mantenham contato contínuo com crianças e adolescentes), o ECA traz os artigos 13 e 245 que estabelecem como compulsória a comunicação ao Conselho Tutelar ou às autoridades competentes os casos de maus-tratos envolvendo crianças ou adolescentes, independente de sua confirmação ou não, podendo estar sujeitos a penalidades se não denunciarem.

No que se referem aos crimes sexuais, o Estatuto traz em seu conteúdo alguns artigos que abordam a exploração contra crianças e adolescentes, como submeter criança/ adolescente à exploração sexual (artigo 244-A); aliciar, assediar, instigar ou constranger crianças a fim de praticar atos libidinosos (artigo 241-D); produzir imagens com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo menores (artigo 240); assim como comercializar (artigo 241), distribuir/ divulgar (artigo 241-A), ou armazenar (artigo 241-B) estas imagens (sejam fotográficas, vídeos, ou qualquer outro tipo de registro).

Nesta Lei também fica proposto o afastamento do agressor da moradia quando comprovado os maus-tratos, a opressão ou a violência sexual por parte dos pais ou responsáveis (artigo 130).

Os crimes de maus-tratos (artigo 136 – Código Penal), estupro (artigo 213 – Código Penal) e atentado violento ao pudor (artigo 214 – Código Penal) do Código Penal (1940) terão suas penas aumentadas quando o crime for praticado contra menores de 14 anos (ECA, 1990, artigo 263), que configura a violência presumida, como falamos no tópico anterior.

É importante termos consciência de que o Estatuto da Criança e do Adolescente intensificou as ações de enfrentamento à violência sexual desde a sua criação.

1.2.4 O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil

Em junho de 2000, aconteceu o encontro para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Natal, RN. Participaram da discussão e da elaboração do Plano Nacional representantes do Legislativo, do Ministério Público, de órgãos dos executivos federal, estadual e municipal, de ONGs brasileiras e internacionais, assim como representantes juvenis e integrantes dos conselhos tutelares e do meio acadêmico. O Plano Nacional foi aprovado em 12 de julho de 2000 pela Assembleia Ordinária do Conselho da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Brasil se tornou um dos primeiros países a cumprir a principal recomendação feita no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em 1996 em Estocolmo, na Suécia. Tendo como objetivo geral estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil estabeleceu diretrizes divididos em 6 eixos estratégicos (BRASIL, 2006, p. 34):

- *Análise de situação*: conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país; o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática; as condições e garantia de financiamento do Plano, o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação e informações de todos os dados à sociedade civil brasileira;
- *Mobilização e Articulação*: fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao turismo e ao tráfico para fins sexuais; pornografia na internet, e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização;
- *Defesa e Responsabilização*: atualizar a legislação sobre crimes sexuais; combater a impunidade; disponibilizar serviços de notificação; capacitar os profissionais da área jurídico-policia; implantar e implementar os Conselhos Tutelares; o SIPIA e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes;
- *Atendimento*: efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias;
- *Prevenção*: assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa; atuar junto à Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à INTERNET;
- *Protagonismo Juvenil*: promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

Com a implementação do Plano Nacional, tem-se exigido do governo brasileiro e da sociedade civil, políticas para a prevenção dos casos de abuso e exploração sexual, capacitação de agentes sociais, programas de atendimento educacional e psicossocial, regulamentação de leis e a criação de varas especializadas para atender crianças e adolescentes vitimizados, bem como ações que visem uma maior responsabilização dos agressores.

1.2.5 O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2001, dando sequência ao Plano Nacional (2000) – que contemplava a descentralização – cabendo a cada uma das 27 unidades federais construir um Plano Estadual que englobasse as peculiaridades e características operacionais de cada local, foi criado o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de São Paulo.

O Plano Estadual define as diretrizes básicas para as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do Estado e está integrado ao Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CONDECA/SP.

De acordo com o próprio Plano, apesar do ECA (1990) propor um novo paradigma de direitos, faltava uma mobilização maior da sociedade para exigir políticas públicas de enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes. Neste sentido, o Plano Estadual, em um esforço conjunto da sociedade civil e do poder público se tornou um documento norteador para o enfrentamento desta violência no Estado de São Paulo (2001, p. 10).

Seu objetivo geral é estabelecer um conjunto de ações articuladas entre sociedade civil e o governo, tendo como referência o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil (2000).

1.2.6. A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (1999)

No combate à violência sexual, outro documento importante que faz referência à exploração sexual é a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, que trata da proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil e traz a prostituição infanto-juvenil como uma das cinco piores formas de trabalho infantil. Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil em 2000, e se compromete a proibir e erradicar essas formas de trabalho infantil.

Existem diversos setores que resistem em categorizar a exploração sexual como uma forma de trabalho. Para estes segmentos, as crianças e adolescentes não devem ser vistas como prostitutas e sim como pessoas que foram prostituídas, objetos de uma atividade econômica perversa, produzida pelo sistema social, e que impede o seu desenvolvimento físico, psíquico e social (SANTOS, 2009, p. 99).

1.3 Os documentos que regem a Educação

Por se tratar de uma pesquisa que envolve a formação de professores, na qual procuramos verificar o nível de conhecimento dos estudantes dos cursos de licenciatura de três unidades da UNESP (Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) sobre violência sexual e temas afins, procuramos trazer para o nosso trabalho os documentos que regem a Educação no país. Nesse sentido, foram utilizados o Plano Nacional de Educação (2001), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) com o objetivo de verificar se estes documentos contemplam o tema por nós pesquisado.

Abaixo falaremos um pouco de cada documento, sua função e seus objetivos na área da Educação.

1.3.1 A Lei de Diretrizes e Bases

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi criada em 1971, mas só ganhou notoriedade em 1996 com a Nova Lei de Diretrizes e Bases. Este projeto foi proposto pelo deputado federal Otávio Elízio (PSDB/MG), após a aprovação da nova Constituição Federal (1988) sendo apresentado projeto à Câmara Federal. Para a elaboração do texto final desta proposta, definiu-se como relator do projeto o deputado Jorge Hage.

O documento original teve emendas e projetos anexados e tinha como objetivo a ampliação do sistema público de educação, regulamentar a educação infantil e melhorias curriculares do ensino médio.

Sua aprovação se daria em setembro de 1993, após 1263 emendas. O projeto original, após passar por longas negociações entre forças políticas e populares, seguiu para a avaliação reduzido, contendo apenas 298 artigos (RAMAL, 1997).

O relator da Comissão de Educação, o senador, Cid Sabóia (PMDB/CE), deu o seu parecer e a Comissão de Educação do Senado aprovou o Projeto de Lei nº 101/93.

O senador Darcy Ribeiro, alegando a inconstitucionalidade de vários artigos deste projeto, apresenta um substitutivo, mais sucinto (este novo projeto apresenta apenas 91 artigos), e o Projeto de Lei 101/93, que estava no Plenário do Senado, é retirado pelo senador Beni Veras.

O então presidente do Senado, José Sarney, decide retomar a tramitação dos três projetos: o antigo Projeto de Lei 101/93 da Câmara, o parecer do relator Cid Sabóia aprovado pela Comissão de Educação e o substitutivo de Darcy Ribeiro. Este último foi designado como relator que “notoriamente toma como referência seu próprio projeto e as suas concepções de Educação” (RAMAL, 1997).

Segundo Ramal (1997), houve uma espécie de consenso entre os senadores, e o substitutivo de Ribeiro fica evidência por ser o mais enxuto e não detalhista.

No dia 14 de fevereiro de 1996 é aprovado no plenário do Senado o Parecer nº 30/96, de Darcy Ribeiro. Esta decisão não só tira o projeto inicial da LDB de cena, como também, de certo modo, nega o processo democrático estabelecido anteriormente na Câmara e em diversos setores da população ligados à Educação (RAMAL, 1997).

Após ser promulgada pelo Congresso Nacional, a Lei 9394/96 é sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996.

Sua reformulação traz informações sobre currículos, avaliações para o ingresso do ensino superior, ensino à distância, educação de jovens e adultos (EJA), carga horária anual que a escola deve cumprir, o papel que compete aos governos estadual e municipal, entre outras questões. Destacaremos alguns artigos.

A formação do currículo deve contar com uma base nacional comum para o ensino fundamental e médio, sem desconsiderar as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (artigo 26).

O ensino à distância é incentivado pela LDB em todos os níveis e modalidades de ensino, desde que a instituição esteja devidamente credenciada.

Sobre a educação superior, a LDB aponta a finalidade de formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a inserção nos setores profissionais e contribuir no desenvolvimento da sociedade brasileira e sua formação contínua (artigo 43, inciso II); além de estimular o conhecimento dos problemas presentes no mundo (em especial aqueles nacionais e regionais), além de prestar serviços à comunidade, estabelecendo uma relação de reciprocidade (artigo 43, inciso VI). Neste sentido, o artigo 52 explicita que as universidades são instituições pluridisciplinares com características de uma produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, seja do ponto de vista científico e cultural, como regional e nacional (inciso I).

A nova LDB vem a ser uma lei que garante os direitos da criança e do adolescente de ter acesso a educação, a uma creche e a uma escola com ensino de qualidade, com um currículo que ensine não apenas português ou matemática, mas que o prepare para a vida, para exercer a cidadania, e o professor deve trazer para a sala de aula as questões que estão em volta de seus alunos: ética, cultura, sexualidade, meio ambiente, etc., temas que veremos no próximo documento.

1.3.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um referencial de qualidade comum a todos os alunos do ensino fundamental e médio, para que, independente das condições socioeconômicas, eles possam ter acesso ao mesmo conjunto de conhecimentos considerados como básicos e indispensáveis para o exercício da cidadania.

Sua criação se deu a partir do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) – concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, que além de trazer como uma tarefa principal a sua elaboração, tinha também como principal objetivo a recuperação da qualidade de ensino. A elaboração dos PCNs atenderia não apenas a Lei de Diretrizes e Bases (1996), mas, ainda, a própria Constituição Federal (1988) (BEAUCLAIR, 2006). Apesar de se basearem no Sistema Espanhol, os PCNs abrangem as características do Brasil, direcionadas para a realidade do nosso país:

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais, 1997, p. 13).

Os PCNs se dividem em Ensino Fundamental e Ensino Médio, cada um contendo dez volumes. Em nosso trabalho foi utilizado os PCNs do Ensino Fundamental que possuem os seguintes volumes:

- Volume 1 — Introdução aos PCN
- Volume 2 — Língua Portuguesa
- Volume 3 — Matemática
- Volume 4 — Ciências Naturais
- Volume 5.1 — História e Geografia
- Volume 5.2 — História e Geografia
- Volume 6 — Arte
- Volume 7 — Educação Física
- Volume 8.1 — Temas Transversais — Apresentação
- Volume 8.2 — Temas Transversais — Ética
- Volume 9.1 — Meio Ambiente
- Volume 9.2 — Saúde
- Volume 10.1 — Pluralidade Cultural
- Volume 10.2 — Orientação Sexual

1.3.3 O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

Assim como os Parâmetros, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998) é um conjunto referências e orientações pedagógicas que visam contribuir para as práticas educativas de qualidade e promover o exercício da cidadania nas crianças:

(...) este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa a favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas (BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, 1998).

O RCNEI surgiu através de amplo debate entre professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, e representa um avanço na educação infantil por tentar solucionar a visão “assistencialista de creche” bem como a fase marcada pela “antecipação da escolaridade das pré-escolas” (BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, 1998). Ele traz em seu conteúdo as conquistas políticas alcançadas, como incorporação da Educação Infantil no sistema educacional regular pelo MEC e seu tratamento na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases (1996) – no qual é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, artigo 29).

Ele é formado por três volumes organizados da seguinte forma: o primeiro volume refere-se a um documento introdutório que faz uma discussão de creches e pré-escolas, e aborda os conceitos de criança, educação, professor e instituição no qual são tratados no texto.

O segundo volume refere-se ao âmbito de experiência de formação pessoal e social e abrange os processos de construção de identidade e autonomia da criança.

O último volume trata do âmbito de experiência de conhecimento de mundo, que através de seis eixos estratégicos (Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Música e Matemática) as crianças possam construir diferentes linguagens e estabelecer relações com os objetos de conhecimento.

1.3.4 O Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) é um documento que estabelece metas na área da Educação para serem alcançadas em dez anos. Este documento tem respaldo na Constituição Federal (1988), em seu artigo 214, que estabelece o Plano Nacional de Educação de duração plurianual, e na Lei de Diretrizes e Bases (1996) que determina que no prazo de um ano a União encaminhe o Plano Nacional de Educação para o Congresso Nacional, com metas para os dez anos seguintes.

De acordo com Aguiar (2010), o PNE é resultado de embates em torno de projetos político-sociais e ao avaliar um plano desta natureza, é preciso ter ciência de que há um debate da política educacional e de seus determinantes, e o alcance dos seus objetivos e metas decorre dos resultados das lutas concretas entre grupos sociais com interesses distintos e diversos, que disputam a hegemonia nesse processo.

O PNE foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2000, e se estruturava em três eixos: a) a educação como direito individual; b) a educação como fator de desenvolvimento econômico e social; c) a educação como meio de combate à pobreza. Dentre seus objetivos, estavam: a elevação global do nível de educação da população; a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais e a democratização da gestão do ensino público (AGUIAR, 2010, p. 710).

Depois de seu prazo, podemos verificar que muitas metas não foram cumpridas, como: reduzir em 50% a repetência e o abandono; erradicar o analfabetismo até 2010; assegurar a Educação de Jovens e Adultos para 50% da população que não cursou o ensino regular. A dificuldade para o cumprimento das metas acontece porque a implantação dos objetivos traçados no PNE é uma responsabilidade dos diferentes níveis do governo, e a maioria dos municípios e estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos para o alcance destas metas e nem punição para quem descumprisse suas ações (MOÇO, 2010).

CAPÍTULO 2

Procedimentos Metodológicos

2.1. Documentos da área da Educação

Os documentos e as leis que contribuíram em nossas análises e que contemplamos são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96 (Brasil, 1996); o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 10.172/2001 (Brasil, PNE 2001); os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, RCNEI, 1998); e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil, PCN, 1997).

Também utilizamos o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (2000), o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes (2001) e o Guia Escolar (2004) no qual constam orientações específicas sobre a violência sexual para a área da educação, na busca de formar professores capacitados para lidar com os desdobramentos desta forma de violência.

O trabalho começou com uma leitura minuciosa de todos os documentos aqui citados. A partir desta leitura, fizemos fichamentos de cada documento que contém um resumo da obra, o contexto histórico de sua criação e alguns trechos e transcrições que poderiam ser utilizados posteriormente. Nossa organização se deu pela fonte documental. Esta etapa serviu para elucidar as ideias principais relacionadas com o nosso objetivo de evidenciar como as políticas públicas da área da Educação tratam as questões de violência sexual. Pimentel (2001) ressalta a importância deste processo metodológico:

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio (p. 189).

Depois desta etapa, fizemos uma nova leitura para agrupar aqueles trechos cujos assuntos se identificavam, ou seja, aqui não houve mais a separação por documento, mas sim pelo seu conteúdo. Como muito pouco foi encontrado referente ao nosso tema de estudo, trouxemos nossos achados juntamente com as análises dos dados do questionário. Sugerimos

que as próximas pesquisas possam aprofundar as análises dos documentos da área da Educação e a presença de artigos relacionados ao nosso tema.

Paralelamente ao trabalho de análise dos documentos, procedemos à coleta de dados junto aos licenciandos dos três Campus da UNESP.

2.2. Questionário

2.2.1. O instrumento

Antes de iniciarmos, gostaríamos de ressaltar que este projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FCT/UNESP⁶.

Para esta pesquisa, utilizamos um questionário (em anexo), elaborado por Santos e Libório (2011), baseado em Hawkins e McCallum (2001) e em Santos (2007). O questionário foi modificado apenas no seu final para articular-se melhor com a nossa pesquisa; ele visa identificar o nível de conhecimento que os estudantes têm sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e suas concepções acerca do abuso sexual, da exploração sexual e da prostituição. Este questionário possui um total de 19 questões, dessas, 16 são de múltipla escolha e 3 questões são de evocação de palavras. A aplicação desse instrumento teve como objetivos:

- obter dados gerais dos participantes: sexo, curso, se já atuavam na área da educação, para possíveis cruzamentos de dados;

- ter dados mais quantitativos referentes ao conhecimento que os alunos têm sobre a violência sexual: percepções, conceitos, saberes sobre legislações que tratam dos direitos da criança e do adolescente, indicadores no comportamento da criança/ adolescente que sofre este tipo de violência, e se alguma disciplina tratou do tema durante a graduação;

- coletar uma amostra mais quantitativa de suas representações sobre abuso sexual, exploração sexual e prostituição, por meio da técnica da evocação ou associação livre de palavras, citadas nas questões 2, 13 e 15;

⁶ Aprovação em anexo.

- investigar o que a Universidade poderia fazer para auxiliar os professores com os conteúdos referentes à violência sexual, durante a sua formação inicial e a formação continuada.

Para a análise dos dados, utilizamos o software SPSS, versão 12.0, e para a evocação de palavras utilizamos o programa Microsoft Office Excel, versão 2010 (para a tabulação das palavras), e o software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations), versão 2000 para as análises.

O EVOC é um software elaborado por Pierre Vergès e possui vários subprogramas que emitem relatórios com denominações distintas como TRIEVOC, RANGMOT, LISTVOC, AIDECAT e RANGFRQ. Estes subprogramas permitem que sejam feitas análises de evocação através da emissão de dados estatísticos, podendo verificar a frequência e distribuição das palavras evocadas.

Nestas três questões foi privilegiado o método associativo, em que a partir de uma palavra estímulo há uma evocação, ou seja, utilizamos como palavras estímulo “abuso sexual”, “exploração sexual” e “prostituição”, e a partir destas palavras indutoras, os participantes produzem outras palavras, sentimentos, adjetivos ou expressões que lhe vem à mente. Para Abric (1994), esta técnica permite, por seu caráter espontâneo, colher os elementos constitutivos do conteúdo da representação e do significado de uma representação, tanto mais que pode ser produzida individualmente ou em grupo.

Apresentaremos de cada palavra estímulo, o número de palavras evocadas, a sua frequência e as palavras que foram mais evocadas.

Ressaltamos que esta pesquisa tem um caráter quali-quantitativa. Quantitativa por contemplarmos a aplicação deste questionário em um elevado número de alunos, podendo contar assim com uma amostra maior em relação aos conhecimentos que estes participantes têm sobre a temática tratada. Qualitativa pelas análises feitas com as respostas obtidas no questionário, pela apresentação das representações sociais através das evocações, e por utilizarmos os documentos de âmbito educacional nestas análises. O uso dos softwares contribuiu neste sentido, pois através deles pudemos aprofundar e visualizar melhor os resultados.

2.2.2. Aplicação do instrumento

Inicialmente, selecionamos quatro campus da UNESP para aplicarmos este instrumento: Araraquara, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, entretanto, participaram os cursos cujos coordenadores consentiram a nossa pesquisa. Ressaltamos que esta pesquisa foi aplicada apenas nos cursos de licenciatura.

Os cursos convidados a participar no campus de Araraquara, foram Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Química. No campus de São José do Rio Preto, foram os cursos de Biologia, Letras, Matemática e Pedagogia. Em Marília, foram convidados os cursos de Ciências Sociais, Filosofia e Pedagogia. E em Presidente Prudente foram: Educação Física, Física, Geografia, Matemática e Pedagogia.

Neste último campus, há também licenciatura em Química, mas este curso não participou da nossa pesquisa, pois em 2009, Santos aplicou este questionário na turma do terceiro ano, e por este curso ser de cinco anos, esta turma de terceiro ano, em 2011 (época em que aplicamos os questionários) estava no quinto ano e já havia respondido ao questionário, podendo de alguma forma interferir no resultado.

Com relação à escolha dos Campus de Araraquara, Marília e São José do Rio Preto, os mesmos foram selecionados por suas localidades serem mais acessíveis para a pesquisadora, pelos professores desses campus manterem uma maior proximidade com os professores de Presidente Prudente e por possuírem um número significativo de cursos de licenciatura.

O meio de comunicação utilizado para um primeiro contato foi a internet. Por e-mail, escrevemos a todos os coordenadores dos cursos selecionados, para que autorizassem a pesquisa. Além de explicarmos sucintamente nossos objetivos, também enviamos em anexo o projeto e o questionário para conhecimento dos mesmos. Muitos deles responderam e autorizaram a nossa aplicação. Apesar de a maioria ter respondido o e-mail, ainda tiveram aqueles que não o fizeram, o que nos fez buscar outras estratégias para entrar em contato.

Com a autorização em mãos, passamos para o passo seguinte: conseguir um professor que cedesse uma parte de sua aula para aplicarmos os questionários. O critério para a escolha dos docentes era bem simples: a disciplina deveria ser obrigatória, para assim contemplar a aplicação em todos os alunos de uma única vez. Alguns coordenadores, que lecionavam para os últimos anos, disponibilizaram uma parte de suas aulas. Também houve aqueles que indicaram um professor para receber a pesquisa. Outros coordenadores, que

lecionavam para estas referidas salas, não puderam ceder por ter muitos conteúdos a trabalhar com suas salas. Para estes e para aqueles que não indicaram nenhum professor, a saída foi encontrar um professor disposto a ceder parte de sua aula; então, com os horários de aula das turmas em mãos, fomos atrás dos professores.

2.2.2.1 Campus de Presidente Prudente

Em Presidente Prudente, contamos com a ajuda de alunos conhecidos da pesquisadora que indicaram quais professores seriam mais acessíveis em receber a nossa pesquisa. Assim, contatamos estes professores para verificar se teriam a possibilidade de ceder uma parte de suas aulas e, com a adesão dos professores à nossa pesquisa, partimos para a aplicação. Nesta cidade, a maior dificuldade foi encontrar com o coordenador de um dos cursos, porém, assim que o encontramos e explicamos sobre a pesquisa, o mesmo autorizou. Outro obstáculo enfrentado em um segundo curso foi encontrar um professor que pudesse ceder uma parte de sua aula. Neste curso, só conseguimos aplicar o questionário depois de procurar pelo terceiro professor, que prontamente colaborou com a nossa pesquisa.

2.2.2.2 Campus de São José do Rio Preto

No campus de São José do Rio Preto, encontramos muitas dificuldades para a realização da pesquisa. Dos coordenadores que entramos em contato, apenas um respondeu que autorizaria a pesquisa, caso o diretor da unidade autorizasse. Esta pesquisa, necessariamente, precisa apenas da autorização do coordenador de cada curso, uma vez que o diretor do Campus de Presidente Prudente já assinara os documentos exigidos e fora aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o item de que precisávamos unicamente da autorização de cada coordenador de curso para que a pesquisa fosse aplicada. Porém, para conseguirmos a abertura dos professores coordenadores à nossa pesquisa, fomos em busca do diretor do referido Campus.

Na tentativa de falar com o diretor, sua secretária informou que a pesquisa não poderia ser aplicada se não fosse aprovada pelo CEP de sua unidade, independente do projeto já ter a aprovação do campus proponente da pesquisa. Na busca de informações, fomos

esclarecidas de que tínhamos que passar a pesquisa por todos os comitês dos campus participantes (quando estes possuísem CEP). Depois de feita toda a documentação e pronta para enviá-la para os outros três campus – Araraquara, Marília e São José do Rio Preto – obtivemos uma nova informação de que os outros CEP não precisariam aprovar, tendo validade nos outros campus a aprovação realizada em Presidente Prudente.

Ao voltarmos para São José do Rio Preto, fomos procurar o CEP, para informá-los sobre nossa pesquisa e pedir explanação aos coordenadores que tivessem dúvidas sobre os procedimentos adotados com trabalhos realizados em multi-campus. Lá, contamos a ajuda de uma funcionária, que entrou em contato com os mesmos, agendando horários para que pudéssemos encontrá-los. Sem ela, a coleta de dados seria árdua e quase impossível.

Apesar da pesquisa começar a caminhar neste campus, pela da intervenção desta funcionária, ainda tivemos dificuldades em conseguir a autorização de um coordenador que, por conta da sua agenda lotada, só conseguimos seu consentimento para a pesquisa após o término da coleta de dados nos outros cursos deste campus. Como ele não lecionava no último ano, nos indicou um professor que poderia aceitar nossa intervenção em sua disciplina. Após agendarmos a data, conseguimos finalizar a aplicação do questionário nesta cidade.

2.2.2.3 Campus de Araraquara

Em Araraquara, não tivemos a participação de todos os cursos de licenciatura. Dos quatro cursos possíveis, apenas três participaram de nossa pesquisa. As dificuldades encontradas foram: conseguir a autorização dos coordenadores e encontrar professores dispostos a ceder uma parte de suas aulas para a aplicação do questionário.

No início do ano de 2011, entramos em contato com três coordenadores, destes, dois nos responderam autorizando a pesquisa. Como tivemos contratempos relacionados à pesquisa estar validada pelo CEP para aplicarmos o questionário em outras unidades e posteriormente com a unidade de São José do Rio Preto, voltamos a procurá-los em setembro de 2011. No curso de Pedagogia, a coordenadora que já estava ciente da nossa pesquisa liberou a nossa aplicação e pediu para tratarmos nossa ida com o seu secretário. Ao procurarmos novamente a coordenadora do curso de Letras, que autorizara a pesquisa, soubemos que seu mandato terminara. Porém, ela encaminhou nossa pesquisa à atual coordenadora que, prontamente não viu problemas em nossa coleta, e autorizou a pesquisa.

No curso de Ciências Sociais – aquele que não obtivemos resposta aos e-mails enviados – procuramos novamente o coordenador e desta vez, ele nos avisou que levaria esta pesquisa para ser discutida na próxima reunião do Conselho de Curso para aprovação dos professores e, assim, autorizar a aplicação do questionário. Posteriormente, descobrimos que este campus tinha mais um curso de licenciatura (Química) e, após esperar por uma resposta aos nossos e-mails, recorremos ao telefone até encontrar o coordenador na faculdade e, apesar dele acreditar que a temática estudada – violência sexual – não tem ligação nenhuma com cursos de formação de professores, autorizou a pesquisa.

Com todos os cursos abertos para a aplicação, em seguida, contatamos os professores que permitiram nossa aplicação de questionário em suas aulas. Dois coordenadores lecionavam nos últimos anos de seus cursos, mas por conta do final de semestre que se aproximava, não consentiram a aplicação do questionário. Para estes cursos foram precisos procurar outros professores. Após a segunda tentativa, conseguimos agendar uma data com um professor do curso de Letras e aplicamos o questionário em sua aula. Com o curso de Ciências Sociais, após ir atrás de três professores, resolvemos desistir, pois ninguém queria ceder uma parte de sua aula por se aproximar do término do ano e das avaliações finais.

Na Pedagogia, como citado acima, foi o secretário do coordenador que organizou nossa ida. Ele recolheu a assinatura deste responsável, listou as disciplinas obrigatórias e agendou a nossa coleta de dados com um professor.

No curso de Química, o coordenador indicou um professor que poderia nos ceder uma parte de sua aula e, depois de conversarmos com este professor e agendar uma data, conseguimos coletar os dados.

2.2.2.4 Campus de Marília

Com relação ao campus de Marília, um fato que impediu a sua participação em nossa pesquisa foi a troca de coordenadores. Lá, inicialmente, dos três cursos de licenciatura, apenas um coordenador não respondera nossos e-mails, os outros dois coordenadores já estavam cientes da pesquisa e a autorizaram. Ao entrar em contato novamente com estes coordenadores para agendar a aplicação do questionário, fomos informados que os cursos tinham novos coordenadores, cabendo a estes autorizar a pesquisa. Depois de muitas tentativas, por e-mail e telefone, apenas um coordenador, dos dois cursos de licenciatura cujos

coordenadores autorizaram a pesquisa anteriormente, atendeu ao nosso pedido e aceitou que o curso sob sua coordenação participasse da pesquisa. O outro coordenador não foi encontrado durante nossas ligações para explicarmos nosso estudo e também não respondeu nossos e-mails. Para o terceiro curso, cujo coordenador anterior não respondera nossos e-mails, ligamos semanalmente, durante dois meses, em busca do nome do novo coordenador deste curso, porém ainda não tinha um sucessor. Devido a estas dificuldades e a falta de tempo, por conta dos atrasos sofridos nas outras cidades, decidimos não coletar dados deste campus e nos concentramos apenas nos três Campus: Araraquara, Presidente Prudente e São José o Rio Preto.

Vale ressaltar que antes dos alunos responderem os questionários, foi-lhes entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - modelo em anexo) que explicava os objetivos da pesquisa, a importância e a arbitrariedade de sua participação, bem como o sigilo das respostas obtidas.

CAPÍTULO 3

Apresentação e Análise dos Resultados

3.1. Concepções dos alunos dos cursos de licenciatura acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes

3.1.1. Participantes

Participaram da nossa pesquisa 441 alunos distribuídos em cinco cursos (dos seis cursos de licenciatura possíveis) da unidade de Presidente Prudente, todos os quatro cursos de São José do Rio Preto e de três cursos (dos quatro cursos de licenciatura) de Araraquara.

Em Presidente Prudente, participaram 162 sujeitos, sendo 46 do curso de Educação Física, 11 da Física, 30 da Geografia, 31 da Matemática e 44 da Pedagogia. Desses cursos, apenas Física possuía um único período (noturno), enquanto que os demais cursos tinham dois períodos que, com exceção da Pedagogia, que era vespertino e noturno, os outros eram cursos matutinos e noturnos.

No campus de São José do Rio Preto, participaram 128 alunos distribuídos pelos cursos de Biologia (8), Letras (40), Matemática (59) e Pedagogia (21). Desses, Biologia (período integral) e Pedagogia (noturno) são os cursos que possuem apenas uma sala; já Letras e Matemática possuem dois períodos (matutino e noturno).

Em Araraquara, participaram 151 alunos entre os cursos de Letras (85), Pedagogia (52) e Química (14). Os cursos de Letras e Pedagogia possuem dois turnos – sendo o primeiro, manhã e noite e o segundo tarde e noite. Química possui apenas um período, o noturno.

A média de alunos por sala foi de 22,05. Tiveram salas com um número elevado de alunos, como Matemática do período noturno, do Campus São José do Rio Preto e Letras (ambos períodos) de Araraquara, que possuíam salas acima de 40 alunos, por se tratar de disciplinas que abrangiam tanto os alunos de licenciatura como de bacharelado. Como as aplicações foram realizadas nos horários de aula, optamos por deixar que todos respondessem, no entanto, foi solicitado que os alunos escrevessem no questionário se estava matriculado na

opção bacharelado ou licenciatura, para que na tabulação, pudéssemos descartar os alunos que faziam apenas bacharelado.

Também encontramos salas com um número bem reduzido de estudantes, como o curso de Ciências Biológicas de São José do Rio Preto, que continham apenas 08 alunos. Este curso apresentou um número baixo, porque na véspera da aplicação houve uma festa e, como a aula era no período da manhã, muitos deles faltaram.

Em geral, tivemos uma boa adesão dos alunos à nossa pesquisa. Foram poucas as pessoas que entregaram em branco (apenas 12 alunos não responderam), e a maioria respondeu a todas as questões.

3.1.2. Questionário

Dos 441 questionários aplicados, foram tabulados 418. Tivemos este número porque não tabulamos os questionários cujos alunos dos cursos de Matemática, do campus de São José do Rio Preto, e de Letras, de Araraquara, estudavam apenas bacharelado, pois a nossa pesquisa busca verificar o conhecimento dos futuros professores, enquanto profissionais que manterão contato contínuo com crianças e adolescentes e, dessa forma, tem o dever de denunciar casos de maus-tratos com seus alunos.

Deste total de 418 participantes, 65,6% (n=274) dos respondentes são do sexo feminino, e 30,9% (n=129) do sexo masculino. A disparidade entre os sexos feminino e masculino nos chamou a atenção, e nos fez indagar o motivo do predomínio do sexo feminino nesses cursos de licenciatura. Talvez por questões históricas e culturais que trazem o educar, assim como o cuidar, como afazeres do gênero feminino.

Dentre os sujeitos, 41,6% falaram que já atuam na área da educação. Podemos perceber, por exemplo, que no curso de Letras há um número expressivo de alunos que lecionam em escolas de idiomas, devido a universidade propiciar em seus conteúdos, o estudo de línguas italiana, inglesa, espanhola, dentre outras. Também encontramos professores em escolas regulares, professores particulares, monitores, assistentes de sala, estagiários, etc.

Para ilustrar os locais e as funções de nossos participantes, apresentamos abaixo duas tabelas separadas, para melhor visualizarmos onde trabalham ou estagiam e o que fazem. Ressaltamos que não colocamos o número total de respondentes neste quadro, porque alguns alunos acumulam mais de uma função e/ou local de atividade, no qual a soma apresentaria um número maior do que aquele que foi encontrado.

As respostas encontradas nos quadros foram divididas pelos cursos, para verificarmos a inserção dos alunos em determinadas funções que estão em conformidade com os cursos estudados.

Quadro 2: Local de atuação por curso

	<i>Ed. Fís.</i>	<i>Física</i>	<i>Geog.</i>	<i>Matem.</i>	<i>Pedag.</i>	<i>Letras</i>	<i>Biolog.</i>	<i>Quím.</i>
Academia	2	0	0	0	0	0	0	0
Berçário	0	0	0	0	1	0	0	0
Escola	7	4	8	22	26	14	7	1
Clube	2	0	0	0	0	0	0	0
CPIDES ⁷	0	0	0	1	0	0	0	0
Cursinho	0	0	2	4	0	4	0	0
Curso profis.	0	0	1	0	0	0	0	0
Escola idiomas	0	0	0	0	0	15	0	0
Casa de Passagem	0	0	1	0	0	0	0	0
CEMAARQ ⁸	0	0	1	0	0	0	0	0
Faculdade	0	0	0	0	0	3	0	0
Fundação	0	0	0	0	1	1	0	0
Kumon	0	0	0	1	0	0	0	0
Prefeitura	1	0	0	0	0	0	0	0
Sec. da Educação	0	0	0	0	0	1	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Quadro 3: Atividade que atua por curso

	<i>Ed. Fís.</i>	<i>Física</i>	<i>Geog.</i>	<i>Matem.</i>	<i>Pedag.</i>	<i>Letras</i>	<i>Biolog.</i>	<i>Quím.</i>
ADI ⁹	0	0	0	0	1	0	0	0
Ag. Org. escolar	0	0	0	0	2	0	0	0
Ag. Educacional	0	0	0	0	1	1	0	0
Bolsista	0	0	0	2	1	0	0	1
Estágio	0	1	1	1	2	2	0	0
Instrutor	1	0	0	0	0	0	0	0
Professor	7	1	3	5	7	26	0	2
Atendente	0	0	0	2	0	0	0	0
Auxiliar de sala	0	0	0	0	4	0	0	0
Escriturário	0	0	0	0	1	0	0	0
Monitor	0	0	1	1	0	2	0	0
Coordenador	0	0	0	0	1	0	0	0
Projeto	1	0	0	1	3	4	0	0
Secretaria	0	0	0	1	0	0	0	0
Or. Educacional	0	0	0	0	1	0	0	0
Esporte	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

⁷ Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social.

⁸ Centro e Museologia, Antropologia e Arqueologia.

⁹ ADI é a abreviação para “agente de desenvolvimento infantil”.

Nem todos os participantes especificaram suas atividades, um exemplo disso foi que alguns alunos envolvidos em projetos, não citaram qual o tipo de projeto, onde fazem ou como atuam. Sabemos que alguns fazem pesquisas ou projetos nas escolas, mas também não especificaram.

Podemos observar que existem atividades e os locais onde se desenvolvem são específicos para os cursos onde estes alunos estavam matriculados: a academia, o instrutor (de academia); a Prefeitura, no setor de Esportes; professor em um clube; em escola dando aulas de futebol, são específicas do curso de Educação Física. No curso de Letras, tivemos um número significativo de participantes que responderam lecionar em escolas de idiomas. No berçário, as agentes de desenvolvimento infantil (ADI) são funções das estudantes de Pedagogia.

O curso de Matemática se destacou pelo alto índice de alunos que lecionam em cursinhos (cursos preparatórios para o vestibular) e que fazem estágios em escolas; este último também foi destaque no curso de Biologia.

Vemos que aparece Fundação como atividade. Uma pessoa especificou que sua função é de auxiliar a Pedagoga com os alunos que tem necessidades educativas especiais, na Fundação Ioque. A outra pessoa não especificou o que faz na Fundação e nem qual é.

Com relação ao conhecimento dos alunos sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentaremos algumas tabelas com os resultados obtidos pelo questionário. Nesta primeira parte traremos tabelas referentes às questões fechadas, em foi utilizado o software SPSS, versão 12.0, para tabulá-las. Subsequente, apresentaremos os quadros com os resultados encontrados pelo software EVOc, versão 2000.

As respostas foram agrupadas de acordo com seus temas (papel do professor, atitudes em relação a suspeitas e ocorrências de abuso sexual, comportamento das adolescentes, mitos e crenças, habilidade em reconhecer casos e responsabilidades de fazer a notificação).

No questionário, a questão 14 apresentava afirmações e as respostas apareciam em uma escala tipo Likert, numericamente pontuada de 1 a 5. Os participantes poderiam assinalar: 1- “discordo”, 2- “discordo parcialmente”, 3- “nem concordo, nem discordo”, 4- “concordo parcialmente”, 5- “concordo”, de acordo com o que julgavam suas percepções. Apesar de ter cinco alternativas nesta questão, as respostas estarão agrupadas em “concordo” para as opções “concordo parcialmente” e “concordo”; e “discordo” representará a soma de “discordo parcialmente” e “discordo”. Dessa forma, pretendemos ilustrar com mais clareza os resultados nas tabelas que se seguem.

Procuramos analisar as respostas dos participantes juntamente com o que encontramos nos documentos que regem a educação no Brasil. Utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Plano Nacional de Educação (2001), a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), a fim de identificar como nestes documentos aparecerem a temática violência sexual. Como estes documentos pouco tratam deste tema, trouxemos nas análises dos dados do questionário outros documentos que, de alguma forma, envolvem a temática da violência sexual como a Constituição Federal (1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); o Guia Escolar (2004); o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000); o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2001); a cartilha Abuso Sexual: Mitos e Realidades (2002); o Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual (2009); e também as pesquisas da área como as de Libório e cols. (2007); Landini (2011); Azambuja (2004); Piebe e Svedin (2008); Libório e Castro (2006); Drezzet e cols. (2001), Sanderson (2005) entre outros.

Como em nosso trabalho fizemos uso do mesmo questionário que Santos (2011) utilizou em sua pesquisa de Mestrado, para as nossas análises utilizamos também os resultados obtidos pela pesquisadora para verificarmos se há uma aproximação entre nossos achados. Vale ressaltar que o seu trabalho contou com a aplicação deste instrumento nos terceiros anos dos cursos de licenciatura da UNESP de Presidente Prudente, sendo pertinente e muito produtiva a sua utilização para embasar a discussão dos nossos resultados.

3.1.2.1. Análises realizadas pelo software SPSS

As Tabelas de 1 a 5 referem-se ao papel do professor e suas atitudes frente a situações em que podem se deparar que envolvem casos de violência sexual.

Tabela 1. O papel do professor

É papel do professor denunciar?	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	386	92,3	95,1
Não	9	2,2	2,2
Não sei	11	2,6	2,7
Total	406	97,1	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 2. Casos de suspeita de violência sexual

Deve denunciar?	F	%	Válida %
Sim	253	60,5	62,8
Não	60	14,4	14,9
Não sei	90	21,5	22,3
Total	403	96,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na Tabela 1 percebemos que 95,1% dos alunos acreditam que é papel do professor denunciar casos de violência sexual entre seus alunos; mesmo quando não há confirmação, apenas indícios de que esteja ocorrendo, 62,8% acham que deve ser feita a denúncia (Tabela 2). Por outro lado, vemos nesta tabela que 35,9% dos alunos responderam não denunciar, ou não saber se fariam a denúncia. É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz como compulsória a denúncia do professor em casos de suspeita e confirmação de maus-tratos (artigo 245º), e passível de punição. Ainda a ABRAPIA (1997) cita como uma obrigação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, em especial o professor, a denúncia dos casos de violência.

Apesar desse significativo número de sujeitos responder que deve ser feita a denúncia em casos de suspeita, percebemos pela literatura da área que as escolas não sabem como lidar com os casos de violência sexual (LIBÓRIO e cols., 2007; PIETRO, 2007; BRINO e WILLIAMS, 2003-a; 2003-b; HAZZARD, 1984; INOE e RISTUM, 2008; LANDINI, 2011; WILLIAMS, 2009; PIETRO e YUNES, 2007; PRIEBE e SVEDIN, 2008; FENG, HUANG e WANG, 2010; GOLDMAN e GRIMBBEK, 2008; CAMARGO, 2005; SANTOS, 2007).

Em sua pesquisa, Pietro (2007) verificou que os professores possuem uma escassez de informações, e apesar destas pessoas serem importantes enquanto fontes de recurso para crianças/adolescentes abusadas sexualmente, Libório e cols (2007) perceberam que há “núcleos de resistências” em suas falas. Reflexos do encaminhamento sobre suas vidas, as represálias e perseguições por parte dos familiares denunciados, a dificuldade de participar de um processo judicial e ter seus nomes expostos, a hierarquia existente no interior da escola, a falta de uma integração entre os profissionais da instituição e a certeza na impunidade do agressor estão entre os motivos de não se denunciar (p. 159).

A Tabela 3 refere-se à responsabilidade do professor pelo bem-estar de seus alunos.

Tabela 3. Responsabilidade pelo bem-estar de seus alunos

Professores são responsáveis pelo bem-estar de seus alunos	F	%	Válida %
Discordo	72	17,2	18,0
Nem concordo e nem discordo	50	12,0	12,5
Concordo	279	66,7	69,5
Total	401	95,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Para 69,5%, ou seja, maioria dos participantes, o bem-estar de seus alunos é uma responsabilidade do professor. De forma mais abrangente, a Constituição Federal (1988), em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo nº 4, também traz como um dever da família, da sociedade e do Estado proteger a criança e o adolescente de qualquer forma de negligência, exploração, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Quando se é exigida esta proteção, é pensando em um bem-estar, buscando um melhor desenvolvimento físico, psicológico e social desta criança/ adolescente.

Tabela 4. A responsabilidade em se envolver

A responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual é:	Assistentes sociais e psicólogos			Professores e diretores		
	F	%	Válida %	F	%	Válida %
Discordo	257	61,5	63,9	196	46,9	48,6
Nem concordo e nem discordo	34	8,1	8,5	66	15,8	16,4
Concordo	111	26,5	27,6	141	33,7	35,0
Total	270	96,2	100,0	403	96,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na Tabela 4 percebemos que para os participantes de nossa pesquisa, não cabe aos psicólogos e assistentes sociais a responsabilidade de se envolver nos casos de violência sexual, pois 63,9% discordaram dessa afirmativa. Em outra perspectiva, 48,6% também discordaram que esta seja uma responsabilidade dos professores e diretores. Apesar de a primeira questão ter dado uma pequena diferença em relação aos dados de Santos (2011), pois constatamos que os seus dados apontam que 70,2% dos sujeitos responderam discordar que seja uma responsabilidade dos assistentes sociais e psicólogos; com relação a segunda questão, verificamos que os dados se equiparam, considerando que Santos obteve 48,4% de participantes que discordaram sobre a responsabilidade de professores e diretores se envolverem em casos de violência sexual.

Assim como SANTOS (2011), nos chama atenção os participantes discordarem que seja uma responsabilidade dos psicólogos e assistentes sociais (63,9%), o que nos faz refletir sobre o fato de conhecerem a existência de outras partes igualmente importantes envolvidas. Porém, quase a metade acreditar que não é responsabilidade do professor e do diretor se envolver nos casos de violência sexual, nos faz questionar se estes sujeitos, ao responderem estas questões, sabiam qual é a real função de cada profissional. Para Inoe e Ristum (2008), a escola deve se comprometer com a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes e a atuação do professor em denunciar casos de violência sexual é fundamental, principalmente nas séries iniciais, quando os educadores permanecem um tempo maior com seus alunos.

Entretanto, não é um papel único do profissional da educação. A violência sexual abrange várias instituições e setores como: a família, a educação, a saúde, o judiciário e as políticas públicas. Assim, se faz necessário o comprometimento de todos os setores para atuar na prevenção e no combate desta violência. O Plano Nacional de Educação (2001) aponta a importância da sociedade civil na luta pelos direitos da criança e do adolescente:

O art. 227, § 7º, da Constituição Federal determina que no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de 0 a 18 anos de idade) seja levado em consideração o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de "*participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis*". Além da ação direta dessas organizações há que se contar com a atuação dos conselhos governamentais com representação da sociedade civil como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares (Lei n. 8069/90). [...] (BRASIL, PNE, 2001, grifos do autor).

Outro documento que trata da importância de uma ação conjunta é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998):

A desnutrição, a violência, os abusos e maus-tratos, os problemas de saúde, etc. que algumas crianças sofrem não são questões que só a instituição de educação infantil pode resolver isoladamente. Só uma ação conjunta entre os diversos recursos da comunidade como as associações civis e os conselhos de direitos das crianças, as organizações governamentais e não-governamentais ligadas à saúde, à assistência, à cultura etc. pode encaminhar soluções mais factíveis com a realidade de cada situação. (BRASIL, RCNEI, v. 1, p. 65).

Vemos que não é apenas uma instituição que poderá resolver questões como a violência sexual e outros tipos de violência como coloca o RCNEI, mas uma união de forças

entre o Conselho Tutelar, Organizações não-Governamentais, Organizações Governamentais, Escolas, Posto de Saúde, Programas de Assistência Social, entre outros. Esta formação se faz necessária para ter um trabalho articulado entre diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores de diversas disciplinas, enfermeiros, médicos, advogados, etc.), e com isso aumentar a probabilidade de ajudar a pôr um fim ao ciclo de violência vivenciado pelas famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (SANTOS, 2011, p. 49).

Tabela 5: Em que situações é apropriado fazer a denúncia

A denúncia deve ser feita se:	Sim		Não		Não sei		N
	F	%	F	%	F	%	
a) Uma criança diz que está sendo abusada, mas não há outras provas a não ser este relato da criança	311	76,6	30	7,4	65	16,0	406
b) Um (a) adolescente diz que está sofrendo abuso, mas não existe outra prova a não ser o seu relato	265	65,3	38	9,4	103	25,4	406
c) Uma criança tem lesões físicas, mas quando questionada não admite a violência	338	83,9	15	3,7	50	12,4	403
d) Um (a) adolescente tem lesões físicas, mas quando questionado (a) não admite a violência	309	76,7	26	6,5	68	16,9	403
e) Não há evidências, mas amigo da criança/adolescente revela o abuso	240	59,4	44	10,9	120	29,7	404
f) Não há evidências, mas vizinho adulto da criança/adolescente revela o abuso	269	66,6	34	8,4	101	25,0	404
g) Não há evidências, mas um parente adulto da criança/adolescente revela o abuso	332	82,0	18	4,4	55	13,6	405
h) Não há evidências, mas irmão da criança/adolescente revela o abuso	337	83,8	21	5,2	44	10,9	402

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A Tabela 5 traz algumas situações em que os alunos responderam se deveriam ou não fazer a denúncia. Chamou-nos a atenção que para uma mesma situação os participantes deram respostas diferentes por se tratar de criança em uma e adolescente na outra. Enquanto que para a criança, obtivemos um maior número de afirmativas para denunciar, para os adolescentes esse número foi menor, aumentando a porcentagem de respostas *não* e *não sei*.

Na Tabela 5, alguns dados encontrados por nós ficaram bem abaixo em relação aos encontrados por Santos (2011). Um exemplo é a questão “a”, em que 76,6% dos nossos sujeitos acham apropriado denunciar, caso uma criança relate que está sendo abusada sexualmente. Na pesquisa de Santos este número foi para 87,3%. A questão “b” que pergunta se é apropriado denunciar quando um(a) adolescente relata que sofre abuso, em nossa pesquisa 65,3% acharam apropriado denunciar, enquanto que o número no trabalho de Santos foi 77,2%.

Tabela 6: Procedimentos quanto a denúncia de abuso sexual de crianças, comparando-se os dados das 3 cidades

Uma criança diz que está sendo abusada, mas não há outras provas a não ser este relato da criança. Deve denunciar?	Sim		Não		Não sei		N
	F	%	F	%	F	%	
Presidente Prudente	127	80,4	16	10,1	15	9,5	158
São José do Rio Preto	81	75	5	4,6	22	20,4	108
Araraquara	102	73,4	9	6,5	28	20,1	139
Total	310	100	30	100	55	100	405

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 7: Procedimentos quanto a denúncia de abuso sexual de adolescentes, comparando-se os dados das 3 cidades

Um (a) adolescente diz que está sofrendo abuso, mas não existe outra prova a não ser o seu relato. Deve denunciar?	Sim		Não		Não sei		N
	F	%	F	%	F	%	
Presidente Prudente	111	70,3	16	10,1	31	19,6	158
São José do Rio Preto	65	60,2	10	9,3	33	30,5	108
Araraquara	88	63,3	12	8,6	39	28,1	139
Total	264	100	38	100	63	100	405

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como em nossa pesquisa estes dados referem-se às três cidades, separamos os dados de cada campus para verificarmos seus resultados individualmente. Pelas Tabelas 6 e 7, percebemos que nas três cidades a porcentagem se mostra inferior aos números encontrados por Santos (2011). O que nos chama atenção na tabela 6 é o campus de Araraquara que, apesar da existência de um grupo de estudos que aborda como tema central a sexualidade, o número aparece inferior (73,4%) ao do campus de São José do Rio Preto (75%), que não possui nenhum grupo específico que lida com esta temática. Esperávamos que Araraquara

apresentasse uma porcentagem maior por acreditar que as pesquisas resultantes deste grupo conscientizariam os discentes sobre questões ligadas ao papel do professor com relação à sexualidade.

Sobre a diferença encontrada entre a nossa pesquisa e a de Santos (2011), podemos levantar uma hipótese: a cidade de Presidente Prudente, desde o ano 2000, conta com o Programa Sentinela (atual CREAS), que em parceria com as ações da professora orientadora desta pesquisa na UNESP e a prefeitura tem feito mobilizações como cursos de capacitação de professores, oficinas na Semana da Educação, a abordagem deste tema pela professora orientadora em suas aulas bem como as suas pesquisas podem ter contribuído para que a porcentagem de Santos (2011) fosse maior. Com isso, podemos observar o quanto pode fazer a diferença discutir e trabalhar este tema na formação dos futuros professores.

Outro ponto que devemos considerar é o índice de sujeitos que denunciariam nas Tabelas 5 (“a” e “b”), 6 e 7. Quando tratamos de crianças, o número de sujeitos que afirmaram que denunciariam apenas tendo o seu relato (5a; 6) é maior se comparado ao número de adolescentes (5b; 7). Entendemos que esta diferença possa ser explicada devido a criança causar nos participantes maior sentimento de empatia e compaixão, diferentemente das adolescentes que, por outro lado, podem até ser responsabilizados pela violência sofrida, devido aos valores culturais implícitos que associam às adolescentes que fogem do modelo social imposto para elas com tendo uma postura provocadora e “demoníaca” (LIBÓRIO e cols., 2007, p. 157).

Tabela 8. O abuso é um incidente isolado

O abuso de crianças e adolescentes é um incidente isolado?	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	300	71,8	75,0
Nem concordo e nem discordo	42	10,0	10,5
Concordo	58	4,8	14,5
Total	400	95,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 9. Os agressores geralmente são estranhos à criança

Crianças são mais agredidas sexualmente por estranhos do que por conhecidos ou familiares	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	349	83,5	86,1
Nem concordo e nem discordo	29	6,9	7,1
Concordo	27	6,4	6,8
Total	400	95,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A Tabela 8 mostra que 75% dos respondentes discordam que o abuso aconteça de forma isolada, 14,5% concordam e 10,5% nem concordam e nem discordam. Na Tabela 9, 86,1% discordam que a criança sofra mais agressões de estranhos que de conhecidos e familiares. Isso vai ao encontro da literatura da área, tal como verificamos o Relatório Anual produzido pela Childline (2003, apud Sanderson, 2005, p. 54) que concluiu que 87% das violências sexuais são cometidas por alguém que é conhecido da criança.

No Brasil, Drezett, Caballero, Juliano, Prieto, Marques e Fernandes (2001) analisaram 617 casos de violência sexual cometida contra crianças, adolescentes do sexo feminino e mulheres, documentados no Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, entre julho de 1994 e agosto de 1999. Os autores verificaram que em 84,5% dos casos de violência sexual cometidos contra as crianças, a vítima sabia quem era o seu agressor. Em 21,7% dos casos, o agressor era o pai, 16,7% o padrasto, 1,6% o pai adotivo, 11,6% o tio, 10% o avô, 16,7% o vizinho e em 21,7% o agressor era outro conhecido da família.

Tabela 10. Os pais têm direito de tratar seus filhos como bem entenderem

Os pais têm direito de tratar de seus filhos como acharem melhor	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	342	81,8	85,3
Nem concordo e nem discordo	24	5,7	6,0
Concordo	35	8,4	8,7
Total	401	95,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na Tabela 10, apenas 8,7% dos participantes concordam que os pais têm o direito de tratar seus filhos como acharem melhor. Podemos relacionar este resultado com um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na parte dos temas transversais, mais especificamente o de Orientação Sexual:

Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. A única exceção refere-se às situações em que haja violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nessa situação específica, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos — por exemplo, as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente (p. 85). (PCN – orientações sexuais)

Percebemos que o professor deve respeitar as diferenças de seus alunos, provenientes de suas famílias, por meio da criação que lhes é passada, de sua cultura, porém, nem por isso, os pais ou responsáveis têm o direito de tratar seus filhos da maneira que acharem melhor, e em casos que ferem a integridade física ou psicológica de seus filhos, o professor pode e dever intervir buscando colocar a salvo seus alunos, mesmo que venha contrariar seus cuidadores.

Tabela 11. Crianças geralmente mentem sobre abusos sexuais

As crianças mentem e fantasiam sobre abuso sexual	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	295	70,5	73,6
Nem concordo e nem discordo	69	16,5	17,2
Concordo	37	8,4	9,2
Total	401	95,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na Tabela 11, 73,6% dos participantes acreditam que as crianças não mentem ou fantasiam sobre o abuso sexual. Estes dados convergem com os da ABRAPIA (2002), no qual mostram que não chegam a 6% o número de crianças e adolescentes que mentem ter sofrido o abuso. A quebra desse mito é importante para que esses futuros professores possam abrir espaço para dar voz à criança e mostrar que acreditam nela, pois se o abuso já se configura em uma situação extremamente complicada para o aluno, revelar também é muito difícil e pode trazer danos até mais graves quando não se é feita uma intervenção adequada. Ainda assim é preocupante saber que 17,2% dos participantes têm dúvidas quanto a isso e 9,2 % acham que as crianças podem mentir sobre a ocorrência do abuso sexual, pelo fato dessas crenças poderem levar esses profissionais a não denunciarem.

Tabela 12. Mesmo com a denúncia nada é feito ao agressor

Não existem benefícios em denunciar, pois nada é feito ao agressor	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	378	90,5	94,3
Nem concordo e nem discordo	9	2,2	2,2
Concordo	14	3,4	3,5
Total	401	95,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 13. Punição severa aos agressores

Agressores sexuais de crianças e Adolescentes devem receber Punições severas	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	27	6,4	6,7
Nem concordo e nem discordo	12	2,9	3,0
Concordo	364	87,1	90,3
Total	403	96,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A Tabela 12 mostra que 94,3% dos alunos discordam que nada será feito ao agressor, bem como 90,3% concordam que a punição a esses agressores deveria ser muito severa, conforme vemos na Tabela 13. Devemos compreender que a punição, como a prisão, não resolverá o problema de pedófilos, por exemplo. Desta forma, devemos pensar em tratamento a estes agressores.

Diferente dos exploradores sexuais (abusadores, clientes e aliciadores), os pedófilos possuem motivações e características muito distintas (LIBÓRIO e CASTRO, 2010, p. 24).

O termo pedofilia vem do grego antigo (*paidophilos*: pais = filhos; e *phileo* = amar); no entanto, a palavra ganhou outro sentido, sendo designada para caracterizar os comportamentos socialmente inadequados (FELIPE, 2006, p. 212), e se insere, na psiquiatria, como uma das parafilias, que podem ser entendidas como:

Transtornos sexuais caracterizados por fantasias sexuais especializadas e intensas necessidades e práticas que, em geral, são de natureza repetitiva e angustiam a pessoa. A fantasia especial, com seus componentes conscientes e inconscientes, constitui o elemento patognomônico, sendo a excitação sexual e o orgasmo fenômenos associados (LIMA, 2004, apud LIBÓRIO e CASTRO, 2010, p. 26).

Assim, não podemos falar que todos os exploradores sexuais são pedófilos, pois eles não necessariamente têm este desejo intenso por um pré-púbere; da mesma forma, não podemos afirmar que todos os pedófilos são criminosos, uma vez que eles poderiam nunca ter abusado ou explorado sexualmente uma criança, deixando seus desejos apenas na fantasia. Então, não é crime ser pedófilo, o crime está em abusar ou explorar sexualmente de uma criança ou um adolescente, seja através do abuso sexual com contato físico, ou via acesso e distribuição de pornografia infantil, práticas de prostituição ou turismo ou tráfico para fins sexuais.

Caso tenha infringido as leis, o pedófilo deve ser punido de acordo com o Código Penal, porém ele também deve ter um acompanhamento psicológico para que não venha a reincidir no crime de violência sexual (LIBÓRIO e CASTRO, 2010). Este acompanhamento psicológico ao agressor está em acordo com o eixo de prevenção terciária, que tem como objetivo acompanhar a vítima, o agressor e a(s) família(s) envolvida(s), através de atendimentos médico, psicológico, jurídico e social (ABRAPIA, 2002, p. 50).

Além da prevenção terciária, existem também a prevenção primária e secundária, todas classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS): a prevenção primária tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência contra a criança e o adolescente, atuando nas suas causas; e a prevenção secundária tem o objetivo de detectar precocemente as crianças e os adolescentes em situação de risco, a fim de impedir os atos de violência e/ou sua repetição (ABRAPIA, 2002, p. 48). Ambos os níveis de prevenção podem ser desenvolvidos nos espaços educacionais, escolares ou não.

Tabela 14. É um problema que não deve ser tratado na escola

A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	378	90,4	94,4
Nem concordo e nem discordo	9	2,2	2,3
Concordo	13	3,2	3,3
Total	400	95,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 15. Casos deveriam ser resolvidos dentro da escola, sem o envolvimento das autoridades

Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	9	2,2	2,2
Não	342	81,8	85,1
Não sei	51	12,2	12,7
Total	402	96,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Para 94,4% dos respondentes, a violência sexual é um problema que deve ser tratado na escola (Tabela 14), porém, 85,1% acham que não cabe à escola resolver esse delito, competindo isso às autoridades competentes (Tabela 15).

Toda a parte de abertura de um processo crime, investigação, ações de proteção à vítima devem ser feitos por outros segmentos, promotoria, polícia e conselho tutelar respectivamente. Cabe à escola fazer um encaminhamento correto, dando início a um processo mais longo. Além deste procedimento, a escola tem o dever de trabalhar essa temática em sala de aula, para que os alunos saibam diferenciar as atitudes que são abusivas daquelas que não o são, de forma a prevenir que crianças e adolescentes tenham seus direitos violados.

Tabela 16. Experiência para lidar com casos entre os alunos

Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	104	24,9	26,3
Nem concordo e nem discordo	53	12,7	13,4
Concordo	239	57,2	60,3
Total	396	94,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 17. Confiança na própria habilidade em reconhecer casos

Você confia em sua habilidade para reconhecer casos de violência sexual?	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	25	6,0	6,3
Não	218	52,2	54,4
Não sei	157	37,6	39,3
Total	400	95,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando questionados sobre a experiência em lidar com o assunto, 60,3% concordam que não tem nenhuma experiência, conforme mostram os dados da Tabela 16. Na Tabela 17, apenas 6,3% acreditam na sua habilidade de reconhecer um caso de violência sexual. É fundamental que este assunto seja trabalhado durante as aulas dos cursos de licenciatura, sendo inserido na grade curricular obrigatória ou em disciplinas optativas. No eixo da prevenção, que consta no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil, é clara a importância da escola para ensinar os direitos das crianças e dos adolescentes, assim como meio de se prevenir da violência sexual (LANDINI, 2011, p. 94). O trabalho com os temas transversais, em particular, aqueles que se referem à educação afetivo-sexual é outro ponto a ser destacado e que deve ser trabalhado pelos professores (LIBÓRIO & CAMARGO, 2006).

Tendo como tema central a violência sexual, o Guia Escolar (2004) tem o objetivo de informar os educadores sobre as legislações que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes, e promover nestes profissionais uma postura mais protetiva ao identificarem casos de violência sexual em seus alunos. Este documento ressalta a importância da escola na construção da cidadania de crianças e adolescentes, e defende que os professores possam:

(...) cumprir seu compromisso ético, moral e legal de notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, abuso e exploração sexual. Ao mesmo tempo, pretende incentivar os educadores a agirem de maneira solidária em relação a crianças e adolescentes que sofrem ou sofreram abuso, encaminhando-os, em regime de prioridade absoluta, aos serviços de ajuda médica, educacional, psicossocial e jurídica (GUIA ESCOLAR, 2004, p. 25).

O Guia Escolar foi estruturado em três modalidades de prevenção aos maus-tratos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), das Nações Unidas, sendo elas: a prevenção primária, a prevenção secundária e a prevenção terciária – já citadas anteriormente.

Os educadores devem agir na prevenção primária, pois a escola é o local propício para um trabalho informativo envolvendo os próprios professores, pais, crianças e adolescentes. Estas informações recebidas pelo professor têm o objetivo de mobilizá-los a tomarem uma atitude frente à violência e fazer com que não se sintam atemorizados pela situação e reação dos pais e fornecer-lhes segurança para que possam levar um processo contra abuso sexual até o fim (ABRÁPIA, 2002).

Priebe & Svedin (2008), em pesquisa realizada na Suécia, analisaram os padrões de revelação sobre experiências de abuso sexual vivenciadas e indicaram que os pares são os

grupos aos quais mais a revelação é feita; os autores enfatizam a necessidade dos profissionais do sistema educacional estarem mais conscientes sobre seus achados, sobre o fato de que poucos adolescentes buscam sua ajuda ou a de outros adultos para fazer tal revelação e sugerem que os mesmos ofereçam mais suportes aos adolescentes mais vulneráveis bem como para seus amigos que desejam ajudar um ao outro.

Concordamos com Landini (2011) que além da necessidade destes profissionais serem capazes de lidar nestes casos, “é imprescindível a formação de parcerias com a rede de atendimento” (p. 93), como falamos em outro momento.

Tabela 18. Chamar pais para uma conversa

Ao suspeitar de um caso de violência sexual, deve se chamar os pais	F	%	Válida %
Discordo	52	12,4	12,9
Nem concordo e nem discordo	50	12,0	12,3
Concordo	169	72,5	74,8
Total	405	96,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 19. Investigar os fatos antes de tomar atitudes

É necessário investigar a veracidade dos fatos antes de tomar qualquer atitude	F	%	Válida %
Discordo	55	13,1	13,6
Nem concordo e nem discordo	19	4,5	4,7
Concordo	331	79,1	81,7
Total	405	96,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Apesar de algumas respostas anteriores mostrarem que nossos participantes possuem algum conhecimento sobre a caracterização do abuso sexual, como por exemplo, saber que o agressor geralmente não é um desconhecido, ou que as crianças/ adolescentes não mentem ou fantasiam sobre abuso sexual, podemos verificar pelas Tabelas 18 e 19 certa falta de experiência com atitudes que tomariam frente a um caso de violência sexual. Vemos na Tabela 18 que 74,8% dos alunos chamariam os pais para conversar caso suspeitassem que seu aluno esteja sofrendo algum tipo de violência sexual. E 81,7% investigariam antes de tomar qualquer atitude (Tabela 19). Apesar de alguns autores (AZAMBUJA, 2004; LANDINI, 2011) trazerem como a melhor opção a investigação de casos em que há apenas a suspeita de violência sexual, na possibilidade de minimizar os danos para o aluno, para a família e para o próprio professor, se porventura a denúncia não se fundamente, acreditamos que em casos de

suspeita o melhor a ser feito é notificar as autoridades competentes, como consta no Guia Escolar (2004). Esperar que a suspeita se confirme é expor ainda mais o aluno a uma situação de risco.

Como já citamos acima, o ECA traz como compulsória a denúncia por parte do professor, mesmo em casos de suspeita.

Com relação a chamar os pais para conversar, esta é outra atitude que expõe ainda mais o aluno ao risco. Como citamos anteriormente, os casos de abuso sexual são cometidos, em sua maioria, por pessoas muito próximas da criança/adolescente e por diversos motivos, a família poderá fazer com que a criança negue, além de retirá-la da escola, podendo ser punida por ter buscado ajuda. A atitude de investigar melhor os fatos antes de fazer denúncia de uma suspeita não cabe aos professores, sendo que essa prática é restrita a função dos órgãos de segurança, como a polícia.

Apesar de responderem algumas questões de acordo com o esperado, esta Tabela 18 mostra que os alunos participantes da pesquisa podem ter marcado as alternativas “politicamente corretas”, ou seja, aquilo que eles acreditavam ser a atitude correta, e não o que realmente fariam diante das situações apresentadas no questionário.

Tabela 20. Algumas adolescentes provocam os adultos

Algumas adolescentes provocam os adultos com as vestimentas que usam	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	262	62,7	65,0
Nem concordo e nem discordo	64	15,3	15,9
Concordo	77	18,4	19,1
Total	403	96,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 21. Adolescentes de hoje têm comportamento promíscuo

O comportamento sexual dos adolescentes de hoje é promíscuo	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	121	28,9	30,1
Nem concordo e nem discordo	113	27,0	28,1
Concordo	168	40,2	41,8
Total	402	96,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As Tabelas 20, 21 e 22 referem-se ao comportamento atribuído às adolescentes. Quando questionados sobre as vestimentas que as adolescentes usam, na Tabela 20 vemos que

19,1% concordaram que a roupa usada por elas provocam os adultos. Este número nos chamou a atenção porque ficou bem abaixo do encontrado por Santos (2011) em sua pesquisa, que foi de 31,2%. Para 41,8% dos respondentes, o comportamento das adolescentes é considerado promíscuo, conforme os dados da Tabela 21.

Tabela 22. As adolescentes estão expondo excessivamente seus corpos

As adolescentes estão expondo seus corpos excessivamente	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	101	24,2	25,4
Nem concordo e nem discordo	65	15,6	16,3
Concordo	232	55,5	58,3
Total	398	95,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na Tabela 22, mais da metade dos participantes (58,3%) acreditam que as adolescentes estão expondo excessivamente seus corpos. Os dados da Tabela 22 também foram comparados aos resultados de Santos (2011) mostrando uma divergência: 47,5% concordam que as adolescentes estão expondo excessivamente os seus corpos, diferença esta mereceu nossa atenção.

Essas crenças podem tirar o foco do agressor e culpabilizar as adolescentes pelo seu modo de agir ou vestir. Temos que ter a clareza que usar uma roupa curta ou decotada não autoriza que ela seja violentada sexualmente.

Percebemos também uma menor sensibilidade dos licenciandos aos casos de violência ocorridos com adolescentes quando comparados com crianças menores de 10 anos. Podemos notar não apenas pelas pesquisas, mas na Tabela 5 deste trabalho, que ao trazer as mesmas situações para crianças e adolescentes, obtivemos um maior número de denúncias para os casos de violência sexual contra crianças.

Libório (2011) discute em sua pesquisa o quanto é enraizada esta questão da culpabilização das adolescentes pelo abuso sexual sofrido, situação essa que foi superada através do Programa realizado pelo CREAS de Presidente Prudente (antigo Programa Sentinela), que por meio de acompanhamento psicológico essas meninas puderam reavaliar a situação abusiva pela qual passaram e verificar que não foram responsáveis pela violência vivida.

Em outro momento, Libório e cols. (2007), ao tratarem da questão da exploração sexual, levantaram que os valores culturais e sociais quanto ao gênero feminino podem

interferir no posicionamento dos professores e atribuir a condição de réu às adolescentes expostas a esta modalidade de violência (p. 157).

Tabela 23. Importância da discussão do tema

Acho importante que o tema violência sexual seja discutido na formação de professores	F	%	Válida %
Discordo	5	1,2	1,2
Nem concordo e nem discordo	10	2,4	2,5
Concordo	386	92,4	96,3
Total	401	95,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 24. Discussão do tema em disciplinas de graduação

O tema violência sexual foi discutido em alguma disciplina	F	%	Válida %
Sim	58	13,9	14,5
Não	310	74,2	77,7
Não sei	31	7,4	7,8
Total	399	95,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação à presença de conteúdos sobre violência sexual na grade curricular dos cursos de licenciatura, vemos na Tabela 23 que 96,3% acham importante que a violência sexual seja discutida na universidade. Apesar disso, verificamos na Tabela 24 que apenas 14,5% tiveram aulas sobre este assunto na graduação. Dentre as disciplinas que os participantes já tiveram contato com a temática violência sexual, estão:

- Em Araraquara – Psicologia.
- Em Presidente Prudente – Fundamentos da Educação Inclusiva, Educação Física no Ensino Médio, Didática, Psicologia, Estrutura do Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Problemas Emocionais em Sala de Aula;
- Em São José do Rio Preto - Psicologia, Psicologia III, Estágio Curricular, Casos de Ensino da Educação Infantil e Didática.

Quando cruzamos estes dados pelas cidades e cursos, verificamos que os participantes que apresentaram maior número de afirmativas quanto ao trabalho do tema nas disciplinas são dos cursos de Educação Física e Pedagogia, ambos de Presidente Prudente. Queremos ressaltar que estes dois cursos se destacaram dos demais devido à professora orientadora desta pesquisa, que lecionou nestes cursos com as disciplinas de Psicologia (na

Educação Física) e Fundamentos da Educação Inclusiva (na Pedagogia) e durante suas aulas, abordou a temática com seus alunos.

Seria pertinente que todos os alunos dos cursos de licenciatura tivessem aulas sobre as possíveis situações que encontrarão na escola: crianças/ adolescentes com deficiência, hiperatividade, situações de maus-tratos e violência sexual, trabalho infantil, bullying, extrema pobreza, etc. para saberem como lidar com as adversidades.

O Quadro 4 apresenta as formas pelas quais a Universidade poderia ajudar o professor com o conteúdo de violência sexual, seja na formação inicial ou continuada. Esta questão, diferente das demais, foi uma questão aberta, na qual os participantes escreveram como a Universidade poderia contribuir para disponibilizar o conhecimento sobre esta temática, sendo algumas vezes citadas mais de uma função. Por se tratar de uma resposta dissertativa, e pelo elevado número de participantes, surgiram diversas opções, havendo a necessidade de categorizar a maioria delas para que pudéssemos ilustrar da melhor forma possível sua ideia central. Assim, por exemplo, “cursos de capacitação”, “cursos de reciclagem” ou “minicursos” entraram como “Palestras, cursos e orientações”. Abaixo estão as categorias que surgiram a partir de suas respostas:

Quadro 4. Contribuição da Universidade

Como a Universidade pode contribuir para ajudar o professor	<i>Formação Inicial</i>	<i>Formação Continuada</i>
Assistência multiprofissional aos professores	0	5
Campanhas	0	1
Distribuir materiais	1	0
Estágios extraescolares	0	2
Incluir o tema nas disciplinas	92	21
Pesquisa	3	15
Pós-graduação específica sobre o tema	0	2
Preparar o professor	8	8
Palestras, cursos e orientações	230	290
Oferecer uma disciplina específica	54	8
Trabalhos interdisciplinares	4	2
Discutir em reuniões de HTPC	0	2
Não é função da Universidade	2	1
Nada	0	1
Não sabe	6	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Percebemos pelo Quadro 4, que a categoria “Palestras, Cursos e Orientações” se destaca como a mais citada pelos participantes. É importante lembrarmos que para o professor

ter atitudes protetivas em relação a seus alunos e ensinar que eles se previnam contra maus-tratos e violências domésticas, este profissional precisa, de alguma forma, ter aprendido os meios de prevenção. Para isso é fundamental a Universidade passar este conhecimento a seus alunos de licenciatura, como um caminho para diminuir e combater os possíveis riscos que as crianças e adolescentes enfrentam em suas vidas. Contatamos, ainda que bem baixo, o número de participantes da pesquisa que não acreditam que a Universidade teria a função de prepará-los para enfrentar essas situações de violência sexual nas escolas, ou que não sabem o que sugerir.

3.4. Análises realizadas pelo software EVOC

Nesta parte, analisaremos as questões abertas nº 2, 13 e 15, que se referem aos sentimentos, pensamentos, percepções, expressões que os alunos participantes têm sobre o abuso sexual, a exploração sexual e a prostituição, respectivamente.

Estas questões foram tabuladas utilizando o programa Microsoft Office Excel, versão 2010, sendo posteriormente exportadas para o software Evoc, versão 2000, onde foram analisadas. Para estas análises, utilizamos a Teoria do Núcleo Central e das Representações Sociais.

Para Sá (1996), a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais vem a ser uma abordagem complementar à Teoria Geral das Representações Sociais, e foi proposta pela primeira vez em 1976, por Jean Claude Abric em sua tese de Doutorado “Jeux, conflits et représentations sociales”. Esta nova abordagem parte do pressuposto de que toda representação está proposta em volta de um núcleo central, que determina simultaneamente a sua significação e sua organização interna (CAMARGO, 2009, p. 64).

As palavras evocadas pelos alunos passaram por um tratamento para agruparmos aquelas que possuem o mesmo significado ou radical comum, para desta forma visualizarmos com clareza seu núcleo central e os elementos periféricos.

3.4.1 Palavra estímulo: Abuso Sexual

Pelo subprograma TRIEVOC quantificamos os participantes e as palavras evocadas; também é dado o número de palavras diferentes citadas. Com relação à questão nº 2, 402 participantes a responderam, evocando um total de 1735 palavras, sendo 290 palavras diferentes.

O RANGMOT é um subprograma que fornece uma lista com todas as palavras evocadas em ordem alfabética e a distribuição das frequências em que estas palavras foram citadas.

O Quadro 5 mostra a frequência em que cada palavra aparece. Da esquerda para a direita, de cima para baixo, podemos verificar que 164 palavras foram citadas apenas uma vez, 40 palavras foram citadas duas vezes e assim por diante. Ou seja, a primeira coluna corresponde ao número de vezes que a palavra foi evocada e a segunda coluna o número de palavras com essa frequência. Podemos perceber que, ao final da lista, uma palavra foi evocada 110 vezes. As outras colunas presentes no quadro são as porcentagens acumuladas de evocação em ordem inversa.

QUADRO 5: Distribuição das frequências – RANGMOT

DISTRIBUTION DES FREQUENCES					
freq. *	nb. mots	*	Cumul evocations	et cumul inverse	
1 *	164	164	9.5 %	1735	100.0 %
2 *	40	244	14.1 %	1571	90.5 %
3 *	17	295	17.0 %	1491	85.9 %
4 *	11	339	19.5 %	1440	83.0 %
5 *	5	364	21.0 %	1396	80.5 %
6 *	7	406	23.4 %	1371	79.0 %
7 *	2	420	24.2 %	1329	76.6 %
8 *	3	444	25.6 %	1315	75.8 %
9 *	3	471	27.1 %	1291	74.4 %
10 *	3	501	28.9 %	1264	72.9 %
11 *	4	545	31.4 %	1234	71.1 %
12 *	1	557	32.1 %	1190	68.6 %
13 *	3	596	34.4 %	1178	67.9 %
14 *	2	624	36.0 %	1139	65.6 %
17 *	1	641	36.9 %	1111	64.0 %
18 *	1	659	38.0 %	1094	63.1 %
20 *	2	699	40.3 %	1076	62.0 %
21 *	1	720	41.5 %	1036	59.7 %
23 *	1	743	42.8 %	1015	58.5 %
24 *	1	767	44.2 %	992	57.2 %
27 *	1	794	45.8 %	968	55.8 %
28 *	1	822	47.4 %	941	54.2 %
30 *	1	852	49.1 %	913	52.6 %
31 *	1	883	50.9 %	883	50.9 %
35 *	1	918	52.9 %	852	49.1 %
37 *	1	955	55.0 %	817	47.1 %
42 *	1	997	57.5 %	780	45.0 %
51 *	1	1048	60.4 %	738	42.5 %
52 *	1	1100	63.4 %	687	39.6 %
54 *	1	1154	66.5 %	635	36.6 %
56 *	1	1210	69.7 %	581	33.5 %
59 *	1	1269	73.1 %	525	30.3 %
61 *	1	1330	76.7 %	466	26.9 %
65 *	1	1395	80.4 %	405	23.3 %
66 *	1	1461	84.2 %	340	19.6 %
79 *	1	1540	88.8 %	274	15.8 %
85 *	1	1625	93.7 %	195	11.2 %
110 *	1	1735	100.0 %	110	6.3 %

O Quadro 6 compreende os dados do subprograma RANGFRQ e apresenta os elementos estruturais das representações sociais que os participantes têm sobre o abuso sexual. Ele possui quatro quadrantes, dispostos em Núcleo Central e Elementos Periféricos que fazem parte das palavras indutoras.

Os dois quadrantes superiores mostram as palavras que foram evocadas com maior frequência, enquanto que os quadrantes inferiores representam aquelas que tiveram uma frequência menor. Nos quadrantes do lado esquerdo estão as palavras que foram evocadas em primeiro ou segundo lugares; já os quadrantes do lado direito trazem as palavras que foram evocadas na terceira, quarta ou quinta posição.

Podemos verificar que as palavras mais citadas pelos participantes foram *violência* (110), *tristeza* (85), *nojo* (79), *covardia* (66), *raiva* (65), *revolta* (61), *crime* (59), *maldade* (56), *indignação* (52). Estas palavras estão presentes no primeiro quadrante e aparecerem entre a primeira e terceira posições, configurando, portanto, o núcleo central das representações sociais.

No segundo quadrante, que compreende os elementos da 1ª periferia, as palavras mais citadas foram *medo* (54), *trauma* (51), *dor* (42) e *doença* (30).

Assim como nos resultados encontrados por Santos (2011), a expressão *violência* foi a mais citada na palavra estímulo *abuso sexual*. Ainda fazendo uso da pesquisa de Santos (2011), percebemos que a expressão *nojo* aparece em seu trabalho no primeiro quadrante, porém entre a quarta palavra mais citada; em nosso trabalho, *nojo* (com 79 evocações) foi a terceira mais citada entre nossos participantes, ficando apenas atrás das palavras *violência* e *tristeza*.

Acreditamos que esta diferença se dê pela discrepância entre o número de participantes do sexo masculino e feminino em nosso trabalho. Na pesquisa de Santos (2011) a porcentagem entre os sexos dos participantes se equipararam (51,9% dos participantes são do sexo feminino e 48,1% são do sexo masculino), enquanto que em nossa pesquisa 65,6% dos participantes são do sexo feminino.

Esta hipótese foi levantada após analisar o núcleo central das representações sociais separadamente, no qual verificamos que para o sexo feminino a palavra *nojo* foi a segunda mais citada, com 65 evocações (Quadro 7), e no sexo masculino esta palavra aparece presente no núcleo central, porém entre as palavras que foram menos citadas – 13 vezes (Quadro 8).

Quadro 6: Expressões sobre Abuso Sexual

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
absurdo	28	1,821	desumano	23	3,391
covardia	66	1,970	doença	30	2,967
crime	59	2,271	dor	42	2,976
desrespeito	35	2,714	impunidade	20	3,150
estupro	17	1,941	injustiça	21	3,143
horror	27	2,111	medo	54	3,056
indignação	52	2,500	punição	18	3,667
maldade	56	2,750	trauma	51	2,980
nojo	79	2,342			
ódio	20	2,650			
pedofilia	24	2,333			
raiva	65	2,631			
revolta	61	2,787			
sofrimento	37	2,595			
tristeza	85	2,553			
vergonha	31	2,774			
violência	110	2,036			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
agressão	13	2,769	angústia	10	3,300
criança	11	2,455	choro	11	3,818
imoral	8	2,625	denúncia	8	3,875
loucura	11	2,455	desespero	8	2,875
mental	9	2,556	falta-caráter	10	3,400
repúdio	11	2,091	família	14	3,071
repugnância	12	1,500	inocência	13	3,231
repulsão	13	2,462	justiça	9	3,778
			pena	14	3,071
			prisão	9	3,667
			problema-psicológico	10	3,600

Quadro 7: Expressões sobre abuso sexual do sexo feminino

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
absurdo	19	1,684	desumano	14	3,500
agressão	10	2,600	doença	17	3,176
covardia	41	2,073	impunidade	16	3,125
crime	40	1,975	injustiça	15	3,067
desrespeito	22	2,591	medo	40	3,125
dor	32	2,719	punição	12	3,917
estupro	11	2,000	trauma	38	3,079
horror	18	2,222	vergonha	22	2,955
indignação	33	2,394			
maldade	42	2,762			
nojo	65	2,400			
ódio	14	2,214			
pedofilia	12	2,500			
raiva	42	2,619			
repulsão	10	2,400			
revolta	41	2,634			
sofrimento	26	2,692			
tristeza	64	2,734			
violência	77	2,182			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
abuso	5	2,600	angústia	8	3,125
criança	7	2,429	choro	9	4,000
exploração	5	2,400	denúncia	7	3,714
imoral	5	2,400	desespero	6	2,833
loucura	5	2,600	falta-amor	5	3,200
pena	5	2,400	falta-caráter	8	3,875
perda-infância	5	2,200	família	9	3,333
repugnância	8	1,500	ignorância	5	3,000
			inocência	8	2,875
			justiça	5	3,200
			mental	5	3,400
			prisão	5	3,400
			problema-psicológico	7	3,857

Quadro 8: Expressões sobre abuso sexual do sexo masculino

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
covardia	24	1,750	crime	19	2,895
doença	13	2,692	desrespeito	12	3,000
indignação	19	2,684	medo	14	2,857
maldade	14	2,714	revolta	19	3,105
nojo	13	2,154			
pedofilia	12	2,167			
raiva	23	2,652			
sofrimento	11	2,364			
trauma	13	2,692			
tristeza	21	2,000			
violência	32	1,719			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
absurdo	8	2,125	desumano	9	3,222
estupro	6	1,833	dor	9	4,000
família	5	2,600	injustiça	6	3,333
horror	9	1,889	inocência	5	3,800
loucura	6	2,333	ódio	6	3,667
repúdio	7	2,429	pena	9	3,444
vergonha	9	2,333	punição	6	3,167

No Quadro 9 estão as categorias¹⁰ que surgiram a partir das evocações. Estas categorias foram criadas buscando uma aproximação entre as palavras evocadas pelos participantes. Para contribuir com o contexto em que as palavras estão inseridas, utilizamos o subprograma AIDECAT que nos permite diminuir os casos de dupla interpretação que algumas palavras poderiam apresentar.

Podemos observar que os sentimentos negativos são predominantes no núcleo central das representações sociais dos nossos participantes sobre abuso sexual. A literatura da área indica que, a curto prazo, os sentimentos de vergonha, angústia, medo, culpa, humilhação, autocensura, baixa autoestima e depressão são consequências do abuso sexual (WCF, 2006, p. 41). Encontramos, portanto, nas representações dos participantes da pesquisa, aspectos mais negativos associados com a vivência de abuso sexual, que encontra paralelo na literatura. Porém, vale ressaltar, ainda que esta categoria apareça em maior número, a palavra mais citada foi *violência*, perfazendo a ideia de violação de direitos e abuso de poder de uma

¹⁰ Todos os quadros de *Categorias* serão acompanhados pelo quadro de *Legenda de Categoria*.

pessoa com mais força e conhecimento sobre outra fisicamente menor e desprovida de conhecimento sobre sexualidade.

Quadro 9: Categorias – Abuso Sexual

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (3) ¹¹ Sentimentos negativos (8) Violência (2) Justiça (3) Distúrbios (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (3) Sentimentos negativos (1) Justiça (3) Distúrbios (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sentimentos negativos (4) Violência (3) Justiça (1) Distúrbios (2) Condição social (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (3) Sentimentos negativos (2) Justiça (3) Distúrbios (1) Condição social (2)

Legenda das Categorias – Abuso Sexual

Categoria 1 – Sofrimento: sofrimento, tristeza, vergonha, dor, medo, trauma, choro, desespero, pena,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos/Valores: covardia, horror, indignação, maldade, nojo, ódio, raiva, revolta, desumano, imoral, repúdio, repugnância, repulsão, angústia, falta-caráter,
Categoria 3 – Violência: estupro, violência, agressão, exploração, intolerância,
Categoria 4 – Justiça: absurdo, crime, desrespeito, impunidade, injustiça, punição, inaceitável, denúncia, justiça, prisão
Categoria 5 – Distúrbios: pedofilia, doença , doença-mental, loucura, problema-psicológico
Categoria 6 – Condição Social: criança, família, inocência,

3.4.1.1 Palavra estímulo: Abuso sexual por cidades

O Quadro 10 traz as expressões mais citadas pelos participantes pertencentes à unidade de Araraquara, e nele constam as palavras *violência* (40), *nojo* (31), *covardia* (29) e

¹¹ O número entre parênteses significa a quantidade de palavras que cada categoria apresenta e que foram evocadas naquele quadrante. Ou seja, na frente da categoria sofrimento aparece, dentro dos parênteses, o número 3, isso significa que foram evocadas três palavras que se agrupam nesta categoria e foram citadas no primeiro quadrante. Todas as palavras vistas nas categorias foram citadas no Quadro 6.

raiva (27) como parte do núcleo central das representações sociais. No segundo quadrante, faz parte da 1ª periferia a palavra *tristeza* (34).

No Quadro 11, a categoria que possui as palavras mais citadas no núcleo central foi a de *Sentimentos Negativos/Valores* (*covardia, indignação, maldade, nojo e raiva*). Nos elementos da 1ª periferia há o predomínio da categoria *Sufrimento* (*dor, medo, trauma e tristeza*). Na 2ª periferia as palavras agrupadas na categoria *Sentimentos Negativos/Valores* aparecem em maior número (*horror, ódio e repúdio*), e na 3ª periferia aparecem as citações que se enquadraram na categoria *Justiça* (*impunidade, prisão e punição*).

Quadro 10: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de Araraquara

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
covardia	29	1,828	dor	17	3,176
crime	18	2,722	medo	15	3,000
desrespeito	10	2,300	revolta	21	2,905
indignação	16	2,500	trauma	13	3,308
maldade	13	2,385	tristeza	34	3,147
nojo	31	2,419			
pedofilia	10	2,600			
raiva	27	2,630			
sofrimento	14	2,214			
vergonha	11	2,364			
violência	40	1,900			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
absurdo	9	1,667	choro	5	3,800
criança	5	2,600	desumano	8	3,500
família	5	2,400	doença-mental	6	3,500
horror	7	1,714	impunidade	7	3,143
injustiça	8	2,625	prisão	6	3,333
loucura	5	2,400	problema-psicológico	5	3,600
ódio	7	2,571	punição	5	3,400
pena	5	2,600			
repúdio	6	2,167			

Quadro 11: Categorias do abuso sexual em Araraquara

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (2) Sentimentos negativos (5) Violência (1) Justiça (2) Distúrbios (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (4) Sentimentos negativos (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos (3) Justiça (2) Distúrbios (1) Condição social (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos (1) Justiça (3) Distúrbios (2)

Legenda das categorias sobre abuso sexual de Araraquara

Categoria 1 – Sofrimento: sofrimento, vergonha, dor, medo, trauma, tristeza, pena, choro,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos: covardia, indignação, maldade, nojo, raiva, revolta, horror, ódio, repúdio, desumano,
Categoria 3 – Violência: violência,
Categoria 4 – Justiça: crime, desrespeito, absurdo, injustiça, impunidade, prisão, punição
Categoria 5 – Distúrbios: pedofilia, loucura, doença-mental, problema-psicológico,
Categoria 6 – Condição Social: criança, família,

O Quadro 12 refere-se às evocações de palavras dos alunos do campus de Presidente Prudente, e fazem parte do núcleo central as palavras *violência* (44), *tristeza* (29), *raiva* (26), *crime* (24), *covardia* (23), *revolta* e *indignação* (ambas foram evocadas 22 vezes) e *nojo* (21). Na 1ª periferia aparecem as palavras *medo* (27), *trauma* (26) e *maldade* (24).

Assim como na unidade de Araraquara, em Presidente Prudente, a categoria que apresentou o maior número de palavras citadas no núcleo central foi a de *Sentimentos Negativos*, com as palavras: *covardia*, *indignação*, *nojo*, *ódio*, *raiva* e *revolta* (Quadro 13). Nos elementos da 1ª periferia, a categoria *Sofrimento* aparece como o grupo que teve mais palavras citadas (*dor*, *medo* e *trauma*). Na 2ª periferia apareceu novamente a categoria *Sentimentos Negativos* (*horror*, *repugnância* e *repulsão*), e na 3ª periferia encontramos a categoria *Justiça* com o maior número de palavras citadas (*consequência*, *impunidade*, *injustiça*, *justiça* e *punição*).

A dicotomia justiça e injustiça, presentes na 3ª periferia remetem a contextos diferentes. O primeiro caso refere-se ao agressor, de que para uma determinada ação, seja

estabelecida uma reação, neste caso, os participantes esperam que esta ação do agressor tenha consequências para ele. A evocação injustiça remete ao sentido de não haver o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, ou de que não está sendo devidamente realizada uma intervenção da pessoa que violou estes direitos.

Quadro 12: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de Presidente Prudente

<p>NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>absurdo</td><td>12</td><td>1,750</td></tr> <tr><td>covardia</td><td>23</td><td>2,087</td></tr> <tr><td>crime</td><td>24</td><td>2,083</td></tr> <tr><td>estupro</td><td>11</td><td>1,909</td></tr> <tr><td>indignação</td><td>22</td><td>2,409</td></tr> <tr><td>nojo</td><td>21</td><td>2,333</td></tr> <tr><td>ódio</td><td>10</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>raiva</td><td>26</td><td>2,346</td></tr> <tr><td>revolta</td><td>22</td><td>2,727</td></tr> <tr><td>sofrimento</td><td>13</td><td>2,615</td></tr> <tr><td>tristeza</td><td>29</td><td>2,172</td></tr> <tr><td>violência</td><td>44</td><td>2,205</td></tr> </table>	absurdo	12	1,750	covardia	23	2,087	crime	24	2,083	estupro	11	1,909	indignação	22	2,409	nojo	21	2,333	ódio	10	2,500	raiva	26	2,346	revolta	22	2,727	sofrimento	13	2,615	tristeza	29	2,172	violência	44	2,205	<p>ELEMENTOS INTERMEDIARIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>desrespeito</td><td>13</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>doença</td><td>14</td><td>3,286</td></tr> <tr><td>dor</td><td>13</td><td>2,923</td></tr> <tr><td>maldade</td><td>24</td><td>3,042</td></tr> <tr><td>medo</td><td>27</td><td>2,963</td></tr> <tr><td>trauma</td><td>26</td><td>3,038</td></tr> </table>	desrespeito	13	3,000	doença	14	3,286	dor	13	2,923	maldade	24	3,042	medo	27	2,963	trauma	26	3,038
absurdo	12	1,750																																																					
covardia	23	2,087																																																					
crime	24	2,083																																																					
estupro	11	1,909																																																					
indignação	22	2,409																																																					
nojo	21	2,333																																																					
ódio	10	2,500																																																					
raiva	26	2,346																																																					
revolta	22	2,727																																																					
sofrimento	13	2,615																																																					
tristeza	29	2,172																																																					
violência	44	2,205																																																					
desrespeito	13	3,000																																																					
doença	14	3,286																																																					
dor	13	2,923																																																					
maldade	24	3,042																																																					
medo	27	2,963																																																					
trauma	26	3,038																																																					
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>criança</td><td>6</td><td>2,333</td></tr> <tr><td>desespero</td><td>6</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>horror</td><td>9</td><td>1,889</td></tr> <tr><td>pedofilia</td><td>9</td><td>2,444</td></tr> <tr><td>repugnância</td><td>5</td><td>1,400</td></tr> <tr><td>repulsão</td><td>7</td><td>2,143</td></tr> </table>	criança	6	2,333	desespero	6	2,500	horror	9	1,889	pedofilia	9	2,444	repugnância	5	1,400	repulsão	7	2,143	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>angústia</td><td>5</td><td>3,200</td></tr> <tr><td>consequência</td><td>6</td><td>3,667</td></tr> <tr><td>desprezo</td><td>5</td><td>3,800</td></tr> <tr><td>desumano</td><td>7</td><td>3,143</td></tr> <tr><td>família</td><td>6</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>impunidade</td><td>9</td><td>3,222</td></tr> <tr><td>injustiça</td><td>6</td><td>4,167</td></tr> <tr><td>insegurança</td><td>5</td><td>3,600</td></tr> <tr><td>justiça</td><td>5</td><td>4,200</td></tr> <tr><td>doença-mental</td><td>6</td><td>3,167</td></tr> <tr><td>punição</td><td>6</td><td>3,167</td></tr> <tr><td>vergonha</td><td>8</td><td>3,625</td></tr> </table>	angústia	5	3,200	consequência	6	3,667	desprezo	5	3,800	desumano	7	3,143	família	6	3,000	impunidade	9	3,222	injustiça	6	4,167	insegurança	5	3,600	justiça	5	4,200	doença-mental	6	3,167	punição	6	3,167	vergonha	8	3,625
criança	6	2,333																																																					
desespero	6	2,500																																																					
horror	9	1,889																																																					
pedofilia	9	2,444																																																					
repugnância	5	1,400																																																					
repulsão	7	2,143																																																					
angústia	5	3,200																																																					
consequência	6	3,667																																																					
desprezo	5	3,800																																																					
desumano	7	3,143																																																					
família	6	3,000																																																					
impunidade	9	3,222																																																					
injustiça	6	4,167																																																					
insegurança	5	3,600																																																					
justiça	5	4,200																																																					
doença-mental	6	3,167																																																					
punição	6	3,167																																																					
vergonha	8	3,625																																																					

Quadro 13: Categorias do abuso sexual em Presidente Prudente

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (2) Sentimentos negativos (6) Violência (2) Justiça (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (3) Sentimentos negativos (1) Justiça (1) Distúrbios (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos (3) Distúrbios (1) Condição social (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (2) Sentimentos negativos (2) Violência (1) Justiça (5) Distúrbios (1) Condição Social (1)

Legenda das Categorias sobre abuso sexual de Presidente Prudente

Categoria 1 – Sofrimento: sofrimento, tristeza, dor, medo, trauma, desespero, angústia, vergonha
Categoria 2 – Sentimentos Negativos: covardia, indignação, nojo, ódio, raiva, revolta, maldade, horror, repugnância, repulsão, desprezo, desumano,
Categoria 3 – Violência: estupro, violência, insegurança,
Categoria 4 – Justiça: absurdo, crime, desrespeito, consequência, impunidade, injustiça, justiça, punição
Categoria 5 – Distúrbios: doença, pedofilia, doença-mental,
Categoria 6 – Condição Social: criança, família,

O Quadro 14 pertence à cidade de São José do Rio Preto, e no primeiro quadrante temos as palavras *nojo* (27), *violência* (26), *tristeza* (22), *maldade* (19), *revolta* (18) e *crime* (17) como o núcleo central das representações sociais dos alunos participantes deste campus. Na 1ª periferia temos as palavras *medo* e *raiva* com 12 evocações cada uma e *sofrimento* (10).

No Quadro 15, assim como nos outros campus, a categoria que teve o maior número de palavras evocadas foi a de *Sentimentos Negativos* (*covardia, horror, indignação, maldade, nojo e revolta*), porém diferente de Araraquara e Presidente Prudente, a categoria *Sofrimento* também apresentou um significativo número de palavras no núcleo central das representações sociais (*dor, trauma, tristeza e vergonha*).

Na 1ª periferia, novamente encontramos as categorias *Sofrimento* (*medo e sofrimento*) e *Sentimentos Negativos* (*raiva*). Na 2ª periferia aparecem as categorias *violência* (*agressão*), *justiça* (*absurdo*) e *distúrbios* (*pedofilia*), com uma palavra cada agrupamento. Na 3ª periferia a categoria *Justiça* foi mais citada com duas palavras (*injustiça e punição*).

Notamos que as evocações referentes à categoria “justiça”, de uma forma geral, apresentam-se em menor número nos primeiros quadrantes, e com maior número nos

quadrantes das últimas periferias, portanto, o núcleo central das representações de abuso sexual associa-se mais as categorias sofrimento e sentimentos negativos, sendo muito intensa, portanto, essa dimensão.

Quadro 14: Expressões sobre abuso sexual dos participantes de São José do Rio Preto

<p>NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>covardia</td><td>14</td><td>2,071</td></tr> <tr><td>crime</td><td>17</td><td>2,059</td></tr> <tr><td>desrespeito</td><td>12</td><td>2,750</td></tr> <tr><td>doença</td><td>10</td><td>2,200</td></tr> <tr><td>dor</td><td>12</td><td>2,750</td></tr> <tr><td>horror</td><td>11</td><td>2,545</td></tr> <tr><td>indignação</td><td>14</td><td>2,643</td></tr> <tr><td>maldade</td><td>19</td><td>2,632</td></tr> <tr><td>nojo</td><td>27</td><td>2,259</td></tr> <tr><td>revolta</td><td>18</td><td>2,722</td></tr> <tr><td>trauma</td><td>12</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>tristeza</td><td>22</td><td>2,136</td></tr> <tr><td>vergonha</td><td>12</td><td>2,583</td></tr> <tr><td>violência</td><td>26</td><td>1,962</td></tr> </table>	covardia	14	2,071	crime	17	2,059	desrespeito	12	2,750	doença	10	2,200	dor	12	2,750	horror	11	2,545	indignação	14	2,643	maldade	19	2,632	nojo	27	2,259	revolta	18	2,722	trauma	12	2,500	tristeza	22	2,136	vergonha	12	2,583	violência	26	1,962	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>medo</td><td>12</td><td>3,333</td></tr> <tr><td>raiva</td><td>12</td><td>3,250</td></tr> <tr><td>sofrimento</td><td>10</td><td>3,100</td></tr> </table>	medo	12	3,333	raiva	12	3,250	sofrimento	10	3,100
covardia	14	2,071																																																		
crime	17	2,059																																																		
desrespeito	12	2,750																																																		
doença	10	2,200																																																		
dor	12	2,750																																																		
horror	11	2,545																																																		
indignação	14	2,643																																																		
maldade	19	2,632																																																		
nojo	27	2,259																																																		
revolta	18	2,722																																																		
trauma	12	2,500																																																		
tristeza	22	2,136																																																		
vergonha	12	2,583																																																		
violência	26	1,962																																																		
medo	12	3,333																																																		
raiva	12	3,250																																																		
sofrimento	10	3,100																																																		
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>absurdo</td><td>7</td><td>2,143</td></tr> <tr><td>agressão</td><td>6</td><td>2,333</td></tr> <tr><td>pedofilia</td><td>5</td><td>1,600</td></tr> </table>	absurdo	7	2,143	agressão	6	2,333	pedofilia	5	1,600	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$</p> <table border="0"> <tr><td>desumano</td><td>8</td><td>3,500</td></tr> <tr><td>injustiça</td><td>7</td><td>2,857</td></tr> <tr><td>inocência</td><td>7</td><td>3,429</td></tr> <tr><td>pena</td><td>6</td><td>3,667</td></tr> <tr><td>problema-psicológico</td><td>5</td><td>3,600</td></tr> <tr><td>punição</td><td>7</td><td>4,286</td></tr> </table>	desumano	8	3,500	injustiça	7	2,857	inocência	7	3,429	pena	6	3,667	problema-psicológico	5	3,600	punição	7	4,286																								
absurdo	7	2,143																																																		
agressão	6	2,333																																																		
pedofilia	5	1,600																																																		
desumano	8	3,500																																																		
injustiça	7	2,857																																																		
inocência	7	3,429																																																		
pena	6	3,667																																																		
problema-psicológico	5	3,600																																																		
punição	7	4,286																																																		

Quadro 15: Categorias do abuso sexual em São José do Rio Preto

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (4) Sentimentos negativos (6) Violência (1) Justiça (2) Distúrbios (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (2) Sentimentos negativos (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Violência (1) Justiça (1) Distúrbios (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos (1) Justiça (2) Distúrbios (1) Condição social (1)

Legenda das Categorias sobre abuso sexual de São José do Rio Preto

Categoria 1 – Sofrimento: dor, trauma, tristeza, vergonha, medo, sofrimento, pena,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos: covardia, horror, indignação, maldade, nojo, revolta, raiva, desumano,
Categoria 3 – Violência: violência, agressão,
Categoria 4 – Justiça: crime, desrespeito, absurdo, injustiça, punição
Categoria 5 – Distúrbios: doença, pedofilia, problema-psicológico,
Categoria 6 – Condição Social: inocência

Podemos notar que nas unidades de Araraquara e de São José do Rio Preto, aparecem palavras ligadas à categoria distúrbio no núcleo central das representações sociais, ausentes estas no primeiro quadrante da cidade de Presidente Prudente.

Apesar do limitado número de casos de abuso sexual que são revelados, conforme apontado por Sanderson (2005), estima-se que apenas 10% dos casos chegam ao sistema judiciário, limitando o conhecimento sobre os abusadores sexuais e pedófilos, não é possível afirmar que as pessoas que cometeram um abuso sexual contra uma criança/ adolescente o fizeram porque são insanas, ou têm algum problema psicológico. Um dos equívocos que esse tipo de crença pode gerar é encontrar uma justificativa para o ato cometido pelo abusador sexual, eximindo-o de sua responsabilidade.

É importante desmistificarmos que o agressor cometeu o abuso porque tem algum problema psicológico, pois segundo Sanderson (2005) “a falha está em não se levar em consideração que as pessoas que procedem como cidadãos bons e sadios e parecem ser normais e são podem cometer abusos sexuais. E eles os fazem” (p. 56).

3.4.2 Palavra estímulo: Exploração Sexual

A questão nº13 teve a participação de 394 alunos que evocaram 1583 palavras, e destas, 328 são palavras diferentes. No Quadro 16 vemos que 173 palavras foram citadas apenas uma vez, e uma mesma palavra foi citada 76 vezes.

QUADRO 16: Distribuição das frequências – RANGMOT

DISTRIBUTION DES FREQUENCES					
freq. *	nb. mots *		Cumul evocations	et cumul inverse	
1 *	173	173	10.9 %	1583	100.0 %
2 *	52	277	17.5 %	1410	89.1 %
3 *	25	352	22.2 %	1306	82.5 %
4 *	19	428	27.0 %	1231	77.8 %
5 *	7	463	29.2 %	1155	73.0 %
6 *	6	499	31.5 %	1120	70.8 %
7 *	3	520	32.8 %	1084	68.5 %
8 *	3	544	34.4 %	1063	67.2 %
9 *	6	598	37.8 %	1039	65.6 %
10 *	1	608	38.4 %	985	62.2 %
11 *	1	619	39.1 %	975	61.6 %
12 *	1	631	39.9 %	964	60.9 %
13 *	3	670	42.3 %	952	60.1 %
16 *	1	686	43.3 %	913	57.7 %
17 *	2	720	45.5 %	897	56.7 %
19 *	2	758	47.9 %	863	54.5 %
20 *	1	778	49.1 %	825	52.1 %
21 *	2	820	51.8 %	805	50.9 %
22 *	1	842	53.2 %	763	48.2 %
23 *	3	911	57.5 %	741	46.8 %
24 *	1	935	59.1 %	672	42.5 %
27 *	1	962	60.8 %	648	40.9 %
28 *	2	1018	64.3 %	621	39.2 %
31 *	1	1049	66.3 %	565	35.7 %
38 *	2	1125	71.1 %	534	33.7 %
39 *	1	1164	73.5 %	458	28.9 %
40 *	1	1204	76.1 %	419	26.5 %
45 *	2	1294	81.7 %	379	23.9 %
46 *	1	1340	84.6 %	289	18.3 %
50 *	1	1390	87.8 %	243	15.4 %
55 *	1	1445	91.3 %	193	12.2 %
62 *	1	1507	95.2 %	138	8.7 %
76 *	1	1583	100.0 %	76	4.8 %

No Quadro 17 estão listadas as palavras mais evocadas no primeiro quadrante: *crime* (76), *violência* (62), *abuso* (50), *covardia* (46), *indignação* e *raiva* (45 cada uma), *nojo* (40), *dinheiro* (39) e *maldade* (38). Da 1ª periferia compreendem as palavras *tristeza* (55), *dor* (28) e *impunidade* (27).

Quando observamos as expressões sobre exploração sexual na pesquisa de Santos (2011), verificamos em nosso trabalho que a palavra crime (76) foi a mais evocada pelos participantes, enquanto que no trabalho de Santos (2011) esta mesma palavra aparece na terceira posição; a palavra mais citada em seu trabalho foi violência, evocada 29 vezes.

A ESCA, como falamos anteriormente, é um crime previsto no Código Penal que se realiza nas relações de produção e mercado (oferta/demanda) mediante a venda de serviços sexuais de crianças e adolescentes (LEAL, 2001, p. 313). Podemos afirmar que a ESCA é mais prejudicial quando comparado ao abuso sexual, pelas crianças e adolescentes estarem constantemente expostas aos riscos, em contato com drogas, além de ter maiores índices de contrair uma doença sexualmente transmissível.

Notamos a presença da questão econômica e social presente no núcleo central desta palavra-estímulo, representadas pelas evocações *dinheiro* e *prostituição*, assim como nos elementos intermediários da primeira (*pobreza*), segunda (*comércio* e *necessidade*) e terceira periferias (*desigualdade*). Ressaltamos que durante a aplicação do questionário nós não nos referimos em nenhum momento sobre as modalidades da exploração sexual (tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, prostituição infanto-juvenil, pornografia e turismo sexual), nem mesmo falamos sobre o abuso sexual, sendo possível notar que estas evocações saíram do repertório de nossos participantes.

Estas evocações vão ao encontro com os estudos de Libório (2003; 2005) nos quais foram constatados que a maioria das adolescentes exploradas sexualmente vivia em regiões de exclusão social do município de Presidente Prudente, e as adolescentes que residiam em áreas de inclusão, viviam em condições de privação econômica.

Duas características importantes identificadas quanto às representações de exploração sexual, distintas das encontradas nas de abuso sexual são: a presença da palavra “crime” no núcleo central, com muitas citações (76) e a forte presença da questão econômica e social, associando a existência da exploração sexual com desigualdade social, necessidades e com a idéia de comércio, inserindo-a ainda na categoria trabalho, certamente devido sua vinculação com as representações de prostituição.

Quadro 17: Expressões sobre exploração sexual

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
absurdo	21	2,571	desumano	23	2,913
abuso	50	2,520	doença	19	3,053
covardia	46	2,174	dor	28	3,036
crime	76	2,092	impunidade	27	3,296
desrespeito	31	2,032	injustiça	16	3,000
dinheiro	39	2,103	medo	23	2,826
falta-caráter	19	2,421	ódio	17	2,941
indignação	45	2,689	pena	17	3,118
maldade	38	2,211	pobreza	22	2,773
nojo	40	2,525	punição	21	3,476
prostituição	28	1,643	sofrimento	23	2,739
raiva	45	2,556	trauma	20	3,250
revolta	38	2,579	tristeza	55	3,073
violência	62	2,613	vergonha	24	2,708
ELEMENTOS INTERMEDIARIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
comércio	9	1,667	angústia	12	3,250
exploração	8	2,375	criança	13	3,154
família	9	2,667	denúncia	11	3,273
ganância	9	2,111	desigualdade	8	3,000
horror	10	2,400	humilhação	9	3,000
imoral	13	2,615	prisão	9	2,778
necessidade	13	2,385			
problema-psicológico	8	2,375			
repulsão	9	2,444			

O Quadro 18 mostra as categorias que foram criadas a partir das palavras evocadas e percebemos que a categoria *Sentimentos Negativos/Valores*, foi o agrupamento que teve o maior número de palavras citadas (*covardia*, *desrespeito*, *falta-caráter*, *indignação*, *maldade*, *nojo*, *raiva* e *revolta*).

Na 1ª periferia houve o predomínio da categoria *Sofrimento* fazendo parte as palavras *dor*, *medo*, *pena*, *sofrimento*, *trauma*, *tristeza* e *vergonha*, além da palavra *crime*, da categoria *justiça*, com um destaque nessa periferia. Na 2ª periferia ficaram empatadas as categorias *Sentimentos Negativos/Valores* (*horror*, *imoral* e *repulsão*) e *Trabalho* (*comércio*, *exploração* e *ganância*). Por fim, a 3ª periferia se equiparam as três categorias deste quadrante: *Sentimentos Negativos/Valores*, *Justiça* e *Condição Social* com duas palavras cada uma.

Quadro 18: Categorias sobre exploração sexual

NÚCLEO CENTRAL Sentimentos negativos/valores (8) Violência (2) Justiça (2) Trabalho (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (7) Sentimentos negativos/valores (2) Justiça (3) Distúrbios (1) Condição social (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sentimentos negativos/valores (3) Distúrbios (1) Condição social (2) Trabalho (3)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sentimentos negativos/valores (2) Justiça (2) Condição social (2)

Legenda das Categorias sobre exploração sexual

Categoria 1 – Sofrimento: dor, medo, pena, sofrimento, trauma, tristeza, vergonha,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos/Valores: covardia, desrespeito, falta-caráter, indignação, maldade, nojo, raiva, revolta, desumano, ódio, horror, imoral, repulsão, angústia, humilhação,
Categoria 3 – Violência: abuso, violência,
Categoria 4 – Justiça: absurdo, crime, impunidade, injustiça, punição, denúncia, prisão
Categoria 5 – Distúrbios: doença, problema-psicológico,
Categoria 6 – Condição Social: pobreza, família, necessidade, criança, desigualdade,
Categoria 7 – Trabalho: dinheiro, prostituição, comércio, exploração, ganância,

3.4.2.1 Palavra estímulo: Exploração sexual por cidades

Analisando as representações sociais por unidades das UNESP participantes, percebemos que em Araraquara, foram mais citadas as palavras *abuso* e *covardia* (21 vezes cada uma), e *crime* e *raiva* com 19 evocações cada palavra (Quadro 19). As palavras mais citadas pelos participantes no segundo quadrante foram *tristeza* (23), *violência* (21) e *nojo* (18).

Quadro 19: Expressões sobre exploração sexual em Araraquara

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
abuso	21	2,381	desumano	10	3,000
covardia	21	2,095	dor	12	2,833
crime	19	2,105	impunidade	12	3,417
indignação	14	2,214	medo	10	2,700
maldade	15	1,800	nojo	18	3,333
raiva	19	2,579	ódio	10	3,400
revolta	13	2,615	tristeza	23	3,174
			vergonha	11	3,000
			violência	21	2,810
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
absurdo	6	2,333	angustia	5	3,200
desrespeito	8	2,125	criança	5	3,400
dinheiro	9	2,556	denúncia	6	3,000
falta-caráter	7	2,143	desigualdade	5	2,800
horror	6	2,333	injustiça	6	3,500
prostituição	9	2,111	pena	7	3,143
sofrimento	7	2,429	pobreza	5	2,800

A categoria *Sentimentos Negativos/Valores* é a com o maior número de palavras presentes no núcleo central (*covardia, indignação, maldade, raiva e revolta*). Na 1ª periferia se destacam as categorias *Sufrimento* (*dor, medo, tristeza e vergonha*) e *Sentimentos Negativos/Valores* (*desumano, nojo e ódio*). Na 2ª periferia temos as categorias *Sentimentos Negativos/Valores* (*falta-caráter e horror*), *Justiça* (*absurdo e desrespeito*) e *Trabalho* (*dinheiro e prostituição*). A categoria *Condição Social* foi a mais citada na 3ª periferia, com as palavras *criança, desigualdade e pobreza* (Quadro 20).

Quadro 20: Categorias sobre exploração sexual em Araraquara

NÚCLEO CENTRAL Sentimentos negativos/valores (5) Violência (1) Justiça (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (4) Sentimentos negativos/valores (3) Violência (1) Justiça (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos/valores (2) Justiça (2) Trabalho (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (2) Justiça (2) Condição social (3)

Legenda das Categorias sobre exploração sexual de Araraquara

Categoria 1 – Sofrimento: dor, medo, tristeza, vergonha, sofrimento, angústia, pena,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos/Valores: covardia, indignação, maldade, raiva, revolta, desumano, nojo, ódio, falta-caráter, horror,
Categoria 3 – Violência: abuso, violência,
Categoria 4 – Justiça: crime, impunidade, absurdo, desrespeito, denúncia, injustiça,
Categoria 5 – Condição Social: criança, desigualdade, pobreza
Categoria 6 – Trabalho: dinheiro, prostituição,

O Quadro 21 compreende as evocações dos alunos participantes de Presidente Prudente, e as palavras mais citadas no primeiro quadrante foram: *crime* (33), *dinheiro* (22), *abuso* (18) e *indignação* (18). Os elementos mais citados que fazem parte da 1ª periferia são: *tristeza* (19) e *trauma* (15).

Quadro 21: Expressões sobre exploração sexual em Presidente Prudente

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
abuso	18	2,722	doença	10	2,800
covardia	13	2,308	dor	10	3,000
crime	33	2,212	pobreza	11	2,909
desrespeito	12	2,583	trauma	15	3,267
dinheiro	22	2,227	tristeza	19	3,000
indignação	18	2,778			
maldade	14	2,500			
prostituição	14	1,286			
raiva	16	2,750			
revolta	15	2,600			
sofrimento	11	2,455			
violência	27	2,593			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,8$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,8$		
criança	7	2,714	absurdo	6	2,833
família	5	2,400	angústia	5	3,200
imoral	9	2,556	desumano	7	3,286
nojo	9	1,889	falta-caráter	8	2,875
ódio	5	2,200	impunidade	9	3,333
vergonha	5	2,400	medo	5	3,400
			necessidade	6	2,833
			punição	8	3,750

No Quadro 22, a categoria que teve o maior número de citações foi a *Sentimentos Negativos/Valores*, com as palavras: *covardia*, *indignação*, *maldade*, *raiva* e *revolta*. A categoria *Sufrimento* teve as palavras *dor*, *trauma* e *tristeza*, e foi o agrupamento com mais palavras da 1ª periferia. Na 2ª periferia a categoria *Sentimentos Negativos/Valores* reaparece como a mais citada com as palavras *imoral*, *nojo* e *ódio*. A categoria *Justiça (absurdo, impunidade e punição)* foi a mais citada na 3ª periferia.

Apesar do número expressivo da categoria *Sentimentos Negativos/Valores*, não podemos desconsiderar que a palavra *crime* foi a mais citada no primeiro quadrante, perpassando na mente de nossos participantes a ideia de algo errado, ilegal e passível de punição.

Quadro 22: Categorias sobre exploração sexual de Presidente Prudente

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (1) Sentimentos negativos/valores (5) Violência (2) Justiça (2) Trabalho (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (3) Distúrbios (1) Condição social (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sofrimento (1) Sentimentos negativos/valores (3) Condição social (2)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sofrimento (2) Sentimentos negativos/valores (2) Justiça (3) Condição social (1)

Legenda das categorias sobre exploração sexual de Presidente Prudente

Categoria 1 – Sofrimento: sofrimento, dor, trauma, tristeza, vergonha, angústia, medo,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos/Valores: covardia, indignação, maldade, raiva, revolta, imoral, nojo, ódio, desumano, falta-caráter,
Categoria 3 – Violência: abuso, violência,
Categoria 4 – Justiça: crime, desrespeito, absurdo, impunidade, punição
Categoria 5 – Distúrbios: doença,
Categoria 6 – Trabalho: dinheiro, prostituição,
Categoria 7 – Condição Social: pobreza, criança, família, necessidade,

O Quadro 23 traz as representações dos participantes de São José do Rio Preto, e as mais citadas foram: *crime* (24), *violência* (14), *nojo* (13) e *covardia* (12). Nos elementos da 1ª periferia aparecem as palavras *indignação* e *tristeza* com 13 citações cada uma.

Seguindo os dados encontrados nos outros Campus, a unidade de São José do Rio Preto também apresentou a categoria *Sentimentos Negativos* (*covardia, nojo, raiva e revolta*) como a mais evocada (Quadro 24). Na 1ª periferia temos apenas duas categorias (*Sofrimento* e *Sentimentos Negativos*), e cada uma possui uma palavra (*tristeza* e *indignação*, respectivamente). Na 2ª periferia temos 4 categorias (*Sofrimento, Justiça, Trabalho e Condição Social*) empatadas com 2 evocações cada uma. A 3ª periferia apresenta a categoria *Sofrimento* (*dor, pena e sofrimento*) como a mais citada.

Quadro 23: Expressões sobre Exploração Sexual em São José do Rio Preto

<p>NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,7$</p> <table border="0"> <tr><td>abuso</td><td>11</td><td>2,455</td></tr> <tr><td>covardia</td><td>12</td><td>2,167</td></tr> <tr><td>crime</td><td>24</td><td>1,917</td></tr> <tr><td>desrespeito</td><td>11</td><td>1,364</td></tr> <tr><td>nojo</td><td>13</td><td>1,846</td></tr> <tr><td>raiva</td><td>10</td><td>2,200</td></tr> <tr><td>revolta</td><td>10</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>violência</td><td>14</td><td>2,357</td></tr> </table>	abuso	11	2,455	covardia	12	2,167	crime	24	1,917	desrespeito	11	1,364	nojo	13	1,846	raiva	10	2,200	revolta	10	2,500	violência	14	2,357	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$</p> <table border="0"> <tr><td>indignação</td><td>13</td><td>3,077</td></tr> <tr><td>tristeza</td><td>13</td><td>3,000</td></tr> </table>	indignação	13	3,077	tristeza	13	3,000																					
abuso	11	2,455																																																		
covardia	12	2,167																																																		
crime	24	1,917																																																		
desrespeito	11	1,364																																																		
nojo	13	1,846																																																		
raiva	10	2,200																																																		
revolta	10	2,500																																																		
violência	14	2,357																																																		
indignação	13	3,077																																																		
tristeza	13	3,000																																																		
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,7$</p> <table border="0"> <tr><td>absurdo</td><td>9</td><td>2,556</td></tr> <tr><td>desumano</td><td>6</td><td>2,333</td></tr> <tr><td>dinheiro</td><td>8</td><td>1,250</td></tr> <tr><td>injustiça</td><td>8</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>maldade</td><td>9</td><td>2,444</td></tr> <tr><td>medo</td><td>8</td><td>2,625</td></tr> <tr><td>necessidade</td><td>5</td><td>2,200</td></tr> <tr><td>pobreza</td><td>6</td><td>2,500</td></tr> <tr><td>problema-psicológico</td><td>5</td><td>2,400</td></tr> <tr><td>prostituição</td><td>5</td><td>1,800</td></tr> <tr><td>vergonha</td><td>8</td><td>2,500</td></tr> </table>	absurdo	9	2,556	desumano	6	2,333	dinheiro	8	1,250	injustiça	8	2,500	maldade	9	2,444	medo	8	2,625	necessidade	5	2,200	pobreza	6	2,500	problema-psicológico	5	2,400	prostituição	5	1,800	vergonha	8	2,500	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$</p> <table border="0"> <tr><td>doença</td><td>5</td><td>4,000</td></tr> <tr><td>dor</td><td>6</td><td>3,500</td></tr> <tr><td>impunidade</td><td>6</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>pena</td><td>7</td><td>2,857</td></tr> <tr><td>punição</td><td>9</td><td>3,667</td></tr> <tr><td>sofrimento</td><td>5</td><td>3,800</td></tr> </table>	doença	5	4,000	dor	6	3,500	impunidade	6	3,000	pena	7	2,857	punição	9	3,667	sofrimento	5	3,800
absurdo	9	2,556																																																		
desumano	6	2,333																																																		
dinheiro	8	1,250																																																		
injustiça	8	2,500																																																		
maldade	9	2,444																																																		
medo	8	2,625																																																		
necessidade	5	2,200																																																		
pobreza	6	2,500																																																		
problema-psicológico	5	2,400																																																		
prostituição	5	1,800																																																		
vergonha	8	2,500																																																		
doença	5	4,000																																																		
dor	6	3,500																																																		
impunidade	6	3,000																																																		
pena	7	2,857																																																		
punição	9	3,667																																																		
sofrimento	5	3,800																																																		

Quadro 24: Categorias sobre exploração sexual de São José do Rio Preto

<p>NÚCLEO CENTRAL</p> <p>Sentimentos negativos (4) Violência (2) Justiça (2)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia</p> <p>Sufrimento (1) Sentimentos negativos (1)</p>
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia</p> <p>Sufrimento (2) Sentimentos negativos (1) Justiça (2) Distúrbios (1) Trabalho (2) Condição social (2)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia</p> <p>Sufrimento (3) Justiça (2) Distúrbios (1)</p>

Legenda das Categorias sobre exploração sexual de São José do Rio Preto

Categoria 1 – Sofrimento: tristeza, medo, vergonha, dor, pena, sofrimento,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos: covardia, nojo, raiva, revolta, indignação, maldade,
Categoria 3 – Violência: abuso, violência,
Categoria 4 – Justiça: crime, desrespeito, absurdo, injustiça, impunidade, punição,
Categoria 5 – Distúrbios: problema-psicológico, doença,
Categoria 6 – Trabalho: dinheiro, prostituição,
Categoria 7 – Condição Social: necessidade, pobreza,

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), conforme mencionamos na introdução desse trabalho, se difere do abuso sexual pelo seu caráter comercial, informação que se encontra presente nas representações dos participantes da pesquisa, indicando que os materiais de divulgação dessa temática, seja a mídia impressa ou eletrônica, bem como atividades de formação profissional tem divulgado esse caráter comercial da ESCA. Alguns indicadores podem remeter a esta violência como: a criança/adolescente ter acesso a bens de consumo que ela não teria condições, considerando o seu nível socioeconômico ou o de sua família; a queda de rendimento escolar e o desinteresse nas atividades escolares; sinais de uso de drogas; envolvimento com grupos marginalizados socialmente, tais como profissionais do sexo mais velhas, usuários de drogas ilícitas (Libório, 2003).

Quanto às consequências podemos destacar:

“(…) comprometimentos no desenvolvimento psicológico, físico e social; altos riscos de infecção por HIV ou outras DSTs, gravidez, exposição a violência urbana, em razão de sua exposição nas ruas (no caso de envolvimento com prostituição), exclusão escolar o que concorreria para a perpetuação da exclusão social (...)” (LIBÓRIO e COLS., 2007, p. 155).

Vale ressaltar que a ESCA é mais nociva que o abuso sexual e deve ser compreendida como complexa e multifacetada, exigindo que os professores conheçam seus indicadores e consequências além desenvolver atitudes de acolhimento dessas crianças/adolescentes, procurando não fazer juízo de valores e propiciar uma exclusão maior do que as já experienciadas por essas garotas em seu cotidiano (WCF, 2006).

De acordo com os PCNs de Orientação Sexual (1997), a escola sempre se depara com situações nas quais intervém. Seja por permitir ou proibir uma manifestação, seja por optar em contar ou não um acontecimento do filho para os pais, a escola, constantemente está transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, de acordo com os profissionais envolvidos naquele momento.

Para isso devemos sempre promover a capacitação do professor para que ele possa intervir da melhor maneira possível, a fim de pensar no bem-estar e nos direitos de seus alunos e criar nas escolas espaços para discussões relativas não apenas a este tema, mas a vários outros presentes na vida dos alunos.

3.4.3 Palavra estímulo: Prostituição

A questão nº 15 foi respondida por 383 alunos que evocaram 1492 palavras associadas à palavra-estímulo *prostituição*, sendo 365 diferentes. Pelo Quadro 25 observamos que 198 palavras foram citadas apenas uma vez, enquanto que uma palavra foi citada 84 vezes.

QUADRO 25: Distribuição das frequências – RANGMOT

DISTRIBUTION DES FREQUENCES					
freq. *	nb. mots *	Cumul evocations et cumul inverse			
1 *	198	198	13.3 %	1492	100.0 %
2 *	50	298	20.0 %	1294	86.7 %
3 *	28	382	25.6 %	1194	80.0 %
4 *	11	426	28.6 %	1110	74.4 %
5 *	12	486	32.6 %	1066	71.4 %
6 *	12	558	37.4 %	1006	67.4 %
7 *	8	614	41.2 %	934	62.6 %
8 *	6	662	44.4 %	878	58.8 %
9 *	7	725	48.6 %	830	55.6 %
10 *	2	745	49.9 %	767	51.4 %
11 *	8	833	55.8 %	747	50.1 %
12 *	3	869	58.2 %	659	44.2 %
13 *	1	882	59.1 %	623	41.8 %
14 *	4	938	62.9 %	610	40.9 %
16 *	1	954	63.9 %	554	37.1 %
17 *	1	971	65.1 %	538	36.1 %
18 *	2	1007	67.5 %	521	34.9 %
19 *	1	1026	68.8 %	485	32.5 %
25 *	1	1051	70.4 %	466	31.2 %
27 *	1	1078	72.3 %	441	29.6 %
34 *	1	1112	74.5 %	414	27.7 %
37 *	1	1149	77.0 %	380	25.5 %
42 *	1	1191	79.8 %	343	23.0 %
48 *	2	1287	86.3 %	301	20.2 %
54 *	1	1341	89.9 %	205	13.7 %
67 *	1	1408	94.4 %	151	10.1 %
84 *	1	1492	100.0 %	84	5.6 %

No Quadro 26 aparecem as palavras mais citadas no primeiro quadrante que foram *dinheiro* (84), *falta oportunidade* (67), *necessidade* (54), *pobreza* e *tristeza* (48 cada uma). Na 1ª periferia apareceram as palavras *violência* (42) e *drogas* (25).

Quadro 26: Expressões sobre prostituição

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 16 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
abuso	37	2,432	desrespeito	19	3,053
desigualdade	18	2,167	drogas	25	3,000
dinheiro	84	2,071	nojo	18	3,111
exploração	34	2,324	violência	42	2,857
falta-oportunidade	67	2,343			
necessidade	54	2,148			
opção	27	2,037			
pobreza	48	2,083			
problema-família	17	1,882			
promiscuidade	16	2,688			
tristeza	48	2,604			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 16 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
crime	14	2,571	desespero	13	2,769
desemprego	11	2,364	dinheiro-fácil	11	3,182
falta-família	14	2,357	família	14	3,357
indignação	11	2,091	humilhação	11	2,909
injustiça	12	2,083	medo	11	2,727
pena	10	1,800	vergonha	12	3,000
problema-sociedade	12	2,417			
profissão	11	2,000			
sexo	14	2,643			
sofrimento	10	1,900			
sujeira	11	1,909			
venda	11	2,636			

O Quadro 27 mostra a categoria mais evocada pelos participantes, que foi a de *Condição Social*, com cinco palavras (*desigualdade*, *falta de oportunidade*, *necessidade*, *pobreza* e *problema na família*). Na 1ª periferia, aparece quatro categorias com uma palavra evocada em cada (*Sentimentos Negativos/Valores*: *nojo*; *Violência*: *violência*; *Justiça*: *desrespeito*; e *Atitudes de Transgressão e Risco*: *drogas*). Com três palavras cada, aparecem as categorias *Sentimentos Negativos/Valores* (*penar*, *sofrimento* e *sujeira*), *Justiça* (*crime*, *indignação* e *injustiça*) e *Trabalho* (*desemprego*, *profissão* e *venda*) na 2ª periferia. E na 3ª

periferia temos a categoria *Sentimentos Negativos/Valores* (*desespero, humilhação, medo e vergonha*).

Quadro 27: Categorias sobre prostituição

NÚCLEO CENTRAL Condição social (5) Sentimentos negativos/valores (1) Violência (1) Escolha (1) Trabalho (2) Atitudes de transgressão e risco (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sentimentos negativos/valores (1) Violência (1) Justiça (1) Atitudes de transgressão e risco (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sentimentos negativos/valores (3) Justiça (3) Trabalho (3) Condição social (2) Atitudes de transgressão e risco (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sentimentos negativos/valores (4) Trabalho (1) Condição social (1)

Legenda das categorias sobre prostituição

Categoria 1 – Sentimentos Negativos/Valores: tristeza, nojo, pena, sofrimento, sujeira, desespero, humilhação, medo, vergonha
Categoria 2 – Violência: abuso, violência
Categoria 3 – Justiça: desrespeito, crime, indignação, injustiça
Categoria 4 – Trabalho: dinheiro, exploração, desemprego, profissão, venda, dinheiro-fácil
Categoria 5 – Condição Social: desigualdade, falta-oportunidade, necessidade, pobreza, problema-família, falta-família, problema-sociedade, família
Categoria 6 – Escolha: opção
Categoria 7 – Atitudes de Transgressão e Risco: promiscuidade, drogas, sexo

As representações sociais que nossos participantes têm sobre a prostituição, se assemelham das representações encontradas por Santos (2011). Em sua pesquisa, as palavras mais citadas no primeiro quadrante foram: *dinheiro* (23), *necessidade* (22) e *falta de oportunidade* (18), que pertencem a categoria *Trabalho*. Em nossa pesquisa foram também estas três palavras: *dinheiro* (84), *falta de oportunidade* (67) e *necessidade* (54). Ou seja, para nossos participantes, a pessoa se prostitui, porque não teve uma oportunidade em sua vida, e pela necessidade de ganhar um dinheiro para sobreviver, ela entra para a prostituição.

O núcleo central das representações sociais sobre prostituição de nossa pesquisa compreende a condição social com as palavras *desigualdade*, *falta de oportunidade*, *necessidade*, *pobreza* e *problema na família*. Citações que compreendem a prostituição como

um trabalho também estão presentes no primeiro quadrante com as palavras *dinheiro* e *exploração*.

3.4.3.1 Palavra estímulo: Prostituição por Cidades

O Quadro 28 aparecem as palavras que foram evocadas com frequência maior que 5. No primeiro quadrante temos as palavras *pobreza* (25), *tristeza* (21) e *necessidade* (18) como as mais evocadas do núcleo central. Na 1ª periferia temos as palavras *falta-oportunidade* (16), *abuso* (14) e *violência* (12). As palavras *exploração* (9), *vergonha* (9) e *pena* (8) foram as mais citadas na 2ª periferia. E na 3ª periferia as palavras com maior número de evocações foram *falta-política*, *nojo* e *raiva* com 7 evocações cada uma.

Quadro 28: Expressões sobre prostituição em Araraquara

<p>NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,6$</p> <table border="0"> <tr><td>desigualdade</td><td>10</td><td>2,100</td></tr> <tr><td>dinheiro</td><td>16</td><td>1,938</td></tr> <tr><td>necessidade</td><td>18</td><td>1,833</td></tr> <tr><td>opção</td><td>10</td><td>2,100</td></tr> <tr><td>pobreza</td><td>25</td><td>2,000</td></tr> <tr><td>tristeza</td><td>21</td><td>2,476</td></tr> </table>	desigualdade	10	2,100	dinheiro	16	1,938	necessidade	18	1,833	opção	10	2,100	pobreza	25	2,000	tristeza	21	2,476	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,6$</p> <table border="0"> <tr><td>abuso</td><td>14</td><td>2,786</td></tr> <tr><td>falta-oportunidade</td><td>16</td><td>2,750</td></tr> <tr><td>violência</td><td>12</td><td>2,833</td></tr> </table>	abuso	14	2,786	falta-oportunidade	16	2,750	violência	12	2,833																																	
desigualdade	10	2,100																																																											
dinheiro	16	1,938																																																											
necessidade	18	1,833																																																											
opção	10	2,100																																																											
pobreza	25	2,000																																																											
tristeza	21	2,476																																																											
abuso	14	2,786																																																											
falta-oportunidade	16	2,750																																																											
violência	12	2,833																																																											
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,6$</p> <table border="0"> <tr><td>exploração</td><td>9</td><td>1,889</td></tr> <tr><td>indignação</td><td>5</td><td>1,600</td></tr> <tr><td>injustiça</td><td>7</td><td>2,286</td></tr> <tr><td>medo</td><td>6</td><td>2,167</td></tr> <tr><td>pena</td><td>8</td><td>2,000</td></tr> <tr><td>problema-família</td><td>7</td><td>1,429</td></tr> <tr><td>promiscuidade</td><td>6</td><td>2,333</td></tr> <tr><td>vergonha</td><td>9</td><td>2,556</td></tr> </table>	exploração	9	1,889	indignação	5	1,600	injustiça	7	2,286	medo	6	2,167	pena	8	2,000	problema-família	7	1,429	promiscuidade	6	2,333	vergonha	9	2,556	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,6$</p> <table border="0"> <tr><td>desespero</td><td>6</td><td>2,833</td></tr> <tr><td>deseestrutura</td><td>5</td><td>4,200</td></tr> <tr><td>desrespeito</td><td>5</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>desvalorização</td><td>5</td><td>2,600</td></tr> <tr><td>doenças</td><td>5</td><td>3,200</td></tr> <tr><td>drogas</td><td>5</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>falta-família</td><td>5</td><td>2,600</td></tr> <tr><td>falta-política</td><td>7</td><td>3,143</td></tr> <tr><td>nojo</td><td>7</td><td>3,714</td></tr> <tr><td>raiva</td><td>7</td><td>3,000</td></tr> <tr><td>sexo</td><td>6</td><td>2,667</td></tr> <tr><td>solidão</td><td>5</td><td>3,200</td></tr> </table>	desespero	6	2,833	deseestrutura	5	4,200	desrespeito	5	3,000	desvalorização	5	2,600	doenças	5	3,200	drogas	5	3,000	falta-família	5	2,600	falta-política	7	3,143	nojo	7	3,714	raiva	7	3,000	sexo	6	2,667	solidão	5	3,200
exploração	9	1,889																																																											
indignação	5	1,600																																																											
injustiça	7	2,286																																																											
medo	6	2,167																																																											
pena	8	2,000																																																											
problema-família	7	1,429																																																											
promiscuidade	6	2,333																																																											
vergonha	9	2,556																																																											
desespero	6	2,833																																																											
deseestrutura	5	4,200																																																											
desrespeito	5	3,000																																																											
desvalorização	5	2,600																																																											
doenças	5	3,200																																																											
drogas	5	3,000																																																											
falta-família	5	2,600																																																											
falta-política	7	3,143																																																											
nojo	7	3,714																																																											
raiva	7	3,000																																																											
sexo	6	2,667																																																											
solidão	5	3,200																																																											

Em relação às categorias formadas pelas evocações, o Quadro 29 mostra a categoria *Condição Social* como a que possui mais palavras citadas (*desigualdade, necessidade e pobreza*). Na 1ª periferia a categoria *Violência* foi a mais citada com duas palavras (*abuso e violência*). A categoria *Sufrimento* foi a mais evocada, com as palavras *medo, pena e vergonha*. Na 3ª periferia tiveram três categorias que apresentaram três palavras cada uma: categoria *Sentimento Negativos/Valores* (*desvalorização, nojo e raiva*); categoria *Condição Social* (*deseestrutura, falta-família, falta-política*); e categoria *Atitudes de Transgressão e Risco* (*doenças, drogas, sexo*).

Quadro 29: Categorias sobre prostituição em Araraquara

NÚCLEO CENTRAL Sufrimento (1) Trabalho (1) Condição social (3) Escolha (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Condição social (1) Violência (2)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sufrimento (3) Sentimentos negativos/ valores (1) Trabalho (1) Condição social (1) Justiça (1) Atitudes de transgressão e risco (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sufrimento (2) Sentimentos negativos/valores (3) Condição social (3) Justiça (1) Atitudes de transgressão e risco (3)

Legenda das categorias sobre prostituição em Araraquara

Categoria 1 – Sofrimento: tristeza, medo, pena, vergonha, desespero, solidão,
Categoria 2 – Sentimentos Negativos/Valores: indignação, desvalorização, nojo, raiva,
Categoria 3 – Trabalho: dinheiro, exploração,
Categoria 4 – Condição Social: desigualdade, necessidade, pobreza, falta-oportunidade, problema-família, deseestrutura, falta-família, falta-política,
Categoria 5 – Escolha: opção,
Categoria 6 – Justiça: injustiça, desrespeito,
Categoria 7 – Atitudes de Transgressão e Risco: promiscuidade, doenças, drogas, sexo,
Categoria 8 Violência – abuso, violência,

Em Presidente Prudente, o núcleo central das representações sociais da palavra estímulo prostituição tem como palavras mais evocadas: *dinheiro* (47), *falta-oportunidade* (31) e *necessidade* (23). O segundo quadrante é formado pelas palavras *drogas* (15), *violência* (15) e *família* (11) que representam a 1ª periferia. Na 2ª periferia as palavras mais citadas

foram: *venda* (9), *crime*, *desigualdade* e *opção* com 7 evocações cada. E na 3ª periferia temos as palavras *doença* (8), *desrespeito*, *nojo* e *promiscuidade*, cada uma citada 7 vezes (Quadro 30).

Quadro 30: Expressões sobre prostituição em Presidente Prudente

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
abuso	15	2,267	drogas	15	2,933
dinheiro	47	1,957	família	11	3,000
exploração	20	2,350	violência	15	3,333
falta-oportunidade	31	2,161			
necessidade	23	2,261			
pobreza	16	2,000			
tristeza	12	2,583			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $< 2,7$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 10 et le Rang Moyen $\geq 2,7$		
crime	7	2,429	criança	5	3,000
desigualdade	7	2,286	desemprego	6	2,833
opção	7	2,000	desespero	5	3,400
problema-família	6	2,167	desrespeito	7	2,714
profissão	5	1,600	doença	8	2,750
sexo	5	2,600	exposição	5	3,800
sofrimento	5	1,600	falta-Deus	6	3,333
trabalho	6	2,333	humilhação	6	2,833
venda	9	2,667	infância	5	3,600
			nojo	7	2,857
			obrigação	6	2,833
			prazer	5	3,600
			promiscuidade	7	3,143
			trauma	5	3,600

Com referência as categorias formadas, temos no Quadro 31 a categoria *Condição Social* com três palavras (*falta-oportunidade*, *necessidade* e *pobreza*), sendo este o agrupamento com maior número de citações. Na 1ª periferia aparecem as categorias *Atitudes de Transgressão e Risco*, *Condição Social* e *Violência* com uma palavra cada. A 2ª periferia se destaca a categoria *Trabalho* com três palavras (*profissão*, *trabalho* e *venda*). No último quadrante, a categoria que teve o maior número de palavras foi a *Sentimentos Negativos*, com as palavras *desespero*, *falta-Deus*, *humilhação*, *nojo* e *trauma*.

Quadro 31: Categorias sobre Prostituição de Presidente Prudente

NÚCLEO CENTRAL Sentimentos negativos (1) Trabalho (2) Condição social (3) Violência (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Atitudes de transgressão e risco (1) Condição social (1) Violência (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sentimentos negativos (1) Justiça (1) Atitudes de transgressão e risco (1) Trabalho (3) Condição social (2) Escolha (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sentimentos negativos (5) Justiça (1) Atitudes de transgressão e risco (3) Trabalho (2) Condição social (2)

Legenda das categorias sobre prostituição em Presidente Prudente

Categoria 1 – Sentimentos Negativos: tristeza, sofrimento, desespero, falta-Deus, humilhação, nojo, trauma,
Categoria 2 – Justiça: crime, desrespeito,
Categoria 3 – Atitudes de Transgressão e Risco: drogas, sexo, exposição, prazer, promiscuidade,
Categoria 4 – Trabalho: dinheiro, exploração, profissão, trabalho, venda, desemprego, obrigação.
Categoria 5 – Condição Social: falta-oportunidade, necessidade, pobreza, família, desigualdade, problema-família, criança, infância,
Categoria 6 – Escolha: opção,
Categoria 7 – Violência: abuso, violência,

Na unidade da UNESP de São José do Rio Preto, as palavras mais evocadas pelos participantes foram *dinheiro* (21), *falta-oportunidade* (20) e *violência* (15) e estão presentes no núcleo central das representações sociais destes alunos pesquisados. Na 1ª periferia temos a citação de *tristeza* (15). As palavras *abuso* (8), *pobreza* e *sujeira* (ambas com 7 evocações) foram as mais citadas na 2ª periferia. Na 3ª periferia está a palavra *desrespeito* (7) como a mais evocada (Quadro 32).

Legenda das Categorias sobre Prostituição de São José do Rio Preto

Categoria 1 – Sentimentos Negativos/Valores: tristeza, sujeira, dor,
Categoria 2 – Violência: violência, abuso,
Categoria 3 – Trabalho: dinheiro, dinheiro-fácil, exploração,
Categoria 4 – Condição Social: falta-oportunidade, necessidade, falta-família, pobreza, problema-sociedade, vida-fácil
Categoria 5 – Atitudes de Transgressão e Risco: drogas,
Categoria 6 – Escolha: opção,

Podemos perceber que no imaginário de nossos participantes das três unidades perpassa a ideia de que a prostituição é um trabalho, porém visto à margem da sociedade, como uma profissão para as pessoas que não tiveram escolha e que lhe faltaram oportunidades, e diretamente relacionada à pobreza. A prostituição também foi relacionada a situações que podem causar risco, como o uso de drogas, a propensão a doenças sexualmente transmissíveis e a violência pela exposição nas ruas.

A prostituição é citada como uma das profissões mais antigas do mundo. Durante a Revolução Industrial, a prostituição aumentou em toda a Europa como consequência do êxodo rural, das precárias condições e a promiscuidade advinda da área urbana (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/CNBB, 1976 apud TORRES, DAVIM e COSTA, 1999).

Os preconceitos e estigmas são inegáveis, uma vez que vivemos numa sociedade machista, patriarcal e monogâmica, e a prostituição é contrária a estes modelos, pois as mulheres expressam a sua sexualidade de forma explícita contrariando os limites impostos pela sociedade conservadora (AQUINO, NICOLAU, MOURA e PINHEIRO, 2008).

Davidson (2010, apud Landini, 2011) lembra que a prostituição pode estar organizada de diversas formas e envolve diferentes relações e condições de trabalho e ganhos financeiros (p. 69). Os locais também são variados (bordéis, casa de massagem, a rua, restaurantes, paradas de caminhões, praia, etc), e o trabalho pode ser feito de forma independente, ou por intermédio de outras pessoas. Ou seja, a prostituição não é um conceito homogêneo:

Da mesma forma, a experiência subjetiva da prostituição varia não apenas em função das relações de poder implicadas, mas também porque as pessoas entram para o mercado do sexo com diferentes histórias de vida, diferentes compreensões sobre o comércio do sexo e diferentes características individuais (LANDINI, 2011, p. 69).

Pelas nossas representações podemos observar o quanto as representações estão bem próximas, mas com peculiaridades entre as palavras abuso sexual (AS), exploração sexual (ESCA) e prostituição. Para a primeira palavra, percebemos a presença de palavras ligadas a sentimentos negativos, como *tristeza, maldade, indignação, covardia*, e a palavra *violência* que se destacou como a mais citada.

Na exploração sexual, a categoria sentimentos negativos também aparece com o maior número de palavras, mas o destaque está na palavra mais citada que foi *crime*, o que, diferente do AS nos remete a questão da ilegalidade, do errado, de algo que merece uma punição, aparecendo depois a palavra *violência*.

A representação da prostituição tem uma representação bem delimitada como um trabalho, que é feito pela falta de oportunidade, pela necessidade de sobrevivência e também por acharem que é um dinheiro fácil de ganhar. Aqui há a predominância da categoria *Condição Social*, como uma determinante para o ingresso das pessoas no mercado do sexo, e teve *dinheiro* como a palavra mais citada.

Como a literatura da área aponta, em nossa pesquisa o AS mobiliza mais as pessoas a sentirem como algo inaceitável, e se sensibilizam com as crianças que passam por este ato de violência, quando comparado com as adolescentes, às quais se associa a ideia de ter provocado a situação. Podemos também notar em nossos dados quando apresentamos uma mesma situação para crianças e adolescentes, verificamos que há um aumento de respostas negativas ou de não saberem se denunciariam casos de abuso sexual sofrido por adolescentes quando comparados com as situações de crianças envolvidas no abuso ou exploração sexual.

A exploração e a prostituição se assemelham, além do caráter comercial, por ser algo que mobiliza em menor grau nossos participantes, por acreditarem que, apesar de muito sofrida, para alguns foi uma escolha pela qual essas pessoas fizeram. Essa situação pode ser verificada pelas palavras que aparecem ligadas a valores como falta de caráter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu a partir da minha inquietação diante de uma adolescente que era explorada sexualmente, com quem tive contato durante o projeto de iniciação científica, em 2007. Pensando na garantia de seus direitos e de toda a população infanto-juvenil, muitos avanços aconteceram como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que, entre seus artigos, traz como compulsória a denúncia de casos de violência.

Nossa pesquisa parte deste ponto, ao verificarmos nesta lei uma lacuna entre a obrigação legal e as atitudes dos profissionais da educação no cumprimento de seus deveres. Vemos que é exigido do professor um posicionamento que quebre com o ciclo de violência e denuncie, seja esta apenas uma suspeita de casos de abuso ou exploração sexual.

Entretanto, considerando que a violência sexual é uma modalidade que não deixa marcas físicas visíveis, será que os professores sabem como reconhecer os sinais de que uma criança/adolescente pode estar passando por esta violência? Será que os professores sabem quais as atitudes devem tomar frente aos casos que chegam ao seu conhecimento? E mais, será que eles estão preparados para agir na garantia dos direitos de seus alunos?

Com estas questões em nossa mente, o nosso objetivo foi o de analisar o nível de conhecimento e as concepções dos alunos, que estão se formando nos cursos de licenciatura, têm sobre violência sexual, ou temas próximos. Os dados coletados nos mostraram que os participantes têm algum conhecimento sobre violência sexual, mas enquanto um fenômeno social, demonstrando não saber como proceder diante das suspeitas ou casos confirmados da violência, chegando a ter atitudes que poderiam expor ainda mais a criança/adolescente ao perigo, resultado da falta de tratamento do tema nas disciplinas dos cursos pesquisados.

Um ponto que nos chamou a atenção foi que alguns alunos, mesmo que em número reduzido, acreditam que não seja uma função da Universidade trabalhar com esta questão. Acreditamos que esta instituição, enquanto formadora de professores, é uma importante aliada para que estes futuros profissionais reconheçam seu trabalho na formação integral do aluno como um sujeito democrático, conhecedor de seus direitos e deveres e que possam exercer sua cidadania. Porém, não depende exclusivamente da Universidade combater a violência sexual. Este fenômeno é multifacetado e exige uma união de forças entre universidade, escola, assistentes sociais, conselhos tutelares, juizado, polícia, médicos, enfermeiros, psicólogos, que, se bem estruturados, chegarão a soluções eficazes.

No tocante a coleta de dados, esta etapa foi demorada porque encontramos algumas dificuldades, em geral ligadas a autorização dos professores para a participação de seus alunos

em nossa pesquisa. Quando fizemos um primeiro contato com os coordenadores dos cursos, poucos nos responderam positivamente à nossa pesquisa. No campus de Presidente Prudente, foi onde tivemos menos dificuldades, talvez pela professora orientadora que tem muitos projetos com esta temática conhecidos pela Universidade.

Em Araraquara, dois coordenadores nos responderam e aceitaram a nossa pesquisa, porém os outros dois não se posicionaram. Tivemos que telefonar em suas salas, tentando encontrá-los por lá. Para um desses cursos, o coordenador só autorizou a pesquisa mediante aprovação do Conselho de Curso – o que é desnecessário de acordo com o Comitê de Ética, uma vez que precisávamos apenas da aprovação do coordenador. No outro curso, o coordenador lembrara-se de ter lido o meu e-mail com o projeto da pesquisa, porém não entendia o porquê de aplicar nos seus alunos um questionário que tem como tema a violência sexual, justificando que não é um tema que se relaciona com o curso sob sua coordenação; porém, assim mesmo ele aceitou que eu coletasse os dados.

Neste campus, em dois cursos conseguimos aplicar o questionário nas aulas do primeiro professor que pedimos. Para os outros dois cursos foi preciso conversar com três professores cada, e ainda assim, para um destes cursos não foi possível a aplicação do questionário pelo final do ano letivo que se aproximava e nenhum professor se dispôs a ceder uma parte de sua aula.

Em São José do Rio Preto, dos quatro cursos de licenciatura disponíveis, apenas um coordenador respondeu ao meu e-mail dizendo que não competia a ele autorizar uma aplicação de questionário. Mesmo trazendo argumentações que justificassem o seu papel como o único que precisava autorizar a pesquisa, seus e-mails se resumiam em retirar o seu poder de decisão enquanto coordenador de um curso para “empurrar” a responsabilidade para o diretor da unidade.

O apoio de uma pessoa do Comitê de Ética deste campus foi fundamental para que pudéssemos aplicar os questionários em todos os cursos.

A respeito da unidade de Marília, não conseguimos aplicar o questionário em nenhum curso; apenas o coordenador de um curso (dos três possíveis) autorizou a pesquisa depois da troca de coordenadores. Decidimos, após dois meses ligando para pedir autorização, desistir de aplicar os questionários neste campus. Um dos coordenadores, mesmo após deixar vários recados, não se prontificou em dar um posicionamento, e quanto ao outro curso, desde maio estava sem coordenador. Ressalto que as ligações foram feitas nos meses de agosto e setembro – em média duas a três ligações por semana.

A coleta dos dados para esta pesquisa foi muito trabalhosa, por diversas vezes a maioria dos coordenadores se mostraram pouco interessados e menos ainda receptivos para a pesquisa. Podemos verificar pelas atitudes destes profissionais que procuraram evitar a participação de seus cursos neste estudo, exigindo que a pesquisa passasse por um novo Comitê de Ética, dificultando a nossa entrada às salas de aula; assim como alguns professores que não queriam disponibilizar uma parte de suas aulas, justificando que a pesquisa faria com que os alunos perdessem muitos conteúdos, o que nos mostra que, para estes profissionais, o estudo da violência sexual nas universidades não é importante.

Diante desta situação, vemos o quanto estes profissionais, vinculados a uma universidade pública, onde também se encontram envolvidos em pesquisa, dificultam o acesso de outros pesquisadores em seus cursos para coletarem dados. Percebemos o quanto é contraditório estes professores, que são pesquisadores, não se mostrarem disponíveis para o desenvolvimento das pesquisas de seus pares. Se na universidade, que é conhecida por ser um lugar de trocas de conhecimento, não encontramos espaço para desenvolvermos nossos projetos, então onde conseguiremos fazer pesquisa? Se estes professores universitários, que ministram aulas em cursos de licenciatura, julgam que o tema violência sexual é irrelevante para ser trabalhado em sala de aula, então qual aluno achará que seu aprendizado é significativo e trabalhará o tema em sala de aula?

Por estas atitudes vemos o quanto os cursos ainda se alicerçam em conteúdos, preocupados em passar apenas os conhecimentos necessários para seus alunos lecionarem, não trazendo para a sala de aula as adversidades que crianças e adolescentes podem enfrentar em seu cotidiano, como a violência intrafamiliar (violência física, psicológica, violência sexual), abandono, negligência, maus-tratos, bullying, trabalho infantil, residir próximo aos pontos de distribuição de drogas, podendo ser constantemente aliciados, e quais os direitos e os deveres estas pessoas em formação têm.

As universidades, de um modo geral, precisam reelaborar seus currículos com disciplinas que abrangem estes temas, a fim de preparar seus alunos para estas situações. Não estamos falando em formar profissionais especializados nas adversidades, mas que possuam o mínimo de respaldo para saber identificar se algo errado está acontecendo com seus alunos e o que é, e se não souber, que possam estar preparados a dar abertura para seus alunos terem um espaço de diálogo, que vejam o professor como alguém que tem meios de ajudá-los, e conhecer as autoridades competentes para fazer um encaminhamento desta criança/adolescente.

Com esta pesquisa podemos verificar que os alunos dos cursos de licenciatura vão para as salas de aula, sem ter um conhecimento específico sobre questões de ética, cidadania, saúde, sexualidade, cultura (temas transversais discutidos nos PCNs), sem saber como garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, e pior, sem saber qual é a sua real função, que vai muito além daquilo que está no currículo, que é a de um educador democrático, solidário, que acumula diversos saberes e está para além de uma educação com aspectos formais.

Pelos dados encontrados, observamos que nossos participantes têm um conhecimento sobre violência sexual, mas enquanto um fenômeno social, sem um aprofundamento sobre o tema. Verificamos que algumas respostas foram ao encontro com aquilo que a literatura da área traz; porém, outras questões sobre as atitudes que os futuros professores deveriam tomar, além de expor, poderiam colocar em risco as crianças e adolescentes vítimas da VS. Outra hipótese que podemos levantar que pode não se referir a limitação sobre o tema, é a de que nossos participantes responderam de acordo com o que acharam politicamente correto, e não o que julgaram suas reais atitudes frente às situações expostas.

Assim como vemos em outros estudos, nossos participantes possuem a tendência de proteger mais as crianças que os adolescentes, julgando que o segundo pode ter provocado, sejam com atitudes, sejam pelas vestimentas que usam. Estas crenças, como falamos anteriormente, tiram do foco o agressor, culpabilizando os adolescentes pela violência sofrida.

Sobre os dados encontrados com as palavras evocadas, verificamos que há uma maior sensibilização de nossos participantes ao abuso que à exploração sexual. Sobre o AS, a palavra mais citada foi *violência*, que remete ao uso da força, opressão, conflitos de poder, e ao próprio ato de violentar, de forma que é algo errado, não aceitável. Para a ESCA, a palavra mais citada foi *crime*, que pode criar uma ambiguidade, pois as crianças e adolescentes ficam como sujeitos da ação, ou estes sendo as vítimas da exploração; quer dizer, pode se referir como um crime as crianças e adolescentes serem exploradas sexualmente, ou ser um crime cometido por crianças e adolescentes se prostituir. A ESCA gera uma maior discussão, nos quais valores culturais e sociais podem atribuir às adolescentes a condição de réus (LIBÓRIO e cols., 2007).

Ainda sobre a ESCA, percebemos que aqui aparece a questão econômica como um fator gerador da violência, ausente no AS. As categorias *Condição Social* e *Trabalho* estão representadas pelas palavras: *dinheiro*, *prostituição*, *pobreza*, *necessidade* e *desigualdade*, o que diferem do AS por não importar a questão econômica e social dos abusadores e das vítimas.

A representação social sobre prostituição é muito bem demarcada pela questão econômica. Vemos que a palavra mais citada foi *dinheiro*, e a condição social do indivíduo, para os nossos participantes, é um fator determinante para o seu ingresso na prostituição, como observamos pelo núcleo central da representação social desta palavra estímulo. Uma categoria que aparece aqui é *Atitudes de Transgressão e Risco* que mostra uma maior suscetibilidade a atitudes que põe em risco a vida destas pessoas, e de acordo com os respondentes são doenças sexualmente transmissíveis, o uso de drogas, a exposição excessiva e a promiscuidade seriam alguns indicadores.

De um modo geral, apesar da falta de instrumentalização, os alunos participantes reconhecem a importância de trabalhar nos cursos de formação de professores o tema violência sexual.

Para a maioria dos participantes, a forma como a universidade pode contribuir com os alunos em sua formação inicial e continuada, sobre este tema, é promovendo palestras, cursos e orientações. De fato estas são formas importantes, porém para mobilizar os futuros professores a agir em defesa das crianças e adolescentes é muito pouco. Reafirmamos que a inserção do tema na grade curricular dos cursos de licenciatura seria a melhor opção por oportunizar um tempo maior do aluno no tratamento desta temática.

Sobre os documentos da área da Educação (os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases), que aqui procuramos verificar se abordam a violência sexual ou temas próximos, podemos verificar que seus conteúdos, com exceção do PCN de Orientação Sexual, pouco abordam sobre sexualidade. Não foi feita uma análise aprofundada dos documentos aqui citados, mas podemos constatar que, excluindo o PCN, nada trazem sobre violência sexual.

De um lado temos o ECA que traz como obrigatória a denúncia por parte do professor de casos confirmados, ou suspeitas de violência sexual sofrida por crianças e adolescentes que ele tenha conhecimento, sendo passível de punição o não delato; de outro, verificamos que as políticas públicas da área da educação não respaldam o profissional a ter conhecimento da VS, não insere nem este e nenhum outro tema aproximado para que seja abordado em sala de aula.

Entendemos que para cobrarmos melhorias no ensino e inserir o estudo da violência sexual ou qualquer outro tipo de violência nos currículos, é necessário que os documentos tratem destas questões, afinal, não adianta exigirmos algo dos professores sem o respaldo da legislação. Sabemos que existem várias cartilhas, já citadas neste trabalho, que são específicas

para o professor aprofundar seu conhecimento deste fenômeno a fim de promover o aumento de denúncias por parte do professor, porém é preciso uma mudança de atitude dos professores, das escolas, das universidades, e em especial destas políticas públicas.

Esta pesquisa indicou que são necessárias mudanças nos currículos e propostas nas universidades, no tocante aos cursos de licenciatura; os documentos da área da educação devem contemplar com maior ênfase este tema, deve haver um maior respaldo da legislação, para que possamos pensar em mudanças nas atitudes dos profissionais desta área; e valorizar os materiais produzidos especificamente sobre este tema para o professor. Existe uma variedade de cartilhas que trabalham a VS (ABRAPIA, 1997, 2002; GUIA ESCOLAR, 2004; WCF, 2006), onde trazem os mitos e realidades sobre a VS, conhecimento da legislação, os indicadores e consequências que uma criança/ adolescente vítima desta violência apresenta, as atitudes esperadas do professor, entre outros assuntos, para que estes profissionais possam aprofundar seu conhecimento sobre o tema.

Por fim, acreditamos que conseguimos atender aos objetivos de nosso trabalho, recomendamos às futuras pesquisas reformulações no questionário para atender também outras áreas, como por exemplo, abranger os conhecimentos dos profissionais da saúde, incluir o tratamento de documentos específicos que abordam a violência sexual e a violência de um modo geral, e seria pertinente também trabalhar com perguntas mais específicas sobre os indicadores e consequências do abuso e da exploração sexual no questionário.

Esperamos que este trabalho dê abertura para novas pesquisas com este tema, como: fazer uma análise mais detalhada dos documentos da área da educação; identificar onde os licenciandos aprenderam o que sabem sobre VS, o papel que caberia às mídias no acesso a este tipo de conhecimento; analisar as políticas e práticas de ensino escolar em função das associações com os princípios de formação que vinculam as questões éticas, de cidadania e dos direitos, de questões políticas, culturais e sociológicas; compreender as concepções dos coordenadores de cursos de licenciaturas sobre as diversas manifestações de violência contra crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas

ABRIC, C. A organização das representações sociais: sistema central e sistema periférico. In: GUIMELLI, C. H. **Structures et transformations des représentations sociales**. Lausanne: Delachaux et Niestlé. Tradução de: J. C. Abric. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique, 1994.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA (ANDI). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

AGUIAR, M. A. S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão**. Educação e Sociedade. Campinas, 2010. jul.-set. v. 31, n. 112, p. 707-727.

AQUINO, P. S.; NICOLAU, A. I. O.; MOURA, E. R. F.; PINHEIRO, A. K. B. Perfil sociodemográfico e comportamento sexual de prostitutas de Fortaleza – CE. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Vol. 16, nº 3. Florianópolis: jul/set. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – proteção e prevenção**: guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

_____. **Abuso sexual: mitos e realidades**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002. Disponível em: www.observatoriodainfancia.com.br (acesso em agosto de 2010).

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A.; VAICIUNAS, N. (1997). Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Org.). **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Editora Cortez.

BEAUCLAIR, J. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Transversalidade e Educação em Direitos Humanos: um caminho (possível) para a transformação escolar**. Disponível em <http://www.profjoaobeaclair.net/visualizar.php?id=244212> (acesso em 29 de agosto de 2012).

BEZERRA, S. C. Uma rotina desoladora. In: ANDI. **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Código Penal – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm (acesso em junho de 2011).

_____. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: uma política em movimento. Relatório do Monitoramento 2003-2004**. Brasil: Brasília, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (acesso em março de 2010).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90**, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm (acesso em março de 2010).

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e ética**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente e saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997.

_____. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf (acesso em março de 2010).

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1998. 3 vol.

BRINO, R. F. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2006.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas) São Paulo, n. 119, 2003-a. p.113-128.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso infantil. **Interação em Psicologia**. São Paulo, n. 7, v. 2. 2003-b. p. 1-10.

CAMARGO, L. S. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Professoras de Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente**. Relatório de pesquisa não publicado, enviado ao PIBIC – CNPq, 2005.

_____. **Concepções de adolescentes sobre a escola: do risco à proteção**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2009.

COSTA, S. R. S.; **Concepções e práticas de profissionais de educação sobre os maus-tratos contra crianças**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2008.

DREZETT, J.; CABALLERO, M.; JULIANO, Y.; PRIETO, E. T.; MARQUES, J. A.; FERNADES, C. E. **Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino**. J. Pediatr. (Rio J.) [online]. 2001, vol.77, n.5, p. 413-419.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**. (26), jan/jun, 2006: p. 201-223.

FENG, J.; HUANG, T.; WANG, C. Kindergarten teachers' experience with reporting child abuse in Taiwan. **Child Abuse & Neglect**. Volume 34, Issue 2. 2010, p. 124-128.

FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor: reflexos na formação e atuação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

GOLDMAN, J. D.; GRIMBEK, P. How university student-teachers for primary school learn about Department of Education Policy on child sexual abuse, and mandatory reporting: the sources of their professional information. **Higher Education**, 58 (2), 2008. p. 221-239.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Caderno Saúde Pública**. V. 18, n. 1, p. 315-9, fev. 2002.

GUIA ESCOLAR: **Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

HAWKINS, R.; McCALLUM, C. Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools. **Child abuse e neglect**. n. 25, p. 1603-1625. 2001.

HAZZARD, A. Training teachers to identify and intervene with abused children. **Journal of Clinical Child Psychology**, 13 (3), 288-293, 1984.

IKEFUTI, M. V. **Dimensões do trabalho infantil doméstico no município de Presidente Prudente**. Relatório de Pesquisa não publicado, enviado ao PIBIC – CNPq, 2008.

IKEFUTI, M. V. **Dimensões do trabalho infantil no município de Presidente Prudente**. Relatório de Pesquisa não publicado, enviado ao PIBIC – CNPq, 2009.

INOE, S. R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, 25(1), 11-21, jan./mar. 2008.

LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEAL, M. F. P. (org.) **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: relatório nacional**, Brasil. Brasília: CECRIA, 2002.

LEAL, M. L. P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final**, Brasil. Brasília: CECRIA, 1999.

LEAL, M. L.P. e LEAL, M. de F. P. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil**. Brasília: PESTRAF/CECRIA, 2002.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

_____. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 18(3), p. 413-420. 2005.

_____. **Crianças e adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre**. Relatório de pesquisa não publicado enviado ao CNPq, 2009, 248 p.

_____. **Construindo resiliência através da participação em práticas culturais: a articulação entre os indivíduos e processos inter-relacionais e comunitários na facilitação do protagonismo**. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP, 2011.

LIBÓRIO, R. M. C.; CAMARGO, L. S. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente**. (Trabalho apresentado na 29ª reunião anual da ANPED. Caxambú, MG, 2006).

LIBÓRIO, R. M. C.; CAMARGO, L. S.; SANTOS, R. C. F.; SANTOS, R. B. Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual – contribuições para políticas educacionais. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: Violes, 2007.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: UNGARETTI, M. A. (org.). **Criança e adolescente: direitos, sexualidade e reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP. 2010. Disponível em: http://www.childhood.org.br/conteudo2011/Livro_Crianca_e_Adolescente_DireiDir_Sexualidades_Reproducao.pdf (acesso em 03 de agosto de 2012).

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M.; COELHO, A. E. L. Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In: DELL'AGLIO, D. D. ; KOLLER, S.H.; YUNES, M. A. M. **Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOVANI, A. M. **Dimensões do trabalho infantil informal urbano no município de Presidente Prudente**. Relatório de Pesquisa não publicado – enviado ao PIBIC – CNPq, 2008.

MARTINS, P. C. **Maus-Tratos a Criança – O perfil de um problema**. Coleção Infans. Centro de Estudos da Criança (IEC) – Universidade do Minho, Braga, 2002.

MOÇO, A. **Balanco do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/pne-plano-nacional-de-educacao-537431.shtml> (acesso em agosto de 2012).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos da criança**. 1989. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil** (Convenção 182), 1999. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-182.html>.

PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado não publicada. FURG – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande – RS, 2007. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/> (acesso em 13 de maio de 2012).

PIETRO, A. T. M.; YUNES, M. A.M. O ato da denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: Violes, 2007.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. n. 114, 179-195, Novembro de 2001.

PINTO JR. A. A. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

PRIEBE, G.; SVEDIN, C. G. Child sexual abuse is largely hidden from the adult society: an epidemiological study of adolescents' disclosures. **Child Abuse & Neglect**. Volume 32, Issue 12. 2008, p. 1095-1108.

RAMAL, A. C. A nova LDB: destaques, avanços e problemas. Salvador: **Revista de Educação CEAP**, ano 5, nº. 17, junho de 1997, p. 05 - 21. Disponível em <http://www.pedagogiaaopedaletra.com/posts/ldb-atualizada-2011-mec-ldb-atualizada-comentada-pdf-lei-939496/> (acesso em agosto de 2012).

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. Revisão técnica: Dalka Chaves de Almeida Ferrari. São Paulo: M. Books do Brasil Editora. 2005.

SANTOS, B. R. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood – Instituto WCF – Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria da Educação, 2009. Disponível em http://www.childhood.org.br/Guia_de_Referencia.pdf (acesso em 04 de agosto de 2012).

SANTOS, R. C. F. **A violência sexual contra crianças e adolescentes: concepções de profissionais do ensino médio das escolas públicas estaduais de Presidente Prudente**. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física, UNESP, Presidente Prudente, 2007.

_____. **Violência sexual e a formação de educadores – uma proposta de intervenção**. Dissertação de Mestrado não publicada. UNESP, Presidente Prudente, 2011.

SILVA, L. R. G. **Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

TAVARES, J. A Resiliência na Sociedade Emergente. In TAVARES, J. (org). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez. 2001.

TORRES, G. V.; DAVIM, R. M. B.; COSTA, T. N. A. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Vol. 7, nº 3. Ribeirão Preto: julho, 2009.

UNGAR, M. **Contextual and cultural aspects of resilience in child welfare settings**. In I.Brown, F.Chaze, D.Fuchs, J. Lafrance, S. McKay & S. Thomas Prokp (Eds.), Putting a human face on child welfare: Voices from the Prairies (pp 1-23). Prairie Child Welfare Consortium / Centre of Excellence for Child, 2007.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.

WCF – WORLD CHILD FOUNDATION. **Refazendo laços de proteção: ações para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes – manual de orientação a educadores**. São Paulo: CENPEC: CHILHOOD – Instituto WCF – Brasil, 2006.

WILLIAMS, L. C. A. Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e análise do fenômeno no município de São Carlos. In: WILLIAMS, L. C. A. & ARAÚJO, E. A. C. (org.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 22-40.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (org.) **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANEXOS

**PESQUISA: “POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS
SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL”**

Data: _____ Cidade: _____

Curso: _____ Ano: _____ Período: _____

Sexo: () a. Feminino () b. Masculino

1. Você já atua na área da educação?

() a. Sim

() b. Não

Se sim, indique local e atividade

desenvolvida: _____

2. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vêm a sua cabeça quando você pensa em “**abuso sexual**” contra crianças e adolescentes:

3. Você acredita que é papel do professor denunciar às autoridades competentes casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes?

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

4. Se você suspeita que uma criança ou adolescente esteja sendo vítima de violência sexual, mas não tem certeza, é apropriado contatar às autoridades para denunciar o caso?

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

Examine as situações abaixo (questões de 5 a 12) e avalie se constituem como **motivos razoáveis para efetuar denúncia:**

5. Uma criança lhe diz que está sendo abusada sexualmente, mas não existe nenhuma outra prova além do relato da criança.

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

6. Uma/um adolescente lhe diz que está sendo abusada (o) sexualmente, mas não existe nenhuma outra prova além do relato da (o) adolescente.

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

7. Uma criança tem lesões que levam a suspeitar que ela esteja sofrendo abuso sexual, mas não existe uma admissão da criança.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

8. Uma/um adolescente tem lesões que levam a suspeitar que ela esteja sofrendo abuso sexual, mas não existe uma admissão da (o) adolescente.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

9. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um amigo da criança / adolescente diz a você que a criança / adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

10. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um vizinho adulto da criança / adolescente diz a você que a criança / adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

11. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um parente adulto da criança / adolescente diz a você que a criança / adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

12. Embora não haja evidência direta sobre a violência, um (a) irmão (ã) da criança / adolescente diz a você que a criança / adolescente está sendo vítima de exploração sexual.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

13. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a sua cabeça quando você pensa em “**exploração sexual**” de crianças e adolescentes:

14. Indique quão fortemente você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações abaixo circulando um dos números na tabela:

	Discordo	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo
a. O abuso de crianças e adolescentes, geralmente é um incidente isolado.	1	2	3	4	5
b. As crianças são mais agredidas sexualmente por estranhos do que por familiares ou conhecidos da família.	1	2	3	4	5
c. Os pais têm direito de tratar seus filhos como acharem melhor.	1	2	3	4	5
d. As crianças mentem e fantasiam histórias sobre abuso sexual.	1	2	3	4	5
e. Professores são responsáveis pelo bem-estar dos alunos.	1	2	3	4	5
f. Não existem benefícios em denunciar, pois nada será feito ao agressor.	1	2	3	4	5
g. A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.	1	2	3	4	5
h. A responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é de assistentes sociais e psicólogos.	1	2	3	4	5
i. Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual entre meus alunos.	1	2	3	4	5
j. Algumas (uns) adolescentes provocam os adultos com as vestimentas que usam até que eles percam o controle.	1	2	3	4	5
k. Agressores de crianças e adolescentes devem receber punição muito severa.	1	2	3	4	5
l. Ao suspeitar que um aluno esteja sendo vítima de violência sexual o professor deve chamar os pais para conversar.	1	2	3	4	5
m. O comportamento sexual dos adolescentes de hoje é promíscuo.	1	2	3	4	5
n. A violência sexual só ocorre em famílias pobres.	1	2	3	4	5
o. As adolescentes estão expondo os seus corpos excessivamente.	1	2	3	4	5
p. A responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual é de professores e diretores.	1	2	3	4	5
q. É necessário investigar a veracidade dos casos antes de tomar qualquer atitude.	1	2	3	4	5
r. A escola só tem a obrigação de passar ao Conselho Tutelar os casos de faltas injustificadas e evasão escolar.	1	2	3	4	5

s. Me sinto preparado para lidar com casos de violência sexual entre meus alunos.	1	2	3	4	5
t. Acho importante que o tema Violência Sexual seja discutido na formação de professores.	1	2	3	4	5

15. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a cabeça quando você pensa em **“prostituição”**:

16. Seria preferível que casos de violência sexual contra crianças e adolescentes fossem resolvidos dentro da escola (pelos diretores ou coordenadores pedagógicos), em vez de comunicar as autoridades de comunicar as autoridades competentes?

- () a. Sim
 () b. Não
 () c. Não sei

17. Você confia em sua habilidade para reconhecer os indicadores de abuso sexual?

- () a. Sim
 () b. Não
 () c. Não sei

18. O tema violência sexual foi discutido em alguma disciplina de seu curso?

- () a. Sim Qual? _____
 () b. Não
 () c. Não sei

19. Aponte o que a Universidade pode fazer para auxiliar o professor em relação ao conteúdo sobre violência sexual?

- a) Na formação inicial _____

- b) Na formação continuada _____

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Políticas Educacionais e Concepções de Licenciandos sobre Violência Sexual”

Pesquisadora: Michelle Venâncio Ikefuti

Orientadora: Renata Maria Coimbra Libório

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP

1. Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem o intuito de verificar o conhecimento dos alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura da UNESP – Campus Araraquara, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes e analisar nas Leis e documentos que regem as políticas públicas na área da educação como essa problemática e temas afins se configura.

2. Participarão da pesquisa aproximadamente 891 estudantes universitários dos cursos de licenciatura dos quatro Campus da UNESP.

3. Ao aceitar participar desta pesquisa, você responderá um único questionário com questões de múltipla escolha e questões abertas referentes ao tema violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Você tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto, sua colaboração para a realização da pesquisa, respondendo todo o questionário, é imprescindível. Sempre que quiser poderá pedir informações sobre a pesquisa através do telefone (18) 3229.5388, ramal 5574, com a orientadora do projeto, Prof^a. Dr^a. Renata Libório ou com a mestrandia Michelle Venâncio Ikefuti. Você poderá também obter maiores informações com a coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da FCT UNESP, Prof^a. Dr^a. Edna Maria do Carmo, no telefone (18) 3229.5526.

4. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, podendo talvez mobilizar alguns sentimentos desagradáveis, visto a temática tratada. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução nº 196/96 do Conselho Nacional da Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os questionários não serão identificados com o nome da pessoa. Serão apenas numerados para controle da pesquisadora.

6. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo nos traga informações importantes sobre o conhecimento dos estudantes dos cursos de licenciatura sobre o tema violência sexual, de forma que possamos contribuir, através dos resultados desta pesquisa, para elaboração de propostas de formação inicial de professores, beneficiando futuramente parcelas da população infanto-juvenil que se encontram vulneráveis à violência sexual.

7. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do Participante

Local e data

Assinatura do Participante

Michelle Venâncio Ikefuti – Renata Maria Coimbra Libório / responsáveis pela pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 04 de março de 2011.

Ilmo.(a) Sr.(a)

Michelle Venâncio Ikefuti

Ref. Projeto intitulado: "Violência sexual concepções de licenciandos e orientações legais", sob orientação do (a) Prof. (a) Dr. (a) Profa. Dra. Renata Maria Coimbra Libório.

Processo 08/2011

Recebemos o projeto, o qual foi examinado pelo relator, tendo recebido o parecer anexo.

Decorrente do exposto, este Comitê, em concordância com o parecerista, considera o projeto **APROVADO**.

Informamos, ainda, que diante do cronograma do desenvolvimento da pesquisa, fica estabelecido o seguinte prazo: até a última terça-feira útil do mês de **Setembro de 2012** para entrega de **um relatório final sucinto** ao CEP (vide modelo na página da FCT), sendo que os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados, deverão permanecer em poder do pesquisador responsável pelo período mínimo de 5 anos após o encerramento do estudo, para eventual fiscalização da CONEP.

Atenciosamente,

Dra. Edna Maria do Carmo
COORDENADORA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER DO CEP -UNESP

Protocolo de Pesquisa referente ao Processo nº 08/2011

Título do Projeto de Pesquisa : VIOÊNCIA SEXUAL: CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS E ORIENTAÇÕES LEGAIS.

Pesquisadora: MICHELLE VENÂNCIO IKEFUTI

Orientador: PROFa.DRa. RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO

Análise e parecer do relator (com resumo do projeto):

Este trabalho será desenvolvido pela aluna pesquisadora Michelle Venâncio Ikéfuli, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, na Unesp de Presidente Prudente, sob orientação da Professora Dra. Renata Maria Coimbra Libório. O objetivo do trabalho é analisar o nível dos conhecimentos dos licenciandos da UNESP e suas concepções sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como os conteúdos presentes em documentos que regem as políticas públicas na área da educação sobre essa problemática e temas afins, visando compreender como a questão da violência sexual se manifesta na formação inicial de professores. O projeto prevê a análise de documentos legais como a LDB (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – 1997), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI-1998) e o Plano Nacional de Educação (PNE- 2001) visando o entendimento de como as políticas públicas educacionais tratam as questões relativas à prevenção e ao tratamento da violência sexual. O Projeto prevê que os licenciandos que serão pesquisados pertencem aos campus de Presidente Prudente, Marília, Araraquara e São José do Rio Preto, porém ressalta que participarão apenas aqueles sujeitos/licenciandos cujo coordenador de curso autoriza a participação. Estão anexadas cinco autorizações, sendo quatro de licenciaturas da FCT de Presidente Prudente e uma de Marília. Quanto à metodologia de trabalho a proposta inicia-se pelo estudo da documentação mencionada e elaboração de categorias de análise a partir do uso dos softwares SPSS versão 14.0 e EVOC, versão 2000. As questões de múltipla escolha apontarão (sem identificá-las) os alunos que já atuaram na área da educação, verificando que conhecimentos possuem sobre o tema: conceitos, indicadores de comportamento da criança e/ou adolescente, conhecimento sobre as legislações apontadas sobre essa problemática e outros temas afins, além das políticas públicas que regem a área da educação. O material recolhido será analisado mediante bibliografia que foi selecionada e pesquisada, com base nos princípios teóricos utilizados, o que deverá permitir a elaboração de categorias de análise para a elaboração de estratégias de análise a serem utilizadas, após o preenchimento dos questionários pelos licenciandos.

PARECER

Este projeto de pesquisa foi aprovado junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente. Embora o trabalho tenha se iniciado no primeiro semestre de 2010 verificou-se que a data prevista para início da coleta dos dados é maio de 2011, havendo tempo possível para o trâmite do processo neste Comitê. O orientador desenvolve trabalhos que indicam experiência e competência técnico/científica na área da investigação, com reconhecimento internacional, o que nos indica e

possibilidade de orientação apropriada ao projeto. Os termos do Consentimento Livre e Esclarecido e de compromisso dos pesquisadores apresentam claramente as finalidades da pesquisa e indicam um uso restrito aos fins previstos do material coletado. A linguagem utilizada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está adequada ao nível sócio-cultural dos sujeitos participantes. O processo está devidamente instruído e acompanhado dos documentos necessários, assim como os sujeitos participantes serão informados de sua possibilidade de desistência na participação sem que nenhum problema lhes ocorra nesse fato. Há documentos comprobatórios de que não haverá ônus de nenhuma espécie para a Universidade para a realização do referido projeto. O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeira ação imediata. Este CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Relatórios parciais a final devem ser apresentadas ao CEP, inicialmente em 30/06/2011 e ao término do estudo. O projeto está de acordo com a legislação vigente (RES. CNE 196/96) sobre princípios éticos em pesquisa com seres humanos. Dessa forma recomendo que o projeto seja **APROVADO**.

X Aprovado.

[] Pendente (o pesquisador deve responder aos questionamentos do CEP no máximo 60 dias após a data de emissão deste parecer. O protocolo retornará à reunião do comitê).

[] Não aprovado.